

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

IZABELLA LOPES DE ARANTES

**Fatalismo e Conscientização: narrativas de cinco mulheres do extremo
leste de São Paulo sobre feminismos.**

SÃO PAULO

2022

IZABELLA LOPES DE ARANTES

Fatalismo e Conscientização: narrativas de cinco mulheres do extremo leste de São Paulo sobre feminismos.

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientador: Prof. Dr. Antonio Euzébios Filho

SÃO PAULO

2022

RESUMO

ARANTES, Izabella Lopes. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2022.

Utilizando como conceitos norteadores o fatalismo, de Martín-Baró, e a conscientização, de Freire, a presente pesquisa analisou o engajamento em causas feministas como uma possível via de elaboração do sofrimento ético-político e de transformação das atitudes de resignação, aceitação e submissão fatalistas diante de um cenário de opressão. Através do método qualitativo, a fim de apreender as nuances do fenômeno pesquisado em profundidade, e utilizando como recorte o movimento feminista, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres, que residem no extremo leste da cidade de São Paulo ou em áreas adjacentes, e que se consideram feministas. O objetivo das entrevistas foi compreender se a identificação com os feminismos contribui para a desconstrução de pensamentos e atitudes fatalistas de passividade, aceitação e reprodução da violência de gênero contra as mulheres e de suas conseqüentes desigualdades, e se as direciona para uma ação coletiva. O método utilizado para apreciação do material produzido nas entrevistas foi o construtivo-interpretativo, de González Rey, por possibilitar uma leitura mais detalhada dos discursos e de seus significados. Os achados obtidos nas entrevistas das cinco mulheres indicaram uma diferença importante entre os discursos daquelas que exerciam, de fato, uma militância ativa por pautas feministas e daquelas que, apesar de simpatizarem com algumas causas do feminismo, optavam por não militar em grupos e preferiam adotar algumas atitudes descritas como feministas no cotidiano o que, conseqüentemente, mostrou aproximá-las mais do campo do ativismo individual e pontual. As militantes mais atuantes se mostraram críticas ao sistema econômico, à política e apresentaram problematizações que articulavam gênero, classe e raça. Já as ativistas, descreveram incômodos mais associados à vida privada, como desejo por obter igualdade salarial, direito ao aborto e vestimentas. Através dos relatos, foi possível perceber que tanto a militância feminista como a identificação com algumas pautas do movimento foram capazes de produzir nas cinco mulheres mudanças nas percepções sobre si mesmas e sobre o cotidiano, bem como possibilitaram transformações em seus relacionamentos e nas posturas de resignação e submissão que declararam apresentar no passado.

Palavras-chave: fatalismo; feminismo; conscientização; militância.

ABSTRACT

ARANTES, Izabella Lopes. Graduate Program in Social Psychology, University of São Paulo: São Paulo, 2022.

Using fatalism, by Martín-Baró, and conscientization, by Freire, as guiding concepts, this research analyzed engagement in feminist causes as a possible way of elaborating ethical-political suffering and transforming attitudes of resignation, acceptance, and submission fatalists facing a scenario of oppression. Through the qualitative method, in order to apprehend the nuances of the phenomenon researched in depth and using the feminist movement as a focus, semi-structured interviews were carried out with five women who live in the extreme east of the city of São Paulo or adjacent areas, and who consider themselves feminists. The interviews aimed to understand whether identification with feminism contributes to the deconstruction of fatalistic thoughts and attitudes of passivity, acceptance, and reproduction of gender violence against women and its consequent inequalities and whether it directs them toward collective action. The method used to assess the material produced in the interviews was the constructive-interpretive method by González Rey, as it enables a more detailed reading of the speeches and their meanings. The findings obtained in the interviews with the five women indicated an essential difference between the speeches of those who exercised active militancy for feminist agendas and those who, despite sympathizing with some feminist causes, chose not to join groups and preferred to adopt some attitudes described as feminist in everyday life which, consequently, showed to bring them closer to the field of individual and punctual activism. The most active militants were critical of the economic system and politics and presented problematizations that articulated gender, class, and race. On the other hand, Activists described discomforts more associated with private life, such as the desire for equal pay, the right to abortion, and clothing. Through the reports, it was possible to perceive that both the feminist militancy and the identification with some guidelines of the movement were able to produce in the five women changes in their perceptions about themselves and daily life, as well as enable transformations in their relationships and the postures of resignation and submission that they declared to present in the past.

Keywords: fatalism; feminism; conscientization; militancy

Agradecimentos

Início esse texto agradecendo à pessoa que representa para mim o verdadeiro sentido de amor e apoio incondicionais, minha mãe, Angela. Obrigada por estar ao meu lado, por me inspirar, incentivar e por acreditar em mim mesmo quando eu desacredito. Espero um dia ser uma mãe tão incrível quanto você. Eu te amo muito, mãe.

Agradeço ao meu pai (*in memoriam*), Valdir, por todo o amor. A saudade aperta um pouco mais a cada vez que preciso tornar a perda concreta, talvez por isso eu tenha demorado tanto para colocar no papel essas palavras de agradecimento – eu temia ter que escrever o tal do *in memoriam*.

Agradeço à minha prima Silvia por ter me apoiado e inspirado com amor e dedicação à carreira acadêmica. Agradeço à minha prima Camila por sua presença amorosa.

Agradeço aos meus amigos Bruno Hara, Felipe Gonçalves, Larissa Truber, Giovanna, Alexia, Priscilla Alves, Danielle A., Carla Viragh e à toda minha turma de amigos/os do BG. Agradeço à Josie, minha analista, por ser tão acolhedora.

Agradeço ao meu orientador, professor Antonio Euzébios Filho, pelos ensinamentos, direcionamentos e também por ser acessível, sempre disposto a auxiliar, contribuir e sorrir (as risadas nas orientações tornaram a jornada mais leve).

Agradeço aos professores da graduação por me incentivarem ao longo do curso. Professor Cobianchi, Professora Cássia, Professora Kátia Varela, Professora Márcia (*in memoriam*), a primeira pessoa a me falar sobre Martín-Baró, e Professor Douglas Kawaguchi.

Agradeço às participantes da pesquisa, mulheres incríveis que gentilmente contribuíram comigo. Que vocês sigam esperançosas, cada vez mais potentes e apropriadas da noção de que mulheres não devem ser subjugadas.

Agradeço a todas as pessoas que fazem o IPUSP, profissionais da manutenção, limpeza, administrativo, educação, secretaria, etc. Teresa, muito obrigada por, desde o processo seletivo, responder minhas dúvidas com muita gentileza e carinho.

Agradeço aos professores da Banca de Qualificação. Professora Adriana Eiko Matsumoto, obrigada por suas ótimas pontuações, presença tão vivaz e gentileza, você expandiu minha percepção e agregou muitíssimo ao nosso trabalho. Professor Bernardo Parodi Svartman, obrigada por ter sido, desde as aulas, sempre atencioso, gentil e acessível, seus apontamentos foram de grande utilidade para nós.

Agradeço aos professores que integraram a Banca de Defesa. A experiência de apresentar o trabalho e trocar com a Banca foi muito melhor do que eu imaginava! Professora Adriana Eiko que, mais uma vez, com sua atenção e ternura tanto nos auxiliou. Professor Luiz Roberto Paiva de Faria, agradeço sua gentileza e dedicação.

Agradeço a Deus, para mim, o fato de acreditar que existe algo além do plano terreno é – tomando emprestado um termo de Winnicott – um *holding* e tanto!

Para Angela (minha mãe)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. A DIALÉTICA ENTRE FATALISMO E CONSCIENTIZAÇÃO	15
2. 1 Fatalismo	15
2. 1.1 A Psicologização do Fatalismo	16
2. 1.2 O Fatalismo e a Dominação	17
2. 1.3 O Fatalismo Bifronte	19
2. 1. 4 O Rompimento do Fatalismo.....	21
2. 2 Conscientização.....	22
3. MOVIMENTOS SOCIAIS: Ativismo, Militância e Atualidade.....	28
3. 1 Militância x Ativismo:.....	28
3. 2 Movimentos Sociais:	31
3. 2. 1 A Atualidade e os Novos Movimentos Sociais	36
3. 2. 2 O Sofrimento Ético-Político e a Felicidade Ético-Política.....	38
4. SOBRE O FEMINISMO.....	42
5. OBJETIVOS.....	54
5. 1 Objetivo Geral:.....	54
5.2 Objetivos Específicos:.....	54
6. METODOLOGIA	55
6. 1 Participantes:	56
6. 2 Local:	59
6. 3 Instrumentos:	62
6. 4 Procedimentos de coleta das informações:.....	63
6. 4.1 Aspectos Éticos:	64
6. 5 Análise de Dados:.....	65
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	67
7. 1 Análise das Entrevistas:.....	69
7. 2 Síntese dos Resultados:	115
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
ANEXOS.....	141
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:	142
ANEXO B – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO:.....	144

ANEXO C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA:.....	146
ANEXO D – CHAMADA NAS REDES SOCIAIS:	147

1. INTRODUÇÃO

Partindo do interesse em tentar compreender as formas de controle e submissão que atravessam o cotidiano periférico, nos deparamos, estudando psicologia social, com Martín-Baró e sua teoria instigante sobre o fatalismo e sobre a vida dos povos fustigados nos países latinos. As cicatrizes que adornam esses corpos cansados revelam a polissemia do que é ser povo. Opressão, submissão, desigualdade e, sobretudo, resistência são apenas alguns dos múltiplos significados que traduzem a trajetória das populações pobres latinas e expõem as muitas vicissitudes que as colocam em condições de exploração.

Esses detalhes que permeiam o dia a dia, são tão costumeiros que passam quase despercebidos. “A vida é assim mesmo”, “Deus quis assim”, “O que não tem remédio, remediado está”, “O pouco com Deus é muito”, “Alegria de pobre dura pouco” ... essas são apenas algumas – das muitas – frases repetidas à exaustão e, possivelmente, muito conhecidas por todos aqueles que cresceram na periferia. Apenas os que são de alguma forma cortados pelas mazelas socioeconômicas desenvolvem esse grau de descrença na vida? São os flagelos que fazem com que o Deus cristão – ou qualquer outra entidade religiosa – receba a autoria do roteiro trágico que embasa essas vidas?

A fim de introduzir a temática aqui trabalhada, há que se considerar que para pensar sobre o fatalismo de Martín-Baró (1998), é necessário percorrer um caminho que remonta ao apanhado de histórias reais que se desenrolam em uma América Latina repleta de dores bastante tangíveis. Mas também traz à memória um cenário latino-americano etéreo, em que estes acontecimentos, por parecerem tão inacreditáveis, ganham ares intangíveis e quase se esmaecem em meio à absurdidade dos fatos. Para além dos eufemismos, estudar as teorias que discorrem sobre a atitude fatalista exige um exercício de compreensão do contexto que a produz como fenômeno psicossocial, ou seja, como algo que emerge do campo social e se reflete nas esferas psíquica, afetiva e comportamental.

Em um primeiro momento, parece tentador considerar um outro polo, quase oposto ao fatalismo, onde está localizada a ideia de conscientização. Mas, é

imperativo que antes de apreender ambos – fatalismo e conscientização – como contrários, se compreenda que estes não são conceitos que se anulam. Isto é, não há o esgotamento de um para que o outro emergja. Fatalismo e conscientização coexistem, por vezes até em um mesmo contexto, ou em uma mesma pessoa. São dialéticos.

Ambas as acepções, fatalismo e conscientização, são bastante amplas e abrem as portas para horizontes extensos de pesquisas e descobertas, para não incorrer na prolixidade de uma abrangência demasiada, buscou-se traçar um recorte dentro das tantas possibilidades que os temas permitem. Tendo a periferia como pano de fundo, especificamente o extremo leste paulistano, a pesquisa considerou fatalismo e conscientização em mulheres engajadas no feminismo, em coletivos, movimentos e associações que se organizam na região mais extrema da zona leste de São Paulo.

O recorte do feminismo para uma pesquisa que envolve fatalismo e conscientização deve-se aos alarmantes dados do Brasil de violência contra as mulheres – violências de diversos tipos. Um levantamento da UNICEF, mostrou que o país é o 4º com o maior número de “casamentos” infantis de meninas, e números da OMS (2015), o colocam no 5º lugar do ranking mundial de feminicídios. Durante a pandemia de COVID-19, ao longo do ano de 2020, a situação se agravou. Uma apuração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021) mostrou que, a cada 6 horas e meia, uma mulher foi assassinada, totalizando 1350 vítimas, número 0.7% superior ao do ano anterior.

Tais problemáticas supracitadas são sustentadas também pelo machismo, que é referido por Martín-Baró (1998) como um problema bastante presente na América Latina e, do mesmo modo, aparece referido como sendo uma das bases do fatalismo. Essa convergência do machismo como fator preponderante para as agressões praticadas contra as mulheres e como um dos muitos componentes da postura fatalista, dá sentido à associação dos temas nesta pesquisa. Pode-se compreender que a militância feminista ou a identificação com as pautas contribuem para a desconstrução de alguns pensamentos e atitudes fatalistas de submissão, aceitação e reprodução da violência de gênero contra as mulheres e de suas conseqüentes desigualdades e que, para aquelas que são politicamente engajadas, na militância encontram um espaço fértil para a conscientização e luta.

De acordo com Martín-Baró (1998), o fatalismo denota uma visão de mundo conformada, que enviesa pensamentos, afetos e comportamentos. Há a crença em um destino imutável, em uma sina traçada desde o nascimento, que condiciona a existência humana e, por esta razão, não existe motivação para lutar contra a realidade vigente, por mais injusta ou ameaçadora que ela pareça.

Os estudos sobre o fatalismo foram desenvolvidos por Baró na América Latina, no entanto, este traço não é inerente e exclusivo dos povos desta região. Se faz necessário compreender o contexto político, social e econômico que ambienta o desenvolvimento do fatalismo. Como alerta Galeano (2000), historicamente a América Latina é marcada pela colonização de caráter exploratório, pela dominação e massacre de suas populações originárias. Há que se acrescentar as mais recentes guerras civis, ditaduras e profundas disparidades socioeconômicas que se inscrevem nas vidas dos latino-americanos. A opressão dos mais pobres, a religiosidade e o machismo também merecem destaque nesta compreensão.

Para Martín-Baró (1998), os povos oprimidos latinos são vítimas de um tipo de marginalização, pois vivem sequestrados de sua própria história, ainda seguem como os reféns de um processo de séculos de apropriação de seus direitos, posses e cultura. O autor utiliza como metáfora o inconsciente de Freud, local em que não há temporalidade – passado e futuro são vividos como presente - inexistente a contradição e não há obrigatoriedade lógica, para definir a sucessão de eventos opressivos que se tornaram quase parte constitutiva de um tipo de folclore latino, quase tão surreal quanto o realismo mágico de García-Márquez. As fagulhas de revolução e resistência que apareceram em situações pontuais da história latino-americana são consideradas pela teoria baroniana como momentos de semiconsciência.

Na atualidade, segundo Blanco e Díaz (2007), o fatalismo pode ser considerado bifronte, isto é, ele se manifesta em duas faces. A primeira, é justamente aquela delineada por Martín-Baró, e diz respeito à aceitação incondicional, submissão ao destino e passividade. Já a outra, se apresenta de forma diferente, e mais aproximada à funcionalidade dos mecanismos de defesa psicanalíticos, pois surge como uma tentativa de prover ao sujeito a possibilidade de lidar com a realidade por meio da crença adaptativa de que poderá transformá-la sozinho. Isto é, nesta segunda faceta

do fatalismo, crê-se que a situação (independente da indignidade a qual se esteja submetido) pode ser modificada a partir da iniciativa pessoal.

No trabalho desenvolvido por Cidade (2012), com jovens em situação de pobreza, foi observado que alguns deles buscavam uma saída para os sofrimentos cotidianos através da responsabilização pessoal, ou seja, como se o rompimento do ciclo de pobreza ao qual estavam submetidos, dependesse exclusivamente de seus esforços individuais. Este entendimento acaba se aproximando do supracitado fatalismo bifronte e da conseqüente visão meritocrática, que ignora a existência de toda uma estrutura social que se beneficia da manutenção das condições de vulnerabilidade das classes menos favorecidas economicamente.

O caráter fatalista que aparece nos oprimidos cumpre uma importante função política. Ao internalizar a dominação e se comportar de modo submisso, o povo não ameaça os interesses das classes dominantes, porque acaba reproduzindo comportamentos de passividade e resignação que colaboram para a manutenção do sistema social que vigora naquele meio. É bem verdade que toda essa estrutura complexa limita a ação das pessoas, e a interiorização das condições de opressão é apenas um reflexo de toda a exploração vivida concretamente. (MARTÍN-BARÓ, 1998).

As classes dominadas, como acima explicitado, por serem despossuídas de acesso às engrenagens que mantêm o sistema tal qual se apresenta, são impossibilitadas de alcançar a ruptura das condições de subalternidade ao poder dominante. No entanto, a conscientização, que articula os esforços do povo em direção a um objetivo de libertação, aparece como uma alternativa. Paulo Freire (1979) entende que o ato de se conscientizar extrapola o simples conhecimento da realidade em que se vive, pressupõe, além do desvelamento do real, uma postura crítica de sujeito capaz de construir, transformar e reconstruir. Em Martín-Baró (1997) a conscientização como ação transformadora ultrapassa o individualismo, isto é, para modificar aquilo que se vive e romper a submissão perpetrada contra as populações minorizadas, é necessário um movimento coletivo, que produza transformação para todo o grupo.

A noção de grupo, e a importância dessa coletividade, também aparece em autores de outras áreas da Psicologia, como Freud (1921/2018) que postulou sobre a dimensão ocupada pelos grupos na vida individual, demonstrando que o ser singular e independente é atravessado pelo grupo. Para ele, não há psicologia única, individualizada, que possa se ater apenas à subjetividade de cada um, afinal, crê que toda psicologia é social. Destarte, o que o sujeito vive e sofre em sua realidade psíquica pode ser reflexo de suas vivências reais.

Pensando na acima referida capacidade de conscientização para transformação da realidade, pode-se recorrer também a Holzkamp (2010), que explica seu conceito de capacidade de ação. Essa ideia diz respeito à oportunidade que uma pessoa tem para imprimir mudanças, no entanto, ele destaca que essa inclinação é advinda da interação entre as esferas individual e social, e que se desenvolve de acordo com as condições existentes naquele espaço. O autor menciona como exemplo uma sociedade governada por um regime fascista, que condiciona e limita significativamente as chances de construção de tais meios para agir. Holzkamp (2010) continua a teoria falando sobre a fome, e usa esse exemplo para explicar que, quando um sujeito se vê em uma condição de privação alimentar, o seu sofrimento não é causado somente pelo desconforto fisiológico infligido pelo estômago vazio, mas também por todos os pormenores que o conduziram até à situação de escassez. Novamente, o social emerge atravessando o individual e reafirmando a importância da reflexão sobre as estruturas que resultam na realidade que se vive no momento presente.

Considerando que, no entendimento de Martín-Baró, a atitude fatalista deriva de experiências concretas de submissão, sofrimento e imersão em uma realidade socioeconômica bastante difícil e naturalizada, e a conscientização freireana, que orientou os escritos de Baró sobre este fenômeno, desponta como uma via para cisão desta condição, pode-se inferir que os indivíduos envolvidos em atividades que promovem possibilidades de pensar coletivamente e criticamente a realidade e agir para transformá-la, encontram chances de estar menos subjugados ao paradigma fatalista que limita o desejo e as oportunidades de ação. A fim de investigar a relação dialética entre fatalismo e conscientização, especificamente na luta feminista de mulheres do extremo leste de São Paulo, faz-se necessário apresentar sucintamente algumas acepções sobre os movimentos sociais e sobre a zona Leste.

Gohn (2011) conceitua os movimentos sociais como formas de organização políticas, sociais, culturais em torno das quais as pessoas se articulam para reivindicar suas causas. Tais reivindicações podem se manifestar através de apontamentos, acusações públicas, marchas, manifestações, etc. Ela assinala que, na atualidade, os movimentos sociais mais relevantes ocupam o espaço virtual de forma expressiva, possibilitando maior alcance e difusão de suas ideias.

Na atualidade, há novos movimentos sociais, que apresentam solicitações novas, têm novas características e apresentam novos conteúdos. São movimentos identitários, culturais, inclusivos, pelo direito à cidade, religiosos, ambientais, entre outros. (GOHN, 2011). O feminismo, que de acordo com Hooks (2018, p.17) pode ser definido como “um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão”, é um movimento presente na sociedade há muitas décadas, mas, na atualidade, vem ganhando ainda mais destaque através das redes sociais e da ampliação de suas pautas, sendo que uma de suas vertentes mais expressivas, considera não apenas gênero, mas também a interseccionalidade entre raça e classe.

Na zona leste de São Paulo, especialmente durante os últimos anos, grupos articulados como coletivos têm chamado atenção. A região, conhecida por sua intensa participação política durante o processo de redemocratização e implantação do SUS, costumava ter muitas associações de moradores, e até mesmo algumas ligadas a partidos políticos (responsáveis pelos trabalhos de militância de base), que agora parecem ceder lugar aos coletivos (feministas, de cultura, arte, etc).

A porção leste de São Paulo é a área mais populosa da capital. Os bairros mais afastados do centro, e localizados próximos às divisas com municípios, fazem parte do chamado extremo. Viver nas áreas mais pobres da região leste de São Paulo pode ser uma experiência atravessada pela exclusão. Além da distância geográfica do centro, a ausência de poder público se reflete em bairros que cresceram desordenadamente, com pouca infraestrutura e opções escassas de lazer.

Neste cenário marcado por diversas faltas concretas, que se dão por meio de experiências cotidianas e reais, parece haver um campo fértil para o fatalismo. Por outro lado, considerando a amplitude do conceito de conscientização, entende-se que ao se conscientizarem sobre a realidade circundante, os sujeitos podem assumir

posições um pouco mais ativas na sociedade, agindo para transformá-la. Por isso, o público-alvo da pesquisa são mulheres que residem na zona leste, principalmente no extremo leste, e que se consideram militantes ou simpatizantes de causas defendidas pelo feminismo. Assim, foi possível compreender que o engajamento social e político consegue fomentar um percurso em direção a um pensamento mais crítico e menos fatalista em relação às estruturas machistas da sociedade.

Para apreender as nuances da dialética entre fatalismo e conscientização na realidade brasileira, especificamente no contexto de mulheres feministas do extremo leste da cidade de São Paulo, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa. Inicialmente, foi realizado um levantamento de literatura, que Severino (2017) aponta como um importante passo na pesquisa por permitir embasamento teórico sobre o tema. Foram considerados livros e publicações do acervo da plataforma BVS – Biblioteca Virtual em Saúde e os trabalhos dos bancos de dissertações e teses pertinentes aos temas: fatalismo, conscientização, movimentos sociais, feminismo e periferia.

A fim de conhecer a história, as motivações e percepções de militantes, ativistas sociais ou simplesmente mulheres que se identificam com as pautas feministas do extremo leste de São Paulo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres, sendo duas delas engajadas em movimentos e, ou, coletivos de luta, uma parcialmente engajada, e duas que se consideram feministas e, apesar de não militarem, relatam assumir posturas individuais em defesa das mulheres. Os conteúdos foram gravados, mediante autorização prévia das entrevistadas, transcritos e analisados à luz da psicologia crítica.

Considerando a amplitude das possibilidades de manifestação do fatalismo, e os igualmente polissêmicos aspectos para a constituição de entendimentos mais ou menos conscientizados, pressupõe-se que ao compreender criticamente a realidade circundante e construir alternativas às situações de exploração, os sujeitos podem assumir posições mais ativas na sociedade, agindo para transformá-la, percebendo-se como atores do processo, e não apenas como peças impassíveis de um destino inexorável. Tais conjecturas motivaram o desenvolvimento desta pesquisa, que aspira contribuir para o campo da Psicologia Social ao considerar não só as mazelas da opressão, mas também as potencialidades de mulheres que lutam por seus direitos.

No capítulo que sucede a introdução, “Fatalismo e Conscientização: Pressupostos Básicos”, são apresentados os conceitos de fatalismo e conscientização segundo as teorias de Martin-Baró e Paulo Freire. No capítulo seguinte, 3. Movimentos Sociais: Ativismo, Militância e Atualidade, aparecem os movimentos sociais, as diferenças práticas entre militância e ativismo e a atuação dos movimentos no contexto atual segundo pesquisadores como Maria da Glória Gohn. No capítulo 4. Sobre o Feminismo, o movimento feminista é explicado, sobretudo, segundo estudiosas e estudiosos que consideram gênero, classe e raça, a fim de destacar uma linha que pensa a luta das mulheres sob um viés de enovelamento. Os Objetivos e a Metodologia aparecem nos capítulos seguintes. E no capítulo 7. Resultados e Discussão, há a apresentação das mulheres feministas que entrevistamos, bem como a análise dos conteúdos obtidos nas entrevistas. Para finalizar o trabalho, apresentamos as Considerações Finais que retomam de forma bastante sucinta pontos importantes e apresentam uma sugestão de continuação da pesquisa no doutorado.

2. A DIALÉTICA ENTRE FATALISMO E CONSCIENTIZAÇÃO

2.1 Fatalismo

O fatalismo é um conceito utilizado por Martín-Baró (1998) para descrever uma percepção, presente nos povos latino-americanos, de que há um destino do qual não se pode fugir, uma sina inevitável que condiciona a existência humana. A atitude fatalista diz respeito a uma postura diante da vida que envia ideias, afetos, comportamentos e a forma de existir no mundo e interagir com a realidade. O sistema de crenças fatalistas é internalizado a partir das vivências do cotidiano dentro da sociedade. A realidade experimentada reforça constantemente o fatalismo através da socialização dos indivíduos, que acontece por meio da educação familiar, das instituições de ensino, das religiões e do mercado de trabalho. A ideologia fatalista é um instrumento que está a serviço das classes dominantes, pois induz à resignação, docilidade e aceitação das iniquidades sociais por parte das camadas populares. Uma população dominada não incomoda o sistema, porque não tenta mudá-lo. (MARTÍN-BARÓ, 1998).

As ideias mais presentes na visão fatalista de mundo, segundo Martín-Baró (1998), são: 1) a crença de que o destino já está traçado desde o momento em que as pessoas nascem, por isso, todos os pormenores de uma existência fazem parte de um plano, de um caminho definido para cada um; 2) o destino é imutável, pois a vida das pessoas e suas respectivas sinas são controladas por um poder superior; 3) a responsabilidade pelo destino de cada um é outorgada a Deus, que figura como um ser superior e muito poderoso, que não deve ser questionado ou desafiado por meros mortais.

Martín-Baró (1998), reúne também os afetos predominantes na lógica de pensamento fatalista: 1) não se rebelar diante do destino, mas aceitá-lo de forma pacífica e conformada; 2) evitar deixar-se dominar por emoções intensas, sejam ligadas à tristeza ou à alegria, afinal, tudo o que está determinado a acontecer, acontecerá, por essa razão, cabe a cada um manter a coragem e a dignidade diante

dos eventos; 3) a vida é encarada como um calvário, um vale de sofrimento e provações, assim, há o entendimento de que as pessoas nascem mesmo para sofrer.

Além das ideias e afetos identificáveis no fatalismo, Martín-Baró (1998) listou algumas condutas comportamentais comuns a essa visão de mundo: 1) uma vez que os acontecimentos são frutos de um destino inexorável, não há nada para fazer além de se conformar e cumprir com o que lhe for solicitado; 2) já que nada poderá ser modificado, não existe razão para tentar mudar algo, afinal, a sorte fora lançada desde o nascimento de cada um. Aqui a passividade aparece como forma de adaptar-se ao curso natural do destino; 3) foco total no presente, imediatismo e a percepção de que passado e futuro apenas confirmam que há um destino do qual não se pode fugir.

2. 1.1 A Psicologização do Fatalismo

Martín-Baró (1998) aponta para uma tendência nomeada como “psicologização do fatalismo”, que costuma atribuir o fatalismo à personalidade dos latino-americanos, como se essa postura frente ao cotidiano se devesse a um traço de caráter próprio desse povo. Essa é uma forma sutil de transferir culpa para aqueles que, na verdade, são as vítimas e não os perpetradores. Exemplo da psicologização são as justificativas para as diferenças entre os trabalhadores latino-americanos e estadunidenses, os primeiros têm seus fracassos explicados por uma suposta ausência de determinação.

Para ilustrar a percepção de um caráter permissivo e demasiado autoindulgente dos latinos, pode-se recorrer ao personagem da Disney, Zé Carioca, um papagaio com trejeitos humanos que ganhou fama na década de 40. Zé Carioca é preguiçoso, flerta com diversas mulheres, não gosta de comprometer-se com o trabalho e leva um estilo de vida hedonista e, portanto, oposto ao ideal *workaholic* difundido na cultura de consumo dos Estados Unidos. O personagem ajudou a propagar a ideia do “jeitinho brasileiro” e de práticas de mínimo esforço, que estereotipam o país.

A cultura da pobreza, termo cunhado por Oscar Lewis, pensa no fatalismo dos povos latino-americanos como um recurso de sobrevivência, que acaba mantendo a precariedade das condições que o suscitaram. Martín-Baró (1998) explica a aceitação de Lewis sobre fatalismo como uma forma de adaptação ao contexto em que se vive, já que, para os setores mais marginalizados da sociedade, a aceitação do que é

imposto seria a única maneira de sobreviver. Em contrapartida, essa tentativa de adaptação pode produzir ainda mais exclusão, afinal, ao se resignar para permanecer vivo, o ser humano não age em busca de uma mudança de suas condições, assim, o fatalismo se torna uma espécie de destino profético que se cumpre.

Na visão psicanalítica de Santiago Ramírez (1971, apud MARTÍN-BARÓ, 1998), o fatalismo proporcionaria a chance de sobrevivência como um ganho secundário aos povos que se calam e se resignam. E é justamente o ganho secundário por trás de um sofrimento que pode ajudar a perpetuá-lo. O raciocínio por trás do fatalismo adaptativo parece seguir uma linha mais ou menos assim: por que fazer frente a uma estrutura de poder dominante quando não se percebe a possibilidade de rompê-la? Manter-se manso, conformado e humilde, como indicam os livros religiosos, pode fazer com que a pobreza e a dominação prossigam, mas ao menos a vida é conservada.

Martín-Baró (1998) explica a cultura da pobreza de Lewis, mas tece uma crítica a este postulado por entender que, se tomado como a única leitura possível e totalizante, alimenta a psicologização do fatalismo, transferindo novamente a responsabilidade das desventuras vivenciadas pelas classes marginalizadas para seu próprio psiquismo individual, isentando as estruturas sociais que mantêm as desigualdades. O autor entende que existem traços da cultura da pobreza nos latino-americanos, porém, não acredita que sejam eles os responsáveis pela continuidade das injustiças. O fatalismo, para Martín-Baró (1998) não é um traço herdado ao se nascer latino-americano, mas internalizado nas vivências cotidianas que, nas periferias, favelas, casebres e ruas, fomentam a ideia de que não haverá meio de escapar, que sonhos serão frustrados e que, quaisquer metas, naufragarão. Já que nenhum esforço ecoará, já que nenhuma recompensa será possível, a resignação é a única via plausível. A mesma exclusão socioeconômica que marginaliza e minoriza os povos, engendra a cultura da pobreza.

2. 1.2 O Fatalismo e a Dominação

De acordo com Martín-Baró (1998), há uma verdade no fatalismo: as massas populares latino-americanas não têm a livre possibilidade de mudarem, com base apenas em esforços pessoais e força de vontade, suas condições sociais. Mas

também há uma mentira dentro desta ideologia: a ideia de que as diretrizes do destino são determinadas por forças ocultas, naturais ou religiosas. Não é Deus quem mantém a pobreza e a dominação dos pobres, essa falácia é apenas mais um dos recursos usados pelas elites para manterem a docilidade e sufocarem pretensões revoltosas naqueles que estão subjugados. As estruturas que formam a sociedade denunciam a existência de uma construção histórica, não natural, forjada a partir das relações de dominação de um grupo sobre os demais, destarte, a ideologia que rege aquele sistema não é resultado inato da forma como uma determinada organização social foi construída, ao contrário, a ideologia de soberania foi base para a constituição de tal sociedade. (MARTÍN-BARÓ, 1998).

Heller (2014) entende que as abissais disparidades produzidas pelo sistema econômico se refletem no cotidiano das pessoas e este, por sua vez, acaba ecoando a alienação para os diversos âmbitos da vida. O estudo de Cidade e Ximenes (2012) corrobora esta afirmação ao explicar que a ótica fatalista de jovens pobres diante da vida tem origem na pobreza, que gera ameaças à segurança e ao bem-estar destes indivíduos. O fatalismo é um instrumento a serviço da manutenção do status quo, afinal, como descreve Martín-Baró (1998), ao internalizar as ideias fatalistas, a população passa a perceber a realidade de forma enviesada e, conseqüentemente, também se comporta segundo esse viés, resultando na aceitação daquilo que lhes é imposto.

Outro fator que merece atenção é a religiosidade presente na América Latina. Como bem menciona Martín-Baró (1998), a submissão dos povos latinos a um poder superior místico, representado pelo Deus cristão ou por outras deidades, eleva a dimensão do fatalismo a níveis maiores, pois, as poucas chances de ascender dentro de um contexto de vulnerabilidade social que mitiga quaisquer esperanças, são reforçadas pelo senso religioso de que há um propósito por trás dessa sina. Assim, o fatalismo cumpre dois papéis: atua como o resultado da marginalização dos povos destituídos de uma série de direitos, e os protege do sofrimento psíquico; proporciona a aceitação dócil da vontade divina e, conseqüentemente, permite que esses povos tenham o entendimento de que estão agradando às divindades de suas religiões.

A subalternidade dos dominados não é natural. É artefato cuidadosamente esculpido. É uma consequência esperada, planejada, premeditada para classificar e

empurrar para fora das áreas de fruição da cidade as pessoas despossuídas, para que despossuídas elas se mantenham e não possam nunca ter acesso às engrenagens que conservam o sistema tal qual se apresenta. Para que sigam impossibilitadas de alcançar chances de findar as condições de submissão ao poder dominante. Por isso, precisamos falar sobre opressão. Young (1990) desfia as tramas complexas da opressão e encontra neste enredo injustiça e dominação.

Um dos efeitos da opressão é a diminuição da capacidade de expressar sentimentos, ideias e até mesmo de sequer entrar em contato com a chance de senti-los. (YOUNG, 1990). Na opressão, há uma coisificação das pessoas, uma supressão de seus horizontes. Para Young (1990), a marginalização, uma das vias de manifestação da opressão, consiste em ações que intencionam separar uma classe de pessoas para que vivam às margens da sociedade. A marginalização significa impedir que alguns grupos acessem e participem da sociedade de forma igualitária, em consequência disso, se tornam mais expostos a situações de privação material e de vulnerabilidade. Também é importante pensar que esses múltiplos atos de tirania, expressões da opressão, praticados por grupos dominantes contra populações minorizadas, reificam as existências em diversas esferas, talvez a esfera mais difícil de perceber concretamente seja a mais delicada dentre todas, aquela que diz respeito ao que nos torna humanos. A reificação é oposta ao enraizamento, afinal, tritura o que há de singular, de subjetivo, de sensível na pessoa para apreendê-la como coisa. Conforme Gonçalves Filho (1998, p.49) “Se há algo de poderoso nos fatos de reificação é que, não apenas fazem funcionar como coisa quem é humano, mas tendem a obscurecer a visão de que a coisa, ali, é na verdade um homem. ”.

2. 1.3 O Fatalismo Bifronte

Para Blanco e Diáz (2007), na atualidade, o fatalismo se apresenta de maneira bifronte, isto é, há duas faces importantes através das quais a ideologia fatalista se manifesta. Uma dessas faces aparece como uma tentativa de adaptação, que guarda bastante similaridade com os mecanismos de defesa de Freud, e é definida como fatalismo individualista. Essa estratégia tem por objetivo possibilitar a adequação dentro de um mundo social que é repleto de riscos imprevisíveis e incontrolláveis, que são nas palavras de Blanco e Diáz (p. 552, 2007, tradução nossa) “a destruição do

meio ambiente, a ameaça do terrorismo, o desemprego, a exclusão, etc.”. Apesar de não ser inédita, essa expressão do conjunto de crenças fatalistas como um mecanismo defensivo-adaptativo tem aparecido com frequência em sociedades desenvolvidas. O outro rosto do fatalismo, segundo Blanco e Diáz (2007), é aquele caracterizado pela aceitação incondicional dos acontecimentos da vida porque eles seriam reflexos da sorte de cada um, da vontade de Deus ou de alguma outra entidade sobrenatural. Este tipo de fatalismo é coletivista.

No entanto, cabe ressaltar que todo tipo de fatalismo traz em seu cerne uma tentativa de adaptação. Isto é, não apenas o fatalista individualista, que acredita que todos são capazes de modificar suas condições de vida por meio de iniciativa pessoal, mas também aquele mais apassivado, coletivista e entregue aos mandos e desmandos do destino, estão apresentando comportamentos adaptativos, afinal, ambos estão se submetendo à ideia de que as coisas são como são, e ignorando as estruturas que originam as desigualdades.

Blanco e Diáz (2007) recorrem aos conceitos de solidariedade orgânica e mecânica de Durkheim para explicar as duas faces do fatalismo. Na atitude fatalista clássica, de resignação e submissão ao destino, a solidariedade mecânica se faz presente. Já no modelo de fatalismo como mecanismo defensivo–adaptativo, pode-se perceber atributos próprios do estilo de solidariedade orgânica. Segundo Durkheim (1999), na solidariedade mecânica, o indivíduo se dissolve em seu grupo, pois o vínculo que os unirá é representado justamente por essa junção. Já a solidariedade orgânica, pode ser definida pela divisão do trabalho, presente nas sociedades capitalistas, que resulta na supervalorização individual em detrimento da coletividade. Partindo dos pressupostos durkheimianos, Blanco e Diáz (2007) entendem que o fatalismo individualista (defensivo-adaptativo) costuma apresentar-se também por meio de uma tentativa de individualizar problemas coletivos e buscar recursos próprios para superá-los. Motivações e desejos pessoais são priorizados como uma resposta frente às ameaças que podem afetar, em maior ou menor grau, as diferentes camadas da população.

Lapa (2018) demonstra o fatalismo bastante presente no cotidiano atual, como por exemplo, aquele que se manifesta disfarçado de meritocracia. A ideia de que o único fator determinante para sucesso ou fracasso é o esforço pessoal, além de

fomentar o individualismo e a competição, isenta os séculos de exploração que produziram diferenças socioeconômicas abissais entre as pessoas, e deposita na esfera individual toda a responsabilidade. Acoplada à responsabilização, está a culpabilização, afinal, se é o sujeito ele próprio o único fator determinante para a obtenção de um *status* bem-sucedido, é ele também o culpado quando não consegue tal feito. E a meritocracia pode ser entendida como uma forma de fatalismo porque engendra a alienação ao transferir tudo para o individual e, conseqüentemente, impedir as chances de reflexão e crítica quanto às estruturas sociais mais profundas. Assim, a leitura meritocrática da vida produz resignação ao propagar o pensamento de que o que difere o pobre do rico é a falta de força de vontade para crescer na vida, dessa forma, não há nada o que fazer por uma pessoa que não se esforça o suficiente. Ora, essa pessoa em situação de pobreza é, então, sentenciada como um caso perdido.

2. 1. 4 O Rompimento do Fatalismo

Para Martín-Baró (1997), a ruptura do fatalismo é um processo e, como tal, demanda tempo para ser alcançado. Por ser dialético, significa que a mudança individual afeta a mudança social, e a social afeta a individual. A transformação do pensamento e da conduta individual pressupõe uma desideologização capaz de desarmar os esquemas ideológicos que justificam as desigualdades e alimentam o fatalismo, a obediência e a resignação conformada.

Segundo Martín-Baró (1998), o desmonte do fatalismo implica os seguintes pontos importantes:

1. O resgate da história dos povos porque, através desta recuperação pode-se superar a fixação no momento presente revisitando o passado e pensando futuro. Essa análise do passado histórico propicia o conhecimento sobre as próprias raízes e o entendimento dos acontecimentos, que se deram ao longo dos séculos, causadores das estruturas sociais como se apresentam no presente. Pode-se entender, por exemplo, que a miséria não é obra divina, mas o resultado de décadas de exploração e dominação. Recuperar a memória histórica é crucial para a desconstrução da aceitação incondicional. É necessário porque um povo que vive somente o – e no – presente, está alienado de sua própria história. Vive reificado, feito coisa. Feito peça

em linha de produção, que é jogada para lá e para cá. Conforme assinala Rosa (2020), é característica do capitalismo, e de seus modos de produção, a ênfase ao individual em detrimento do coletivo, e desse traço resultam tantos outros que isolam cada vez mais as pessoas, coibindo uma possibilidade de pertencer genuinamente a uma comunidade, minando as trocas sinceras e, conseqüentemente, impedindo a evocação, circulação e manutenção da memória histórica.

2. A organização popular capaz de superar as tendências individualistas e articular as massas em prol de seus interesses. Este ponto é importante porque rompe com a ideia de que cada um está isolado e de que é o único responsável por “consertar” (ou aceitar) suas condições de vida. Unidos e agindo coletivamente, os povos podem caminhar em direção ao resgate de suas potencialidades. A ação, ou prática, de classe aparece como a noção crucial para superação do fatalismo, porque Martín-Baró (1998) considera os outros dois apontamentos impraticáveis sem que exista o entendimento sobre as classes e sobre as necessidades de ruptura com as estruturas que engendram exclusão e resignação passiva.

2. 2 Conscientização

O termo ‘conscientização’ é frequentemente associado a Paulo Freire, o que parece bastante plausível mediante toda a construção do educador em defesa de uma práxis de educação libertadora, porém, segundo o próprio Freire (1979), o uso específico da palavra, para definir o amplo sentido das práticas que o trabalho propunha, deve-se aos professores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que passaram a considerá-la em 1964. Posteriormente, a difusão da ideia coube a Hélder Câmara, que se dedicou a traduzi-la para outros idiomas a fim de que a mensagem ultrapassasse as barreiras geográficas e atingisse outros territórios.

São plurais os significados atribuídos à conscientização, e vão desde aqueles encontrados nos dicionários de língua portuguesa que a definem genericamente como ato ou efeito de conscientizar e de tomar conhecimento sobre algo, até as definições psicanalíticas que legam à palavra o sentido de desvelar algo que era inconsciente para o sujeito e, portanto, apesar de ter potencial de interferência em sua vida, seguia desconhecido. Já nas ciências sociais, o sentido dirige-se para as relações que existem na sociedade, e desponta para a compreensão sobre os postos que cada

pessoa ocupa dentro destas dinâmicas e para a conseqüente chance de ação para modificar tais estruturas. Esta última acepção é a que mais se aproxima dos postulados de Paulo Freire.

Martín-Baró (1997) elabora a conscientização freireana traçando um paralelo com o trabalho de alfabetização praticado por Freire. Ao adquirirem o letramento, os trabalhadores, há pouco analfabetos, eram ensinados a fazer mais do que a mera decodificação de um código alfabético, eles eram convidados a entender o que lhes acontecia e a vislumbrarem perspectivas para reescreverem a história da qual faziam parte, até então, como aqueles que estavam sujeitados aos acontecimentos. Nas palavras de Freire (2006, p. 56) não basta saber que “Eva viu a uva, é preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho”. Isto é, leitura e escrita não têm apenas o poder de propiciar um novo tipo de comunicação, mas, sobretudo, devem permitir uma compreensão acerca do mundo.

Segundo Freire (1979), o movimento de conscientização representa algo além da ideia de entrar em contato com a realidade e acessar fatos, até então, desconhecidos. Tal processo supera uma simples interação do homem com essa realidade porque a atitude de simplesmente participar do mundo e conhecer um ou outro detalhe acaba sendo pueril, acrítica, afinal, ainda não há uma análise criteriosa sobre as funções que desempenha ou sobre sua relação com o entorno. O alcance da conscientização pressupõe a existência de um sujeito dotado de consciência, por isso, é uma possibilidade exclusiva da espécie humana. Ao contrário dos animais, que estão no mundo sem poder transformá-lo, os seres humanos podem existir, modificar, fazer, desenvolver e pensar a realidade. Mas, apesar de ser um modo de ação exclusivo, a conscientização não é inata nos humanos. Não basta nascer dotado de recursos cognitivos que permitam o pensamento, é necessário construir uma ação que transforma. (FREIRE, 1979).

Freire (1979) aponta três formas de consciência existentes. Ele destaca que, entre aquelas que estão mais subjugadas, há em comum uma cultura de silêncio. Nas sociedades dominadas, esse silenciamento aparece entre os mais oprimidos, que não têm voz, mas também entre aqueles que representam um protótipo de classe dominante. Isto é, as classes dominantes do terceiro mundo também não têm voz

própria, agem somente como se reverberassem a mensagem das verdadeiras classes dominantes e hegemônicas dos países ricos. A hegemonia dos abastados do primeiro mundo atinge os oprimidos de seus próprios territórios e viaja para além das fronteiras, afetando todos as nações dependentes.

Um estilo peculiar de consciência dominada aparece nomeada como “consciência semi-intransitiva” e diz respeito a um modo de existir quase simbiótico com o meio circundante. Neste tipo de funcionamento, não há percepção das estruturas sociais, tampouco das assimetrias, que produzem milionários e miseráveis, presentes na sociedade. Aqui, tudo o que incomoda encontra justificativa fora da realidade, ou seja, as agruras da existência são explicadas como consequências do destino, provações impostas pela vontade divina, entre outras razões associadas ao conformismo ou ao pensamento religioso. O fatalismo está fortemente presente neste grau de consciência e, uma vez que a razão dos problemas se encontra apartada da realidade concreta, as chances de resolução também escapam àqueles que pensam de forma semi-intransitiva. Por essa razão, é comum observar em algumas populações o uso de rituais, de caráter mágico e defensivo, para aplacar a fúria da natureza, e assegurar, por exemplo, uma boa colheita. (FREIRE, 1979).

A consciência “semi-intransitiva” não é uma sentença definitiva impossível de ser transformada, ao contrário, ela é percebida por Freire (1979) como um estado que pode ser modificado. Mas, entre a apreensão de alguns recortes da realidade objetiva que acontece, por exemplo, quando esses sujeitos passam a conhecer um pouco mais sobre os fatos que fazem a sociedade ser como é, e a efetiva mudança de suas ações no cotidiano, há bastante a ser construído.

Ainda em Freire (1979), há um outro tipo de consciência, denominada “transitivo-ingênuo”. Nesse estilo de organização, a percepção está mais apurada e, além de alcançar detalhes que escapam ao modelo semi-intransitivo, também há uma diferença no filtro interpretativo da realidade. No entanto, as delimitações entre esses dois tipos de funcionamento não são bem definidas, isto é, mesmo aqueles dotados de uma consciência transitivo-ingênuo, é presumível que apresentem modos de apreender nuances do cotidiano de maneira semi-intransitiva. Ambas são consciências dominadas, mas na segunda, existe mais conhecimento e menos imersão na passividade.

A terceira consciência que aparece entre os postulados de Freire (1984) é a “transitiva crítica”, marcada por uma postura mais ativa na problematização da realidade e análise crítica dos fatos. Nesse ponto de conscientização, as explicações mágicas e resignadas cedem lugar à curiosidade, à atividade, à inquietude, ao diálogo, ao questionamento e à responsabilização. A passividade também deixa de figurar como traço marcante nestas personalidades.

Compreensão e ação são, para Freire (1984), indissociáveis. Não é possível compreender a vida de maneira fatalista e agir criticamente, da mesma forma acontece no oposto, quando se compreende o entorno de maneira ativa e implicada, esse entendimento se reflete na forma de ação. Ou seja, é como se consciência e prática estivessem atreladas, o que aparece bem explicado na concepção de Euzébios Filho e Gradella Júnior (2020, p.94) “a consciência é práxis e assim ela se diferencia, em última instância, pela unidade entre conhecimento e ação, teoria e prática”.

Martín-Baró (1997), estabelece três componentes essenciais para o alcance da conscientização. O primeiro deles pressupõe a transformação da realidade em que se vive, e este é um processo dialético, pois, ao modificar o cenário que o circunda, o ser humano modifica a si mesmo. Mas, essa ação transformadora não acontece por determinação ou obrigatoriedade, é uma construção baseada em debate, conhecimento e envolvimento pessoal.

O segundo aspecto diz respeito a leitura do mundo de forma traduzida, ou seja, via interpretação dos códigos que sustentam aquilo que se conhece. O autor utiliza o termo “decodificação” para falar sobre a necessidade de entender quais engrenagens mantêm os povos cativos e, uma vez que se compreende tais mecanismos, expande-se a forma anterior de pensamento que naturalizava os acontecimentos. Dentro dessa leitura decodificada da realidade, o raciocínio tende a ser mais crítico e, conseqüentemente, propicia a ampliação dos recursos para agir e transformar a realidade. O efeito aqui também acaba sendo dialético, porque o grau de consciência adquirido faz com que as pessoas passem a agir de forma diferente e, quando assim o fazem, ampliam a consciência atual e possibilitam o desenvolvimento de novas formas ainda mais críticas. (MARTÍN-BARÓ, 1997).

O terceiro ponto importante para Martín-Baró (1997) é o conhecimento adquirido sobre a realidade. Ao entenderem suas realidades e as posições que ocupam nelas, as pessoas passam a compreender mais sobre si mesmas, sobre os papéis que desempenham e sobre a maneira como funcionam dentro de seus contextos. O espaço ocupado e as ações desempenhadas por um trabalhador das classes populares são certamente diferentes daqueles pertencentes a um empresário que figura entre as listas dos mais ricos de um país.

De acordo com Martín-Baró (1997), o conhecimento supracitado produz não só o acúmulo de informações sobre si mesmo e sobre o entorno, mas oferece a aptidão de pensar sobre um vir a ser. Isto é os atos de reaver a memória histórica, analisar suas raízes e compreender as estruturas sociais que o fazem ser quem é na atualidade, emancipam o sujeito rumo a um futuro menos dominado.

Adquirir consciência de si e pensar em novas opções de futuro em um nível individual, não são ações verdadeiramente conscientizadoras, pois, apesar de permitirem algumas mudanças na vida privada, não produzem qualquer efeito sobre a origem do problema social que afeta todo um grupo. Conscientizar-se, como assinala Martín-Baró (p.17, 1997, tradução nossa), “supõe uma mudança no processo de mudar sua relação com o meio ambiente e, sobretudo, com os demais”. A definição exata da capacidade crítica ora parece assemelhar-se à metáfora de uma lente que aperfeiçoaria a maneira com que se enxerga a vida cotidiana e, conseqüentemente, refinaria a apreensão do contexto. Ora, parafraseando William Blake, parece razoável ser entendida como se representasse portas purificadas de percepção capazes de mostrar ao homem a infinidade de significados que se escondem por trás de cada acontecimento, que antes eram entendidos como conseqüências de um destino.

Na teoria de Freire (1984), o sentido da crítica se aproxima do conhecimento de si mesmo e do mundo como verdadeiramente é, e tal estado pode ser alcançado através de um trabalho pedagógico, que proporcione a oportunidade de refletir, se reconhecer e identificar as causas dos acontecimentos.

A criticidade para nós implica na apropriação crescente pelo homem de sua posição no contexto. Implica na sua inserção, na sua integração, na representação objetiva da realidade. Daí a conscientização ser o

desenvolvimento da tomada de consciência. Não será, por isso mesmo, algo apenas resultante das modificações econômicas, por grandes e importantes que sejam. A criticidade, como a entendemos, há de resultar de trabalho pedagógico crítico, apoiado em condições históricas propícias. (FREIRE, 1984, p. 60)

A promoção da conscientização demanda uma relação horizontal e participativa, exige um pensamento grupal porque necessita da compreensão do coletivo e não somente da esfera individual para que possa fazer emergir uma práxis transformadora das condições sociais. Para Freire (1979), desse processo resulta para os seres humanos a tomada de seus papéis como sujeitos que agem, que fazem e transformam o mundo. Martín-Baró (1998) soma a essa acepção a ideia de que quando se age a partir da conscientização, tem-se a chance de romper com o fatalismo que mantém o povo alienado.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS: Ativismo, Militância e Atualidade

3. 1 Militância x Ativismo:

Para pensar os movimentos de militância e ativismo que podem auxiliar no percurso de construção de uma consciência mais crítica, é necessário primeiramente considerar as diferenças de significado entre os termos (militante e ativista) no contexto atual.

De acordo com Sales (2019), o uso das designações “militante” e “ativista” como sinônimos é bastante frequente, mas, apesar de guardarem certa semelhança, acabam tendo significações distintas. Os movimentos sociais mais recentes, definidos como novos ou contemporâneos, instauraram a necessidade de repensar as palavras usadas para assinalar suas ações. Por mais que ambas falem sobre o desenvolvimento de uma atuação conjunta a fim de promover mudanças, as formas de atuar, isto é, os meios para conseguir este fim são diferentes na militância e no ativismo.

Veiga-Neto (2012) propõe uma distinção entre militância e ativismo, apesar de entender que ambos falam sobre mudança, movimento e ação. Contudo, a militância está atrelada a algo coletivo, em que todos os que integram aquele mesmo grupo partilham um ideal igual, que foi previamente pensado por outras pessoas, como os líderes de um partido, organização, etc. Já no ativismo, anterior às ações coletivas, há um comprometimento individual do ativista com a causa, pois existe uma ética pessoal implicada.

Uma revisão bibliográfica conduzida por Sales, Fontes e Yasui (2018), que investiga o significado da palavra militância, partiu de um discurso político de convocação aos apoiadores de um determinado partido, para achar respostas que pudessem fornecer uma amplitude sobre o termo. Militância ora aparece como adjetivo, que qualifica a forma que as pessoas praticam o ato de militar, e ora é descrita como substantivo, que nomeia os indivíduos e os grupos que militam. Sales, Fontes e Yasui (p.568, 2018) optam por “definir militância como uma metodologia para produzir ações coletivas a fim de intervir, ou interferir, nas normas sociais vigentes”.

Mencionando as ideias de Canguilhem, Sales, Fontes e Yasui (2018), entendem que aqueles que praticam a militância de forma potente e contundente, estão entregando um tipo de dedicação que, muitas vezes, invade seus próprios desejos e quererres individuais, que podem até mesmo ser colocados em segundo plano, e ser imolados pela busca de um ideal que ganhe atenção exclusiva (e pareça fazer o sacrifício valer a pena).

Saraiva (2010) nomeia uma diferenciação entre o que se entende por militância e ativismo tomando como base o Movimento Passe Livre que, no princípio da organização de suas pautas e atuações, teve um debate interno buscando eleger a palavra correta que definisse suas ações. A palavra militância foi alvo de uma rejeição inicial por parte de alguns integrantes do movimento que entendiam que ela estava muito atrelada às práticas de causas políticas e sociais já conhecidas e, talvez por isso, estigmatizadas no Brasil. A noção de ativismo pareceu, àquela época, fazer mais sentido para esses componentes do grupo que desejavam um termo mais descolado das velhas práticas militantes.

Sales (2019) também recorre ao MPL e às críticas tecidas ao conjunto de termos ligados às atividades militantes, possivelmente como uma tentativa do movimento de se descolar de todas as representações institucionais de partidos, sindicatos, religiões, organizações, etc. A escolha por uma atuação descentralizada e independente também foi observada nos estudantes que ocuparam as escolas públicas paulistas no final de 2015. Para Gohn (2018), a postura adotada tanto pelos jovens alunos quanto pelo Movimento Passe Livre revela uma tendência de se desassociar da antiga esquerda, representada pela palavra “militância”, assim, o termo “ativista”, menos usado e menos ligado a instituições, pareceu caber mais satisfatoriamente no que pretendiam.

Os discursos em tom crítico, por parte dos componentes do MPL, são citados por Sales (2019, p.37) “estruturas organizativas hierárquicas, a centralização das informações e dos processos decisórios e a uma rigidez militarizada que, segundo eles, caracterizariam os militantes e a militância.”. Sales (2019) apresenta uma leitura sobre a militância mais associada ao socialismo marxista, enquanto o ativismo, mais independente e recusando essas estruturações supracitadas, estaria mais próximo de uma visão ligada ao anarquismo. Embora teça essa comparação, o pesquisador

ressalta que não pretende associar os termos a pólos políticos específicos e nem mesmo pretende apresentar uma diferenciação valorativa.

Ainda segundo Saraiva (2010), parece ter havido uma naturalização de ambos os termos, já que, mais adiante, as duas palavras passaram a ser aceitas e as tentativas de tomar distância de um ou de outro significado, aparentemente acabaram por se dissolver. A pesquisadora justifica essa mudança de postura ao fortalecimento das identidades destes integrantes que, por estarem mais certos de quem são e pelo que lutam, deixaram de ver as raízes da militância clássica, tradicional, como potenciais ameaças à desintegração de suas crenças.

A decepção e a descrença com partidos políticos e ideologias exerceram certa influência sobre os jovens que se articularam nos últimos anos. Gohn (2018) percebe o surgimento de uma nova forma de ação por parte desta juventude, que se manifesta também através de uma recusa das antigas maneiras de militar, já que estes acreditam que a militância pode acabar silenciando as individualidades ao utilizar os engajados como instrumentos para que partidários alcancem seus objetivos políticos.

Buscando uma reflexão sobre militância e ativismo e os diferentes tipos de consciência identificados por Freire (1979), entende-se que as iniciativas ativistas que, em certa medida, negam a política e se desprendem das lutas de classes sociais, por exemplo, conformam uma consciência transitivo-ingênua, porque apesar de haver uma percepção das problemáticas circundantes e de não estarem entregues totalmente à passividade, ainda existe uma dominação e conseqüente tentativa de adaptação ao sistema corrente. Já na militância, por existir uma ação mais crítica e articulada, que não rejeita a política e que compreende a essencialidade da organização coletiva, existe uma consciência transitiva crítica.

É possível concluir que a militância, por defender a coletividade, apresentar uma visão crítica mais consistente e buscar meios para combater as desigualdades está mais aproximada da ideia de conscientização amplamente discutida em tópicos anteriores.

3. 2 Movimentos Sociais:

Para encetar as explicações sobre o tema, é imprescindível salientar a existência de teorizações sobre lutas sociais que procuram diferir movimento social de outras formas de iniciativa. Diani e Bison (2004, p.220), elencam essas distinções, que consideram expressivas, segundo eles, existe nos movimentos uma “perspectiva de rede” entre indivíduos que se engajam em uma causa de cunho político ou social, e essa causa é originada de um conflito. Nas palavras de Diani e Bison (2010, p.221) “[...] vemos os processos de movimento social como exemplos de ação coletiva com clara orientação para o conflito com relação a oponentes sociais e políticos específicos [...].”

Sob essa perspectiva, Diani e Bison (2004, p.221) apontam três aspectos presentes nos movimentos sociais:

Presença ou ausência de orientações para o conflito com oponentes claramente identificados; Trocas informais densas ou esparsas entre indivíduos ou organizações engajadas em projetos coletivos; Identidade coletiva forte ou fraca entre os membros dessa rede.

De acordo com Gohn (2019, p.13), os movimentos sociais são “[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam diversas formas da população se organizar e expressar suas demandas. ” Suas práticas são múltiplas, vão desde os atos de protesto até à publicação de manifestos, notas, etc. Gohn (2019, p.13) destaca que, na era digital, a internet tem sido frequentemente utilizada como meio de comunicação para os grupos, além disso, ela fala sobre a atuação em “redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais”, e recorre ao termo “agir comunicativo”, utilizado por Habermas para explicar esse tipo de ação.

As diversas formas de organização popular não são exclusividade de uma época, os movimentos sociais, dos mais variados tipos, existem desde sempre e, para Gohn (2019), prosseguirão existindo. Esta noção de continuidade, ou seja, a ideia de que os movimentos sociais são quase ‘eternos’ (existiram e existirão) nasce do entendimento de que o que move as pessoas que se reúnem em torno de uma causa sempre esteve e estará se atualizando. São sinônimos de resistir a quaisquer tipos de

tiranias, silenciamento e proclamam a insatisfação e o desejo de que aconteçam mudanças.

Alonso (2009) associa o surgimento das teorias sobre os movimentos sociais às organizações populares que aconteceram em países ocidentais na década de 60 sob lemas que pregavam a supremacia do amor em detrimento da guerra. Essas articulações eram, à época pacifistas e sem interesses políticos. Entre os anos de 1930 e 1960, Alonso (2009) cita que houve uma era clássica para as teorias dos movimentos sociais. A primeira mencionada é a teoria que surgiu como uma espécie de “desmobilização”, pois, minimizou o impacto das revoluções ocorridas até então ao realizar uma leitura da sociedade que indicava a existência, a partir daquele momento, de um certo estado de comodidade frente ao capitalismo e ao consumo e, por esse viés, as manifestações coletivas estariam apenas sendo palco para reprodução de insatisfações pessoais expressadas com reatividade.

Na década de 60, as ideias sobre desmobilização foram confrontadas pelo surgimento de movimentos que não se encaixavam nem no modelo de revolução precedente, como nas lutas dos operários e dos revolucionários mundo afora, e nem podiam ser compreendidas por essa teoria que pensava em desmobilizar e, de certa forma, invalidar. Estes fenômenos eram diferentes do que se conhecia até então, afinal, não pretendiam a derrubada de governantes seguida de uma ocupação do poder, e também não eram pautados pela tradicional luta de classes, ao contrário disso, tinham como pautas questões de “[...] etnia (o movimento pelos direitos civis), gênero (o feminismo) e estilo de vida (o ambientalismo e o pacifismo[...].” (ALONSO, p.51, 2009).

As novas formas de expressão e luta ganharam, segundo Alonso (2009, p.51) o status de “[...] movimentos, no sentido de ações coordenadas de mesmo sentido acontecendo fora das instituições políticas [...]”. Além da temática que embasava essas atividades, também se diferiam os atores que as compunham, dessa vez não eram os operários ou defensores de um determinado partido, mas “[...] jovens, mulheres, estudantes, profissionais liberais, sobretudo de classe média, empunhando bandeiras [...] não mais voltadas para as condições de vida ou redistribuição de renda [...].” (ALONSO, 2009, p.51). Essas pessoas não requeriam partilha, divisão e

nenhuma outra exigência clássica das insurgências de esquerda, elas buscavam liberdade para expressar seus modos de ser e existir.

A demanda por mudanças na cultura da sociedade era bastante oposta aos ideais perseguidos pelos socialistas e comunistas de outrora, por isso, Alonso (2009, p.51) entende que a nomenclatura correta para definir essas frentes organizadas é a palavra “movimentos”, porém, ela destaca que a especificação “sociais” é a que cabe melhor para explicá-los. Assim, Angela Alonso emprega a definição de “movimentos sociais” para as manifestações populares que emergiram na década de 60.

Conforme Gohn (2019), a história dos movimentos sociais no Brasil, e em outros países latino-americanos, é marcada pela resistência às ditaduras, sobretudo, nas décadas de 1970 e 1980. A Teologia da Libertação, oriunda de algumas divisões mais politizadas da igreja católica, teve uma participação marcante na oposição aos militares. A tão sonhada retomada da democracia e a Constituição de 1988 acabaram afetando os grupos se organizavam, afinal, após alcançarem as conquistas pelas quais lutaram arduamente, pelo que deveriam lutar a partir daquele momento? Esse cenário produziu o que Gohn (2019, p.20) chama de “desmobilização”.

Contudo, nos anos 90, novas articulações emergiram, dessa vez, seguindo um modelo organizativo diferente, de inspiração mais institucionalizada. Fóruns nacionais, que requeriam direitos diversos, e que, em Gohn (2019, p. 20) passaram a estabelecer “encontros nacionais em larga escala gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los”. Esses formatos contemporâneos de movimentos promovem “iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, impulsionadas por políticas estatais, como a experiência do Orçamento Participativo, a política de Renda-Mínima, bolsa-escola, etc.” (GOHN, 2019, p.20).

Neste mesmo período, grupos de direitos raciais, de mulheres, homossexuais, indígenas, funcionários públicos e ecologistas ganharam mais espaço no país. (GOHN, 2019). Essas reivindicações não eram inéditas, e esses movimentos não passaram a existir no país apenas nos anos 1990, mas é necessário ressaltar que eles passaram a ter mais espaço na sociedade. Conforme Gohn (2019, p. 21):

Grupos de mulheres foram organizados nos anos 1990 em função de sua atuação política, criando redes de conscientização de seus direitos e frentes de lutas contra as discriminações. O movimento dos homossexuais também ganhou impulso e as ruas, organizando passeatas e atos de protesto. Numa sociedade marcada pelo machismo, isso é também uma novidade histórica. O mesmo ocorreu com o movimento afro-brasileiro que deixou de ser quase que predominantemente movimento de manifestações culturais para ser também movimento de construção de identidade e luta contra a discriminação racial.

Corroborando as ideias já mencionadas sobre os fenômenos iniciados nos anos de 1960 na Europa e nos Estados Unidos e, a partir da década de 90 percebidos e aceitos pela sociedade no Brasil, Saraiva (2010) recorre a já consagrada nomenclatura de “novos movimentos sociais” para descrevê-los, além disso, destaca a pluralidade que os caracteriza e também fala sobre suas pautas diversas, que não têm obrigatoriamente a luta de classes como base. As temáticas que preenchem suas agendas estão ligadas a gênero, raça, sexualidade, cultura, entre outros, atualmente denominadas como identitárias.

O ano de 2011 se tornou um marco na história recente. A insatisfação pareceu brotar em diversas partes do mundo e tornou-se combustível para a organização de insurgências que levaram protestantes às ruas em diferentes países. Inspirados pela Primavera Árabe, eclodiram protestos na Espanha, Grécia, Itália e, mais tarde, em 2013, no Brasil (ainda que por aqui as pautas tenham sido cooptadas por um movimento alinhado à direita). Como destaca Silva (2018), é neste cenário que o Occupy Wall Street também desponta, e a simbologia do OWS é interessante porque o movimento se articula em um dos cumes mais altos das representações de poder e dinheiro da atualidade, Nova Iorque. E é significativo refletir sobre essa onda de levantes que, entre muitos outros resultados, trouxe à tona uma nova maneira de organização. Conforme Silva (2018, p.6), essas novas maneiras de organizar as reivindicações e ações propriamente ditas tiveram em comum:

[...] importante uso da internet, das redes sociais e de outras formas então “alternativas” de comunicação para a mobilização e coordenação; a ocupação e/ou a reivindicação do espaço público como locus privilegiado de debate; o protagonismo do setor jovem da população; a resistência a partidos políticos e sindicatos e a preferência por formas horizontais de organização; a ausência de ou fluidez no conteúdo programático-estratégico. Sendo assim,

na conjunção de tais características, seria possível ir além: o ciclo global de protestos daria vida, segundo é argumentado, a uma nova forma de ativismo político [...].

Gohn (2017), ao estudar os movimentos que afloraram com os protestos de 2013, propõe uma diferenciação entre essas atividades e aquelas atribuídas aos novos movimentos sociais. Os ativistas de 2013 negam o pertencimento a movimentos, preferem se organizar como coletivos desierarquizados, onde todos ocupam a liderança horizontalmente, e se desligam de memórias históricas, não fazem uso de referências de ideários ou lutas de outrora. Ao contrário, os novos movimentos sociais reafirmam suas causas identitárias de forma consistente e embasada. (GOHN, 2016).

Sobre as manifestações de 2013 e as questões geradas a partir dessas ações, Euzébio Filho e Guzzo (2018) destacam que houve uma certa ocupação, em um sentido de reivindicar para si, das inquietações produzidas, por parte de alguns agentes burgueses e conservadores da política, uma ala mais tradicional da direita. Ainda conforme mencionam Euzébio Filho e Guzzo (2018, p.164), “As mobilizações desta direita têm sido capitaneadas não apenas pelos centros partidários já tradicionalmente identificados com esta agenda no Brasil, mas também por movimentos como Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre. ”

Gohn (2019) salienta a premência de pensar não apenas nos movimentos sociais de cunho progressista que buscam condições melhores para a população, lutam contra a exclusão e defendem a promoção das condições para a inclusão, mas também naqueles opostos que, pelas vias do conservadorismo, buscam a difusão de seus ideais baseados em intolerância religiosa, racial, nacionalismo, opressão de gênero, xenofobia, etc. Estes grupos mais intolerantes tentam impor seus interesses pessoais através de atos de violência física e psicológica.

No Brasil atual, Euzébio Filho (2019) percebe uma crise de representatividade, identificada desde as manifestações de 2013, e intensificada pelo impeachment da presidente Dilma Roussef. As decepções e a descrença com a política e até mesmo com as instituições, podem resultar em falta de confiança no futuro do país e, diante disso, é possível inferir que crenças fatalistas ganhem espaço e, ainda mais grave do que o fatalismo, é o solo fértil que a desesperança produz para que propostas de conservadorismo radical floresçam.

3. 2. 1 A Atualidade e os Novos Movimentos Sociais

Gohn (2014) insere a análise dos novos movimentos sociais justamente nesse contexto permeado por tantas modificações que caracterizam os tempos atuais, que são marcados pela ascensão da globalização, das tecnologias, das inovações da internet e pelo conseqüente encurtamento das distâncias. Com o declínio da era moderna, emergiu uma tendência à hesitação frente aos saberes e costumes estipulados, dogmáticos e, conforme cita Gohn (2014, p.42), todas estas incontestabilidades, incluindo a científica, sendo postas à prova, se refletem em uma virada em busca de outras possibilidades de leituras de mundo provenientes do artístico, do feminino, da cultura, entre outros. E estas mudanças de paradigmas que definem aparecem também no campo dos movimentos sociais, lutas coletivas e iniciativas populares, que passam a apresentar novas modalidades de organização e novas requisições.

Há uma transformação nas demandas dos movimentos sociais que, se outrora buscavam uma espécie de mobilização popular para articular lutas por mudanças no macro (pensando na política, na organização do trabalho, etc), hoje se reúnem em torno de causas mais particulares, que nem sempre consideram a complexidade das estruturas que sustentam estas problemáticas. Os múltiplos feminismos, por exemplo, muitos deles desligados de uma problematização sobre a questão socioeconômica ou sobre a questão da raça, representam uma tendência que Gohn (2014) destaca estar aparecendo nas próprias análises dos movimentos sociais, há uma espécie de renúncia, ou de menor ênfase, à consideração marxista e as reivindicações alicerçadas em uma busca por igualdade entre os povos perdem força e cedem espaço “[...] a outras categorias, como capital social, inclusão social

Parece não haver mais um questionamento sobre os porquês de existirem as injustiças sociais. Ao contrário, a *trend* do momento aponta para tentativas de simplesmente pertencer. Isto é, pouco importa o que faz o sistema capitalista ser desigual ou predatório, importa apenas de que forma – ainda que ínfima ou ilusória – é possível sentir ou acreditar que faz parte deste enredo. E aqui é possível resgatar o já mencionado conceito de fatalismo meritocrático, aludido por Lapa (2018), ideia que também aparece no trabalho com jovens em condição de pobreza de Cidade (2012). Ou seja, se não há meios, nem tampouco estímulos, para mudar as estruturas, parece

mais sensato lutar para simplesmente se encaixar nestes moldes. Vertentes do feminismo que enxergam, por exemplo, na pornografia e na prostituição formas legítimas de empoderamento feminino, são perfeitos exemplos de uma submissão à fonte de opressão das mulheres, que preferem simplesmente utilizar brechas para enganosamente acreditar que estão adentrando o sistema ao invés de questioná-lo.

Gohn (2014, p.133) classifica os movimentos da atualidade em três tipos de segmentos: os que seguem pautas identitárias; aqueles caracterizados por lutas sociais que buscam melhorias básicas para a vida (por exemplo, trabalho, direito à moradia, etc); e os que estão organizados em redes, ou seja, “[...] via fóruns, plenárias, colegiados, conselhos [...]”. Os movimentos identitários suscitam uma indagação por parte da autora que questiona se a singularidade das causas permite que exista, de fato, uma ação promotora de libertação do ponto de vista democrático, ou se acabam dando destaque somente a demandas muito específicas que, por conseguinte, deixam em segundo plano a complexidade que sustenta as diversas situações de desigualdade. Nesta pesquisa, consideramos a importância das pautas identitárias, mas buscamos essencialmente um olhar macro, ou seja, ao elegermos o movimento feminista não trabalhamos com a questão das mulheres de forma isolada e descolada das problemáticas de raça e classe.

Ao estudar especialmente os movimentos de mulheres, Gohn (2014) afirma que estas integram a maior parte das iniciativas ligadas ao feminismo, bem como também são a maioria em diversas outras configurações de movimentos sociais, que atuam em diversas frentes. No entanto, mesmo diante da maciça participação feminina, o destaque ainda costuma ser direcionado aos homens, reforçando o ciclo de apagamento feminino. Gohn (2014) aponta ainda que, desta invisibilidade nasce a imprescindibilidade de agir mais detidamente, a fim de conquistar este espaço que tem sido consistentemente negado às mulheres. A autora partilha um apontamento que ressoa de forma bastante positiva nesta análise crítica que buscamos tecer no presente trabalho:

Sendo assim, o sentido que vem sendo construído para a democracia nos movimentos sociais – com grande participação de mulheres – é também excludente e conservador. Isso porque temas fundamentais, como a liberdade, a igualdade e a diferença, não são sequer considerados, porque as mulheres são incorporadas nesses projetos visando apenas gerar renda,

condições econômicas de sobrevivência, num modelo econômico que não está preocupado com a emancipação das mulheres como seres humanos, em suas especificidades, com a opressão e as discriminações a que são submetidas. Um modelo econômico que exclui as mulheres das camadas populares do mercado de trabalho porque não há emprego – há trabalho precário, ocasional, ou uma bolsa-família. Essa pseudoinclusão, de cima para baixo, não gera condições para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades nem contribui para o crescimento cultural, intelectual ou político das mulheres, pois elas apenas mudam de patrão. (GONH, p 153-154, 2014).

Esta problematização reitera a necessidade de pensar em movimentos sociais que sejam capazes de propiciar espaços de conscientização, suficientemente corajosos para mexer no vespeiro dos dogmas hegemônicos que sustentam as desigualdades. E um feminismo que não considere questões intrínsecas às vidas das mulheres pobres, periféricas, mães solo, não-brancas, etc, torna-se um feminismo reprodutor das violências que sistematicamente excluem essas pessoas. Um feminismo que serve ao *status quo* dissemina fatalismos que impedem as mais diversas formas de emancipação de mulheres. Aqui, é válido ressaltar que estes impedimentos alcançam extensões diferentes na sociedade. Permanecer resignada e conformada para uma mulher bem-sucedida financeiramente, com acesso a cuidados em saúde mental e apoio, pode significar a aceitação de um salário mais baixo do que aquele pago a um homem que ocupa o mesmo cargo na empresa, porém, para uma mulher que vive em situação de vulnerabilidade social, econômica e emocional, a resignação pode significar a permanência e a submissão a um relacionamento agressivo que culminará em morte.

3. 2. 2 O Sofrimento Ético-Político e a Felicidade Ético-Política

Ao delinear os caminhos que conduzem à conscientização, a análise da questão ético-política aparece imbricada neste exercício, afinal, perceber-se no mundo pressupõe algum desvelamento de questões pertinentes à própria condição social e histórica. Para Sawaia (1999), há um tipo de sofrimento que é fruto das experiências de exclusão, pertinentes a cada tempo histórico, caracterizado por sentimentos de humilhação, desvalorização e inferiorização. Não é possível acessar um estado de conscientização sem antes perceber-se e, sobretudo, compreender de que maneira as engrenagens sociais conduzem os modos de ser, fazer e sofrer.

Heller (1979, apud SAWAIA, 1999) tece uma diferenciação entre sofrimento e dor. A ideia de dor aparece inerente à experiência humana, como algo que faz parte das interações do próprio corpo com outros corpos, como aquilo que emana das relações, do existir. O que dói assim o faz porque o homem tem a capacidade de sentir e, por isso, prova as dores que permeiam a vida. Já o sofrimento, mostra-se ligado à injustiça. Sofrer carrega consigo uma porção de dor, é claro, mas essa dor está estreitamente aproximada das desigualdades. Porém, ao contrário da dor pura que nasce na experimentação de qualquer ser humano, o sofrimento (e a dor específica que dele provém) são majoritariamente presentes entre aqueles que são afetados pelas injustiças sociais.

Sawaia (1999), expande o entendimento sobre o sofrer ético-político apresentando uma consideração psicossocial que abarca as opressões provenientes das questões de gênero e raça, além daquelas ligadas à classe, e acrescenta que cada tempo histórico traz consigo modalidades próprias de exclusão. A autora recorre a Tolstói e sua Ana Karenina para exemplificar a condição de opressão (de gênero) que acaba por conduzir a personagem à morte. Ao longo da história da Psicologia, se revisitarmos os casos clássicos que serviram como base para as teorias que pautam o fazer clínico, nos depararemos com diversas questões que, à luz dos conceitos críticos trazidos por Bader Sawaia, poderiam ser compreendidas pela noção do sofrimento ético-político.

A definição de sofrimento ético-político de acordo com Sawaia (p.104, 1999) “retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor [...]”. Por isso, pensar os meios para a conscientização é uma tarefa indissociável da premente necessidade de identificação das variadas formas deste tipo de sofrimento que sequestram as possibilidades de vida e bem-estar de determinados grupos atingidos por temáticas ligadas à classe, raça e gênero.

Sawaia (1999) nos relembra que a consideração dos afetos, mesmo nos contextos de vulnerabilidade, é um modo de reafirmar que o indivíduo, ainda que perpassado pela privação, é um ser social, que segue interagindo e sentindo com seu meio. As emoções também desempenham um papel importante quando se pensa em dominação, afinal, cada época enfatiza uma, ou mais, como instrumentos de

opressão, conforme Sawaia (1999), culpa, vergonha, etc, já foram difundidas ao longo da história como estratégias de coerção e controle social.

A felicidade pública, discutida por Arendt (2011), aponta para um tipo de bem-estar percebido quando se pode fruir coletivamente, em outros termos, este conceito diz respeito a uma categoria de felicidade que extrapola os limites da vida privada e alcança todos os indivíduos, através da participação em algo maior. É cabível propor, em consonância com Sawaia (1999), uma leitura do engajamento na militância, leitura esta que entende que a ação militante pode produzir uma experiência que se assemelha à ideia de felicidade pública comentada por Arendt (2011). A aproximação entre os conceitos de felicidade pública e afeto ético-político é uma construção que merece destaque.

Sawaia (1999) propõe, conforme dito anteriormente, que os diversos afetos sejam incluídos nas reflexões sobre as experiências humanas, ainda que estas se inscrevam em cenários de desamparo social. É importante falar também sobre felicidade. O sofrimento, é claro, precisa ser esmiuçado, revisitado, elaborado. Mas a felicidade requer um espaço dentre todas essas análises. O sofrimento machuca, dilacera e marca. Mas a felicidade, igualmente implacável, em algum grau, repara. Por isso, Sawaia (1999) utiliza justamente as lutas sociais, a inserção nos movimentos, o pertencimento a uma coletividade que reivindica, que constrói, que busca direitos, para falar em felicidade ético-política que, bastante semelhante ao proposto na noção de “felicidade pública”, diz respeito a um tipo de satisfação sentida quando as pessoas que lutam por uma causa conquistam algo para todos, que irrompe o individualismo, que ultrapassa o narcísico “eu”/”meu” e alcança uma esfera comum. Este conceito nos é muito caro porque sintoniza com as lutas, com a militância e, especialmente, com as potencialidades que as mulheres podem encontrar através da conscientização feminista.

Podemos pensar em aproximar a felicidade ético-política, engendrada pela coletividade, à noção de enraizamento, como destaca a afirmação apresentada a seguir: “A participação que permite ao indivíduo sentir-se responsável pelo futuro de sua coletividade e, ao mesmo tempo, herdeiro de um passado comum, [...], é relacionada por alguns autores a formas de enraizamento [...]”. (MASSOLA e SVARTMAN, 2018, p.302). Parece bastante crível considerar os movimentos sociais

e as lutas populares como expressões de organização que promovem, intensificam e solidificam as possibilidades de vida e enraizamento de um povo, que sai de uma posição passiva e fatalista, e passa a ser – de algum modo – ator consciente dos desdobramentos de sua história, se organizando, preservando a memória e construindo oportunidades no tempo e no espaço presentes que reverberem também no futuro.

4. SOBRE O FEMINISMO

“A mulher não é apenas metade da população e mãe de toda a humanidade. É um ser social, criativo e inovador. ”

(Maria Amélia de Almeida Teles)

Em 2022, ainda é necessário defender o direito de mulheres terem direitos. Ainda é indispensável fazer campanhas de conscientização durante o carnaval para que homens entendam que o corpo feminino, exposto ou coberto, não deve ser tratado como propriedade deles. Ainda é necessário dizer que uma mulher agredida pelo marido é a vítima. Ainda é necessário pedir que um homem pare de tentar ‘ensinar’ uma mulher sobre a área de conhecimento que ela domina. Ainda é preciso pensar em estratégias para desconstruir o machismo que faz com que homens acreditem que, se o corpo de uma mulher ou de uma criança estiver vulnerável, pode ser violado. Todo esse trabalho parece, diversas vezes, uma eterna tentativa de ‘enxugar gelo’.

Ante essas e múltiplas outras opressões que se fazem presentes no cotidiano das mulheres desde a mais tenra idade, o feminismo se prova muito, e cada vez mais, necessário. Mas o que é feminismo? “Feminismo é a ideia radical de que mulheres são gente”, a famosa frase de Marie Shear sintetiza algo tão básico que deveria estar internalizado na cultura de tal modo que não fosse preciso existir um movimento para requerer isso, o mínimo. No entanto, quando nem mesmo o mínimo é garantido, a única resposta possível é a luta. Para Duarte (2020), a compreensão sobre o feminismo não deveria se restringir apenas à defesa de tópicos específicos, mas ser ampliada para considerar quaisquer iniciativas que se proponham a combater, ou se posicionar contra atos que aviltam os direitos femininos. Ela entende que, ao destacar todos estes gestos de oposição à opressão, também conseguiremos dar o devido destaque às pioneiras das lutas pela liberdade das mulheres.

O feminismo, segundo Teles (1993), pressupõe que há um sistema patriarcal exercendo opressão sobre as mulheres de todas as partes do mundo, opressão que é fruto da exclusão historicamente perpetrada contra as mulheres. As maneiras pelas quais essa engrenagem opressora se manifesta variam conforme cada classe social,

etnia, etc. Em geral, mulheres que fazem parte de grupos mais vulneráveis, tendem a experimentar expressões mais violentas do machismo por estarem mais expostas e terem menos recursos para defesa e proteção. Mas, mesmo aquelas que estão cercadas por privilégios econômicos, títulos acadêmicos e posições de poder, continuam sendo potenciais vítimas, afinal, como cita Teles (1993, p. 10) a opressão se faz presente também através das “[...] superestruturas (ideologia, cultura e política) [...]”. Teles (1993, p.11) defende o feminismo como um ato político, de questionamento às estruturas de poder que sustentam a opressão, a dominação e a soberania de um grupo sobre outro, além disso, ela também apresenta o movimento como um conjunto de ações que visam “[...] a libertação das mulheres e dos homens, pois estes têm sido vítimas do mito do macho, que os coloca como falsos depositários do supremo poder, força e inteligência. ”

Pensando sobre o feminismo, Sorj (2020) assinala que, desde a década de 1990, os estudos sobre o tema tiveram um ponto em comum: as reflexões sobre gênero. A maior parte destas produções se dividiram em dois eixos teóricos, o primeiro deles apresenta o gênero como um fruto da sociedade, que é ensinado de uma geração para a outra, ou seja, o que caracteriza os comportamentos de cada gênero é aquilo que foi sendo informado, repassado pelas famílias, costumes e instituições. Já a segunda vertente, crê que há uma divisão injusta de atribuições entre mulheres e homens, há um desequilíbrio de poder nas atividades e papéis sociais legados a cada um.

Essa distribuição injusta dos papéis sociais que homens e mulheres devem desempenhar se reflete diretamente no poder que cada um ocupa dentro da sociedade. Em geral, a história mostra que o destaque dado àqueles que pertencem ao mundo masculino, sobrepujou a relevância das figuras femininas. Beauvoir (1970) destaca que os privilégios, obtidos justamente pelos benefícios que os homens recebem, convergem para que muitas mulheres ainda desejem conquistar a admiração, a aprovação e a validação masculinas. Beauvoir (1970, p.176) ainda acrescenta: “Disso decorre que a mulher se conhece e se escolhe não tal como existe para si, mas tal qual o homem a define”.

Ao contrário do que vociferam alguns setores mais radicais e conservadores, o feminismo não é um assunto que diz respeito apenas às mulheres. Como discorre

Saffioti (2013), as causas feministas falam também sobre os homens, afinal, os preceitos machistas que limitam e reduzem as mulheres, resvalam neles, que são convocados a apresentar um estilo de masculinidade quase desprovida de humanidade. Por meio de frases que inibem a expressão de sentimentos (“homem não chora”), que os tratam como máquinas sexuais, que silenciam os afetos masculinos, que os ensinam a resolver suas questões por meio da violência e que classificam o que cada pessoa pode ou não fazer de acordo com seu gênero, os homens são ensinados a performar uma masculinidade tóxica. Como ressalta Saffioti (2013, p.34) “[...] a mistificação dos seres femininos corresponde a mistificação dos seres masculinos”.

A linha do tempo, e os consequentes avanços e retrocessos nas vidas das mulheres que serviram como combustível para motivar as iniciativas feministas mundo afora, é amplamente registrada e pesquisada na atualidade. Entretanto, Teles (1993) alerta que os registros sobre a formação do território brasileiro e, conseqüentemente, sobre a vida das mulheres do Brasil, foram desenvolvidos – em sua maioria – pelas classes dominantes ou a serviço delas e, por essa razão, não é totalmente fiel à realidade.

Há, dentro do movimento feminista, algumas subdivisões que agrupam as pautas defendidas, isto é, cada tipo de feminismo analisa as questões que perpassam as vidas femininas por uma ótica peculiar, as principais classificações são: feminismo marxista; feminismo liberal; feminismo radical; feminismo interseccional. Basicamente, o ponto de divergência entre as linhas está na forma como cada uma interpreta a raiz da opressão sofrida pelas mulheres. Neste trabalho, assumiremos uma perspectiva de classe, mais aproximada ao feminismo marxista.

A eleição do feminismo marxista para a construção da pesquisa ocorre por entendermos que somente com a consideração da classe social se torna possível realizar atuações condizentes com um tipo de consciência transitiva crítica que, na concepção de Freire (1979), possibilita uma percepção mais ampliada e apurada das estruturas da opressão e, conseqüentemente, pode direcionar para ação. O feminismo liberal, oposto ao marxista, parece funcionar sob o viés de uma consciência quase semi-intransitiva, que não consegue identificar as estruturas da opressão das

mulheres e defende, por exemplo, que possam sexualizar o próprio corpo como forma de suposto empoderamento.

O feminismo marxista pensa o mundo, e suas relações de poder, considerando o patriarcado, mas também o capitalismo. Apesar de ser anterior à economia capitalista, a estrutura patriarcal foi incorporada por ela, tornando impossível para esta corrente feminista a análise da opressão de gênero isolada da opressão de classes. De acordo com Cisne (2018, p.212), sob o viés marxista, “as relações sociais de sexo, raça e classe são antagônicas e estruturantes porque determinam materialmente a exploração do trabalho, por meio da divisão de classe e da divisão sexual e racial”. Isto é, para pensar em liberdade para as mulheres, entende-se que é mandatório agir para a superação de todas as relações de opressão supracitadas. Cisne (2018) pontua que mesmo dentro dos setores mais à esquerda ainda há muita oposição ao feminismo, como se a luta pelos direitos das mulheres diminuísse a luta pela superação das desigualdades econômicas, além disso, também ressalta a ocorrência de posturas significativamente machistas de homens que se consideram militantes de esquerda.

O debate sobre um feminismo que se insere no sistema de classes sopesa as disparidades existentes entre homens e mulheres como detalhes que devem ser escutados a partir de uma consideração também do sistema econômico vigente naquela determinada sociedade porque, conforme relembra Saffioti (2013) ao analisar a atualidade, por exemplo, as possibilidades de vida da mulher são perpassadas por características do capitalismo, assim como existiam especificidades particulares de todas as épocas anteriores. Isto é, as exigências para a instauração e manutenção de um sistema, interferem diretamente no cotidiano das pessoas que o vivenciam. Sendo assim, a família, o trabalho, a educação, as religiões, a cultura e as individualidades são atravessadas pelo capitalismo. No sistema capitalista, como destaca Young (1990), as opressões contra as mulheres vão além da desigualdade, do pouco prestígio social e dos privilégios conferidos aos homens, o que oprime o sexo feminino é também – e principalmente – a sobrecarga assumida para que os homens possam se dedicar plenamente às suas carreiras profissionais. Há muito investimento e acúmulo de trabalho das mulheres, e esse esforço acontece também através do provimento de cuidados afetivos, emocionais para os filhos e para o homem com quem

se relaciona, bem como por meio das atividades sexuais que desenvolve com ele (e, em muitos casos, não com ele, mas somente para ele).

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção. (Saffioti, 2013, p. 65 – 66).

Para o feminismo liberal, a desigualdade entre os sexos advém da falta de oportunidades para as mulheres e, dessa forma, a garantia da igualdade deveria vir através das instituições, sem ruptura de estruturas e sem grandes revoluções. Sob esta vertente, o que oprime a mulher é a diferença de oportunidades, e não o machismo estrutural como base da sociedade. (CYFER, 2010). O feminismo liberal recebe algumas críticas advindas de outras alas feministas porque, dentre suas bandeiras, acaba defendendo a liberdade sexual e a pornografia como sinais de empoderamento. No entanto, a primeira não parece representar nenhuma inovação às mulheres enquanto o machismo continuar fazendo uso dessa liberdade, mas, em seguida, autorizando os homens a diminuam mulheres pela conduta sexual que adotam. Quanto à pornografia, a indústria bilionária que produz e reproduz este tipo de material significa mais opressão e exploração sexual dos corpos femininos.

As ideias centrais do feminismo radical pressupõem que o patriarcado é a causa raiz de todas as opressões, a luta não busca a igualdade entre os gêneros, mas sim a abolição do sistema patriarcal. A política e as instituições não são percebidas como meios para que as mulheres alcancem seus objetivos, afinal, dentro desta corrente, tudo o que está submetido ao patriarcado está enviesado, corrompido por ele. (SARDENBERG, 2002). As feministas radicais são contrárias a uma divisão de papéis orientadas por gênero, e são críticas às ideias de maternidade compulsória, prostituição, pornografia, criminalização do aborto, cultura do estupro, dentre outros aspectos que consideram ser reflexos sociais do patriarcado. Essa vertente entende que meninas e meninos são socializados de formas distintas porque, desde a mais

tenra idade, recebem um tipo de educação que é enviesada pelas diversas opressões do machismo.

O feminismo interseccional não é considerado especificamente como uma vertente do movimento, mas sim como uma teoria que congrega entendimentos sobre as diversas opressões exercidas por classe, gênero e raça. Esta teoria compreende que a noção de “ser mulher” não é capaz de abarcar as possibilidades, exclusões e experiências de todas as mulheres, afinal, cada uma delas vivencia questões únicas que dizem respeito a uma série de outros fatores que incidem sobre suas vidas. Figueiredo e Martins (2020) explicam a premência de considerar o acúmulo de diversas opressões para que possa ser cabível pensar em liberdade e superação da desigualdade.

Gonzalez (2020) ressalta a essencialidade de considerar raça dentro de quaisquer iniciativas feministas, afinal, o racismo e sexismo se sustentam em ideais falsamente científicos que apregoam inverdades sobre uma suposta superioridade biológica de homens brancos. No machismo, o homem é o sujeito suposto saber e, no racismo, o branco ocupa este local. O sujeito suposto saber é aquele que tudo conhece, que acessa informações privilegiadas e, em consequência disso, está sempre à frente de todos, como se fosse onisciente e onipotente, exercendo uma função tão potente que chega a ser quase sobrenatural. É comum que essa posição seja atribuída a figuras que detêm alguma autoridade e, no caso da sociedade classista, os que estão no controle, seja político ou financeiro, usufruem do conforto e da entrega fatalista daqueles que lhes são subordinados.

As formas de organização dos países latino-americanos ainda hoje demonstram resquícios da colonização e, assim como as sociedades europeias colonizadoras, as deste continente também se estruturaram com base em divisões fundamentadas em gênero e raça, conforme Gonzalez (2020). Ser mulher negra dentro destas hierarquias sociais que privilegiam o masculino e a pele branca é uma condição envolta em camadas de complexidade e, em razão disso, um feminismo que não problematiza temáticas raciais não é inclusivo, porque minimiza as dores de milhões de mulheres e, portanto, perpetua a exclusão e o racismo que as atingem há séculos. Da mesma maneira, um feminismo que não pensa em classe, engendra opressão àquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Se a intenção fulcral da iniciativa feminista é conquistar uma condição de igualdade para as mulheres, ignorar os obstáculos que permeiam essas vidas é renunciar à proposta fundamental da própria ideologia que embasa o movimento.

Para Danièle Kergoat, as relações sociais devem ser analisadas considerando a noção de consubstancialidade. E a autora entende a consubstancialidade como sendo "o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca". (KERGOAT, 2010, p.100). A partir deste conceito, gênero, classe e raça são pensadas nas relações sociais de forma imbricada, isto é, se refletem umas nas outras e, portanto, são indissociáveis, pois, "as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e "raça" se reproduzem e se co-produzem mutuamente. (KERGOAT, 2010, p.94).

A princípio, consubstancialidade parece guardar semelhança significativa com a já mencionada ideia de interseccionalidade. No entanto, Kergoat (2010; 2012) observa distinções relevantes entre as leituras, já que entende que na interseccionalidade, há um viés quase matemático que, por vezes, enfatiza uma forma de opressão na análise, mas não as considera em sua totalidade histórica, social, material. Segundo Hirata (2014), um outro ponto pode ser identificado na crítica de Kergoat: a minimização da classe nas análises interseccionais, que tendem a direcionar seu enfoque majoritariamente para gênero e raça.

As relações se desenvolvem em uma sociedade que é composta por grupos com demandas e interesses distintos e, para apreender a assimetria decorrente destas diferenças, é imprescindível construir uma reflexão que abarque a existência da opressão, da dominação e da exploração, e seus consequentes significados. Cisne (2018) ressalta que, para entender a classe trabalhadora, é premente conhecer também os atravessamentos que acontecem nas vidas destas pessoas, isto é, gênero e raça são tão importantes para pensar nas opressões quanto a classe. Cisne (p.35, 2018) define que "há uma unidade dialética entre as subestruturas básicas de poder na sociedade capitalista: classe, sexo, raça/etnia, na qual essas categorias estão organicamente integradas".

Assim como Kergoat (2010) defende a indivisibilidade entre raça, classe e gênero, que devem ser pensadas consubstancialmente, Saffioti (2004) também percebe estas contradições de modo entrelaçado, como estando em um nó, e deste enovelamento surge um resultado compósito, isto é, Saffiotti não atribui um viés cartesiano de adição às complexidades, mas entende que a imbricação destas produz uma realidade específica, por exemplo, uma mulher preta e pobre é perpassada por opressões que não são contabilizadas em números, mas, por estarem enoveladas, engendram uma experiência própria desta fusão dinâmica.

Saffiotti (1984) aponta para dois fenômenos necessários na compreensão da realidade das mulheres, a opressão e a exploração, e ambos têm intencionalidades bastante similares. Apesar de estarem relacionadas à questão econômica, exploração e opressão também apresentam desdobramentos que atingem a sociedade, a cultura, os modos de ser e de se relacionar. A opressão, para Saffiotti (1984, p.20) é um instrumento para a exploração uma vez que imprime um tipo de “[...] competição entre os seres humanos de modo a marginalizar um grande contingente de mulheres”. O par opressão-exploração tem uma relação dialética, sendo que a opressão facilita a exploração, já que constrói condições de subalternidade às pessoas, as colocando em uma posição de oprimidas, resultando em um caminho facilitado também para a exploração. Mas, é mandatório ter em vista que ambas, exploração e opressão, apesar de engendrarem modalidades de sofrimentos para toda a classe trabalhadora, podem ter maior poder de devastação quando há gênero e raça enovelados.

Hooks (2018) inicia um diálogo entre feminismo e conscientização explicando que a postura feminista é resultado de uma construção, ou seja, não se nasce feminista, no entanto, ao contrário disso, desde a infância as mulheres são socializadas para se adequarem às estruturas patriarcais da sociedade. O sistema patriarcal representa mais benefícios àqueles a quem ele privilegia, os homens, porém, mesmo diante das desvantagens, muitas mulheres negam o pertencimento a uma classe oprimida, acreditando que não existem desigualdades e exclusões.

Para se perceber como mulher, historicamente dominada pelo patriarcado, é necessário antes conhecer as entranhas patriarcais, e, como demonstra Hooks (2018), compreender o que acontece pode ser um passo inicial em direção às mudanças. Hooks (2018) cita alguns movimentos feministas que, no passado, se

organizavam como espaços de catarse, como locais em que as mulheres discorriam sobre suas condições de dominação, expressavam sua raiva, e refletiam sobre as atitudes machistas que permeavam suas rotinas. Esses ambientes eram chamados de grupos de conscientização:

Fundamentalmente, o grupo de conscientização (GC) era um local para conversão. Para construir um movimento de massa, as mulheres precisavam se organizar. A sessão de conscientização, que em geral acontecia na casa de alguém (em vez de em espaço público, que teria que ser alugado ou emprestado), era um local de encontro. Era o lugar no qual pensadoras e ativistas feministas da época poderiam recrutar novos convertidos. (HOOKS, p.24, 2018)

Para Sardenberg (2018), as iniciativas grupais de conscientização por parte das feministas ao longo das últimas décadas, têm sido imprescindíveis para que mais mulheres sejam alcançadas e, reunidas em espaços seguros e promotores de debate, possam refletir sobre os meandros patriarcais, ter suas vivências acolhidas e contar suas histórias incentivadas pelas partilhas das outras componentes. O estudo individual e a busca por materiais informativos são bastante benéficos e podem representar passos valiosos na jornada de consciência sobre o feminismo, no entanto, Sardenberg (2018) assinala que é no encontro com pares que a potencialidade da conscientização se revela, afinal, os relatos de outras mulheres podem propiciar percepções expandidas a respeito da própria condição feminina e dos atravessamentos do machismo que acontecem cotidianamente.

Retomando a lembrança de Hooks (2018) a respeito dos grupos de conscientização, nestes espaços – físicos e simbólicos - todas as mulheres deveriam se sentir bem-vindas para falar, o poder de discurso não permanecia centralizado em alguma liderança, todas as integrantes deveriam ser acolhidas e construir juntas as reflexões. Discordâncias e discussões não eram evitadas porque eram interpretadas como caminhos para a construção de entendimentos. Com as publicações teóricas sobre o feminismo, as reuniões de conscientização acabaram se dissolvendo, e os estudos sobre o movimento foram se tornando mais institucionalizados, inclusive passando a ser parte das disciplinas de graduação nos Estados Unidos durante a década de 1970 (HOOKS, 2018).

No entanto, Hooks (2018) entende que a dissolução dos grupos de conscientização acabou com um passo fundamental para o feminismo: a chance que as mulheres encontravam de se defrontarem com seu próprio machismo internalizado que as fazia, inclusive, agir de forma sexista para com as outras mulheres. Sobre a queda dos grupos que promoviam conscientização, Hooks (2018, p. 24) acrescenta que houve um apagamento “[...] de que é necessário aprender sobre feminismo e fazer uma escolha consciente sobre aderir às políticas feministas e se tornar uma pessoa que defende o feminismo.” A autora ainda discorre a respeito da necessidade de conscientização sobre sexismo, poder e dominação patriarcal para homens, a autora acredita que, se no início dos grupos de conscientização, tivesse havido esse tipo de trabalho, o movimento feminista não teria sido tão criticado por uma imprensa que tentou associá-lo a um tipo de postura “anti-homem”. (HOOKS, 2018).

Mas, além da questão da imagem midiática, a conscientização masculina é mandatária quando se entende que o machismo é estrutural na sociedade e, sem um trabalho de base, sem questionamentos das estruturas e sem promoção de conscientização plural (para todas as pessoas), o feminismo corre o risco de continuar travando uma batalha quase perdida. Porque, apesar de os problemas causados pelo machismo serem muito legítimos, se a conscientização social não for ampla, as mulheres feministas prosseguirão como Dom Quixote, tentando derrotar os impassíveis, e impossíveis, moinhos de vento.

O machismo na América Latina, assim como a devoção às religiões e a história de um povo marcado por uma série de interceptações – desde as colonizações até os golpes apoiados por países do exterior - é uma característica importante ao tentar dissecar as minúcias do fatalismo. Martín-Baró (1998, p.65, tradução nossa) identifica a figura machista já no modelo tradicional das famílias latino-americanas, em que o pai ocupa uma postura psicologicamente fria, machista e de cunho autoritário, o que resulta em “imaturidade emocional e, conseqüentemente, insegurança psíquica”.

Ao estudar especificamente o machismo, Martín-Baró (1968, p.38, tradução nossa) fala sobre o “complexo de macho”, e o define como “um conjunto de ideias impregnadas afetivamente que desenvolvem atividades inconscientes e se manifestam por uma série de sintomas externos”. Os homens, afetados em algum grau por essa forma de comportamento machista apresentam, o que Martín-Baró

(1968, p.39, tradução nossa) nomeia como a “virilidade como uma genitalidade da vida”, ou seja, esses sujeitos passam a se expressar através da sexualidade, se posicionam a partir do órgão sexual. Por isso, as conquistas amorosas/sexuais são tão vangloriadas, já que representariam uma espécie de atestado da masculinidade dos homens.

Outra importante nuance do machismo, segundo Martín-Baró (1968), é a agressividade, que aparece nas tentativas de se impor através de brigas, discussões, porte de armas, etc. Martín-Baró (1968) acrescenta que a recusa de tudo o que parece sensível, frágil e afetuoso também está presente nos comportamentos machistas porque tais características aludem a um estado de vulnerabilidade que é atribuído às mulheres. À mulher, percebida como uma espécie de ser humano inferior, são legadas as atividades que ousam ameaçar este ideal viril de força dos homens, como os cuidados com a casa e com os filhos. (MARTÍN-BARÓ, 1968).

Prosseguindo com as considerações sobre a questão das mulheres, é importante analisar o fenômeno da humilhação social. O próprio termo, humilhação social, parece ser capaz de explicar-se por si só, de um jeito simples e direto. No entanto, as explanações sobre o tema descortinam uma profusão detalhada de sentidos tão sutis e, ao mesmo tempo, afiados, urgentes e carregados de um sofrimento grave. Esta urgência e gravidade, presentes naquilo em que a humilhação social se propõe a explicar, só podiam falar mesmo sobre as questões excluídas, há séculos e séculos varridas para debaixo dos tapetes.

Gonçalves Filho (1998) define a humilhação social como uma modalidade de sofrimento que se inscreve, concomitantemente, como um problema psicológico e político. Falar sobre humilhação social é falar sobre exclusão, sobre a recusa de ofertar a todas as pessoas um tratamento igual, sobre invisibilidade, sobre um impedimento praticado deliberadamente por aqueles que estão em uma posição de privilégio e conseqüente superioridade. Essa invisibilidade se inscreve de diversas maneiras, seja por meio do olhar frio e de canto que demonstra para alguém que um determinado lugar não lhe pertence. Seja através dos silenciamentos impostos às populações minorizadas. Seja via apagamento das dores de um grupo. Seja pela constante lembrança de que existem pessoas ‘inferiores’ por questões de classe econômica, cor da pele ou gênero. E apesar de estes impedimentos parecerem

subjetivos, eles anunciam uma mensagem de 'não pertencimento' que se traduz em limitações bastante concretas.

Das experiências de humilhação social emerge também a angústia, afinal, há um produto psíquico, um custo doloroso, resultante do apagamento sofrido. Por isso é essencial tratar este problema como uma forma de sofrimento que afeta as pessoas não apenas como seres políticos, mas que os atinge igualmente na esfera subjetiva, afinal, os ataca psicologicamente. E, neste trabalho, se faz necessário maximizar a concepção de humilhação social extrapolando-a para pensar de forma interseccional, em raça, gênero e classe, nos permitindo recorrer ao conceito para analisar a questão das mulheres periféricas, muitas vezes excluídas, diminuídas e invisibilizadas pelos reflexos do machismo.

Dando continuidade à apreensão deste tema enquanto fenômeno social e político, encontramos no trabalho de Afonso (2019), as violências que são cometidas em função do gênero sendo lidas como formas de humilhação social por representarem impedimentos coletivos, que perduram ao longo do tempo e que afetam todo um grupo de pessoas (todo um grupo de mulheres). E para que exista alguma resistência contra os desdobramentos desta qualidade de humilhação, é necessário que haja uma organização coletiva feminina. Tomar conhecimento sobre a exploração que as afeta justamente por serem mulheres pode ser uma estratégia valorosa para enfrentarem a humilhação, porque conforme este exercício de aquisição de consciência avança, mais se pode entender sobre as próprias possibilidades de ação que vinham sendo sufocadas e limitadas pela opressão. Na coletividade, no encontro, na circulação dos afetos e na chance de existir para além de uma condição humilhante, as mulheres, sobretudo as mais pobres, as negras, as mães solo, etc, podem se perceber como pessoas integrais, isto é, dotadas de sentimentos, emoções, desejos e direitos.

5. OBJETIVOS

5.1 Objetivo Geral:

Compreender se a identificação com as ideias feministas contribui para a desconstrução de pensamentos e atitudes fatalistas de submissão, aceitação e reprodução da violência de gênero contra as mulheres e de suas consequentes desigualdades, e se as direciona para uma ação coletiva.

5.2 Objetivos Específicos:

- Verificar de que maneira a identificação com as ideias feministas ou a militância podem contribuir para a conscientização.

- Investigar se há sofrimento ético-político nas narrativas das entrevistadas e se o engajamento em causas feministas é uma via de elaboração.

- Entender se a participação na militância feminista, ou a identificação com as causas, produzem alterações na vida privada.

6. METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa qualitativa em Psicologia Social com mulheres residentes no extremo leste da cidade de São Paulo e em áreas adjacentes e que se declaram feministas. Buscou-se compreender se as formas de engajamento – militante ou ativista - proporcionam às mulheres condições de superação das atitudes fatalistas de resignação e conformismo ante à opressão oriunda do machismo estrutural, se fomentam conscientização sobre a condição feminina na sociedade atual e se propiciam o enfrentamento da violência de gênero.

A partir dos conceitos de fatalismo de Martín-Baró (1998) e conscientização de Freire (1979), o problema de pesquisa foi formulado para intentar compreender de que maneira a militância pode viabilizar um processo de conscientização que amplie as percepções sobre uma determinada realidade, promova um entendimento menos fatalista e motive atitudes para superação de possíveis condições de opressão que afetem os grupos. A fim de delimitar as possibilidades de investigação, otimizar os achados e tecer uma análise mais refinada e assertiva, elegeu-se o movimento feminista como amostra representativa da noção de militância.

De acordo com Minayo (2013), as ciências que se dedicam ao social estão atreladas ao estudo qualitativo, posto que, o objeto do qual se ocupam - o indivíduo em sociedade - é dotado de uma série de aspectos da história, cultura, antropologia, entre outros, que demandam uma compreensão aprofundada dos fenômenos que atravessam a vida humana. Minayo e Sanches (1993) definem a pesquisa qualitativa como a área que se detém naquilo que há de profundo nas relações entre o ser e seu meio, sendo ideal para “ [...] aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente. ”. (MINAYO; SANCHES, 1993, p.247).

O método qualitativo respeita a natureza do objeto, rompe, segundo Minayo (2013), com a noção de neutralidade científica ao admitir que pesquisadores trabalhem sob um viés crítico e permite uma relação de horizontalidade entre ambas as partes, a fim de que aqueles que conduzem a investigação não estejam em posição

de superioridade, e nem ajam como detentores do conhecimento sobre a população pesquisada.

González Rey (1998, p. 65, tradução nossa) descreve três premissas que direcionam o método qualitativo de pesquisa, que considera essenciais, sobretudo, nos estudos empreendidos dentro da Psicologia Social, são as seguintes: “[...]o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, o papel do singular neste processo e o caráter interativo da produção de conhecimento”.

Pesquisar qualitativamente é um ater-se às minúcias, às singularidades, aos detalhes que, como pequenos retalhos, agregam o todo a fim de formar uma peça integral, com significados e sentidos, ou como define Minayo (2019, p.20):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, dentro das Ciências Sociais, com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas também por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e compartilhada com seus semelhantes.

O trabalho é pautado pelo viés crítico da psicologia latino-americana que, conforme Montero (2011, p.95), pode ser explicada de acordo com as indagações que a própria propõe: “Quais são as origens psicossociais das situações de desigualdade e de opressão? Como se produzem as mudanças sociais e psicossociais? [...]”. Como nos recorda Wolff (2011), ao buscar compreender – com algum tom de criticidade – um evento que sobrevém na porção latina do continente americano, é premente fazê-lo considerando o que caracteriza o cenário. Ou seja, para pesquisar um fenômeno da vida do povo latino com fidedignidade, é preciso comprometer-se com uma análise que considere não apenas o fenômeno em si, raso e superficial, mas que busque o que há de latente na realidade social que é pano de fundo para tais acontecimentos.

6. 1 Participantes:

Foram consideradas neste estudo mulheres do extremo leste de São Paulo, que têm ligação com esta área por residência ou trabalho, mulheres que resolveram reagir às numerosas situações de opressão, mulheres que, movidas por ódio, amor ou quaisquer outras paixões, se encontraram no feminismo, mulheres como descreve

Gonçalves Filho (2004, p.6) “[...] neutralizadas por seus pais, irmãos e maridos, por seus professores e seus chefes, quando ouvidas como peças domésticas ou por condescendência sexual, quando tidas por reclamonas previsíveis, sem voto [...]”.

Inicialmente, intencionava-se considerar apenas militantes feministas que, de fato, exercessem militância ativa em coletivos, movimentos ou em outras organizações equivalentes. No entanto, durante as tentativas de contato para angariar colaboradoras para a pesquisa, houve grande dificuldade para obtenção de retornos positivos. A maior parte dos contatos empreendidos não recebeu resposta. Diante do exposto, foi necessário ampliar alguns critérios para inclusão de participantes, flexibilizando a obrigatoriedade de estar ativamente vinculada a um grupo militante.

Participaram desta pesquisa cinco mulheres com idades entre 22 e 38 anos, sendo quatro delas residentes de bairros do extremo leste da cidade de São Paulo e uma residente de um município adjacente à área extrema da capital. As voluntárias que são moradoras do extremo leste se dividem entre três bairros diferentes, e a participante que reside no município desenvolve atividade profissional em um deles, desta forma, todas as colaboradoras do presente estudo têm ligação direta com a região que nos propomos a pesquisar. Dentre as cinco, duas são casadas e dividem suas casas com seus respectivos maridos e filhos, três são solteiras e residem com pais e outros familiares. Todas as mulheres se declararam como feministas, no entanto, apenas duas delas exercem militância de forma ativa em organizações, uma participante colabora eventualmente prestando serviços para coletivos pautados pelo feminismo, e as outras duas não fazem parte de grupos militantes.

A fim de preservar as identidades das participantes, elegemos nomes de autoras feministas citadas no trabalho para nomear as voluntárias. Sendo assim, utilizaremos: Simone, Valeska, Lélia, Silvia e Bell, que se referem respectivamente às feministas Simone Beauvoir, Valeska Zanello, Lélia Gonzalez, Silvia Federici e Bell Hooks. A distribuição dos nomes entre as participantes ocorreu de forma aleatória.

Abaixo, na Tabela 1, constam os dados sociodemográficos coletados através de formulários digitais (Google Forms) preenchidos pelas participantes:

Participante	Idade	Estado Civil	Raça	Local de Residência
Simone	33	Solteira	Branca	Itaquera
Valeska	22	Solteira	Branca	São Miguel Paulista
Lélia	38	Casada	Branca	Poá
Silvia	27	Casada	Branca	Itaim Paulista
Bell	23	Solteira	Preta	São Miguel Paulista

Todas as participantes são graduadas em cursos de nível superior, uma delas é pós-graduada e outras duas estão cursando pós-graduação. As cinco mulheres desenvolvem atividade profissional, duas delas atuam como psicólogas e as outras trabalham como: advogada, assistente social e professora. Quatro entrevistadas disseram pertencer à classe média-baixa e uma definiu sua classe social como média. Quanto à orientação política, quatro delas se consideram alinhadas à esquerda, e uma se identifica com a centro-esquerda. Abaixo, os dados são apresentados na Tabela 2:

Participante	Classe Social	Escolaridade	Profissão	Preferência Política
Simone	Média-Baixa	Pós-graduada	Advogada	Centro-Esquerda
Valeska	Média-Baixa	Graduada	Psicóloga	Esquerda
Lélia	Média-Baixa	Pós-graduanda	Professora	Esquerda
Silvia	Média-Baixa	Pós-graduanda	Psicóloga	Esquerda
Bell	Média	Graduada	Assistente Social	Esquerda

Elas afirmaram conversar sobre feminismo em suas vidas particulares nos ambientes familiares, profissionais e também entre amigas. As entrevistadas buscam conhecimentos feministas através de diferentes fontes, conforme especificado na Tabela 3:

Participante	Conversas sobre Feminismo no Cotidiano	Meios em que Consome Informação sobre Política
Simone	Fala às vezes, com família e amigos	Canais de TV aberta e fechada; Jornal; Artigos; Twitter
Valeska	Família e amigos	Canais de Tv aberta; Jornal; Sites de notícias; Instagram
Lélia	Amigos e alunos	Canais de TV fechada; Jornal; Revistas; Artigos; Sites de notícias; Facebook, Instagram, Canais do YouTube
Sílvia	Família, parentes e amigos	Canais de TV aberta; Artigo; Sites de notícias; Instagram; Youtube

6. 2 Local:

A zona leste de São Paulo é a área mais populosa da capital. Os bairros mais afastados do centro, e localizados próximos às divisas com municípios, formam aquilo que é denominado extremo. Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Guaianases, Itaim Paulista, Itaquera, São Mateus e São Miguel Paulista integram um território de 453,7 km² e compõem a macrorregião leste 2, o extremo leste da cidade. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2020).

Mas, para compreender os diversos aspectos que caracterizam região, e que motivaram a escolha deste território para o desenvolvimento do estudo, é necessário primeiramente propor uma reflexão sobre a ideia de periferia. Raimundo (2017) descreve um movimento de “periferização” na cidade de São Paulo, que consistiu no afastamento dos trabalhadores do centro, direcionando-os a áreas distantes e com pouca infraestrutura. A pesquisadora ressalta que muitos dos moradores das periferias paulistanas não circulam na cidade para desfrutá-la, mas apenas para ida e volta do trabalho.

O Manifesto Periférico traduz a periferia sob a perspectiva de quem é morador desse espaço tão estigmatizado:

Compreendemos PERIFERIA como [...] abrigo das classes trabalhadoras brasileiras, da maioria da população negra, indígenas urbanos e imigrantes e

cujos traços culturais são entoados pela heterogeneidade resultante do encontro (nem sempre pacífico) desta convivência multicultural atravessada pela desigualdade social. Periferia, não por acaso, substantivo feminino no qual se inscreve a história corrente de inúmeras mulheres. Museu sem teto [...] cuja geografia é território, marca identitária e também espaço de exclusão econômica, com excesso de polícia e ausência de políticas públicas que procurem agir na resolução das consequências de um processo histórico de brutalidades sociais, desigualdades e injusta distribuição de riquezas.

(NARRATIVAS DE UMA ZL 100 REGISTRO - MANIFESTO PERIFÉRICO, 2013/2019, p.144-145).

Os estigmas que recaem sobre a periferia são numerosos e, quase sempre, alimentados por diversos setores da sociedade. Alimentados por jornais que estampam as piores tragédias, mas não cumprem o papel informativo de denunciar os porquês de os índices de criminalidade serem tão absurdos nas zonas mais pobres das cidades. Alimentados por programas de televisão que promovem todo tipo de competição sensacionalista em seus estúdios bem iluminados – bem iluminados para destacar as mazelas, porque a espetacularização do sofrimento aumenta a audiência – entre pessoas pobres, para que essas ganhem um “dia de princesa”, a reforma de uma casa ou a modificação de um carro velho (que, geralmente, se transforma em uma coisa caricata), ou qualquer outro prêmio genérico. Alimentados por alguns pesquisadores que se aventuram pelos rincões periféricos da cidade para buscar seus objetos de pesquisa como se estes fossem, muitas vezes, atrações de um espetáculo pitoresco – e preenchem seus diários com observações sobre o quão difícil (e penosa, porque eles parecem mesmo dirigir um olhar de pena) é a realidade de quem precisa pegar os ônibus lotados que cortam a cidade.

Gonçalves Filho (1998) percebe o impedimento, produto característico da humilhação social, na vida daqueles que residem nas áreas mais pobres. Esses moradores são impedidos tal qual seus bairros que, como afirma Gonçalves Filho (1998, p.16), “[...] mal puderam nascer para o tempo e para a história”. Ora, se considerarmos o socioambiente que Massola e Svartman (2018) compreendem de modo abrangente, que extrapola as dimensões de lugar tão somente físico e considera características históricas e culturais que marcam a existência de uma

coletividade de pessoas, podemos estender as reflexões sobre os bairros periféricos para analisar também a subjetividade das pessoas que neles residem.

Isto é, se o socioambiente também diz respeito à história, à cultura e, aplicando alguma elasticidade ao termo, pode-se pensar que fala até mesmo sobre as possibilidades de ser e existir em um local, é cabível considerar que o impedimento concreto dos bairros reflete um impedimento intangível – mas também real - no psiquismo de seus residentes. Esse raciocínio encontra sentido no recorte do trabalho de Svartman (2010) que, partindo das proposições de Gonçalves Filho para pensar o trabalho operário, entende a humilhação social como, dentre muitas outras coisas, uma experiência que acarreta em desenraizamento por limitar, restringir e construir barreiras que produzem efeitos de segregação bastante concretos.

A pessoa periférica é estigmatizada. Quando consegue adentrar lugares – que, até então, pareciam proibidos e distantes psicologicamente, geograficamente e socialmente – é, mais uma vez, estigmatizada. Os sobrenomes são suprimidos, e os apelidos “da ZL”, “perifa”, “lado leste”, “da quebrada”, etc, rapidamente são a ela atribuídos. Quando retratada por terceiros – em novelas, filmes, e diversas outras produções audiovisuais – a pessoa periférica é estigmatizada. Essa pesquisa, pretendeu romper com pressupostos preconceituosos e considerar as pessoas periféricas como seres integrais, que não podem ser definidos – e nem minimizados – pelos seus locais de residência.

Dunker (2020) utiliza o termo “geografia imaginária” para falar sobre um tipo de exclusão imaterial. O autor menciona um programa desenvolvido em São Paulo, por parte do poder público, que pretendia incentivar a ida dos moradores da periferia ao Theatro Municipal, concedendo-lhes transporte gratuito e ingressos. No entanto, o projeto não obteve a adesão esperada. A interpretação de Dunker (p.150, 2020) é de que “A geografia imaginária cria e mantém, portanto, efeitos de segregação Real”. As pessoas periféricas foram afastadas, isoladas, privadas de acesso à educação de qualidade, à fruição da cidade. Olhadas com desconfiança, nunca vistas de verdade, então, parece bem lógico que a internalização dessa segregação as impeça de acessar espaços que sempre lhes foram negados.

Devido às restrições impostas às interações presenciais motivadas por questões de biossegurança decorrentes da pandemia de COVID-19, todos os contatos aconteceram através de plataformas digitais, como: Google Meet, WhatsApp e Google Forms.

6. 3 Instrumentos:

A fim de atingir os objetivos propostos pela pesquisa, foram utilizados como instrumentos: questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada.

O questionário sociodemográfico foi construído especificamente para a amostra que pretendemos investigar, objetivando compreender aspectos sobre classe, etnia, local de residência, escolaridade, preferências políticas, tempo de militância e consumo de informação. As entrevistas foram compostas por questões pré-definidas, mas, de acordo com as respostas, outros temas que não haviam sido contemplados foram abordados e, assim, as discussões que emergiram nos relatos de cada participante foram ampliadas, permitindo um aprofundamento na experiência pessoal das militantes. As perguntas que nortearam as conversas foram desenvolvidas exclusivamente para este projeto.

O roteiro de entrevista semiestruturada teve o intuito de compreender como as entrevistadas percebiam o machismo, o feminismo e a importância da militância, ou da identificação com as pautas feministas, em suas vidas pessoais e para a transformação da sociedade. Para Severino (2017), as perguntas semiabertas permitem reunir informações seguindo um roteiro que assegura o cumprimento dos objetivos, mas permitindo que novos temas que não haviam sido considerados emergjam durante a conversa. Minayo (2013) entende que este instrumento favorece a contemplação de assuntos relevantes para a investigação, e estes podem ser aprofundados, justamente como pretende a abordagem escolhida, a qualitativa.

As questões que compuseram a entrevista semiestruturada podem ser verificadas no Anexo C.

6. 4 Procedimentos de coleta das informações:

O projeto foi submetido para aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Após emitido o parecer de aprovação, foram realizados contatos com mulheres identificadas com o feminismo do extremo leste de São Paulo através de grupos e perfis em redes sociais (Instagram e Facebook), as convidando para participarem da pesquisa (o modelo de chamada está disponível no Anexo D). As mulheres que concordaram em contribuir com este estudo autorizaram suas participações, a gravação das conversas, utilização e publicação dos dados obtidos, através do preenchimento e aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (modelo disponível no anexo A) digital (via Google Forms). Após preenchimento do TCLE, a pesquisadora encaminhou o questionário sociodemográfico, que foi respondido digitalmente por cada participante, através de formulário eletrônico (Google Forms), depois de completada esta etapa, a pesquisadora agendou as entrevistas, que ocorreram através de chamadas de vídeo e tiveram áudio gravados para posterior transcrição e análise. As respostas transcritas foram compartilhadas com as respectivas entrevistadas a fim de obter a anuência de cada uma quanto ao que fora capturado durante as conversas, as depoentes puderam solicitar a retirada de um ou mais trechos.

Todos os contatos aconteceram através da internet, como supracitado, tal decisão foi motivada por questões de biossegurança em razão da pandemia causada pelo coronavírus. O Facebook e o Instagram foram as redes sociais escolhidas para captação de voluntárias para pesquisa por possuírem diversos grupos e páginas sobre os movimentos feministas periféricos.

Ressalta-se que todas aquelas que acordaram em participar da construção desta pesquisa, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – (disponível no Anexo A) autorizando a análise do material, o estudo e a publicação do trabalho.

As entrevistadas responderam:

- Questionário Sociodemográfico (disponível no anexo B)

- Entrevista composta por questões semiabertas. (que podem ser verificadas no anexo C)

6. 4.1 Aspectos Éticos:

A pesquisa foi desenvolvida após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de São Paulo, conforme o artigo um da resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que indica a necessidade de pesquisas em Psicologia com seres humanos seguirem protocolo e serem submetidas à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa, devidamente reconhecido pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), como orienta a resolução MS 466/12 do CNS.

Todas as participantes foram informadas sobre a pesquisa e assinaram o TCLE digitalmente, consentindo o uso das informações obtidas. Este documento menciona os possíveis riscos previstos para a integridade dos indivíduos que participam do estudo, garante total sigilo às identidades e informa que as participantes poderão desistir de colaborar a qualquer momento da pesquisa sem sofrerem nenhum tipo de dano. O texto também salienta que não existem pagamentos e nem ganhos financeiros de nenhuma espécie.

6. 5 Análise de Dados:

Para analisar o material, recorreu-se ao Método Construtivo-Interpretativo. De acordo com González Rey (2005, p.6), “o conhecimento é uma construção, uma produção humana, e não algo que está pronto para conhecer uma realidade ordenada de acordo com categorias universais do conhecimento”. Portanto, no cerne deste método está o pressuposto de que o saber acadêmico não ocupa uma posição de superioridade, e tampouco se torna inquestionável ou definitivo, mas, ao contrário, “encontra sua legitimidade na capacidade de produzir, permanentemente, novas construções no curso da confrontação do pensamento do pesquisador com a multiplicidade de eventos empíricos coexistentes no processo investigativo”. (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 7).

O recurso de análise construtiva-interpretativa, baseado nos postulados de González Rey (1999), foi utilizado para produzir uma espécie de categorização do material das entrevistas que, primeiramente, foi apreciado em uma ‘leitura compreensiva’, isto é, os textos transcritos foram considerados como um todo e também como um conteúdo individual, tendo em vista as singularidades que se inscrevem nos discursos. Posteriormente, foi realizada uma separação em categorias, sendo cada uma capaz de comportar cada tema compreendido pela conversa, por exemplo: o que motivou a entrevistada a chegar até o feminismo; de que forma a militância contribui para a conscientização; etc.

Euzébios Filho (2010), em sua tese sobre alienação e emancipação, elegeu esta modalidade de análise, construtiva-interpretativa, para esmiuçar aquilo que fora partilhado por suas entrevistadas. O referido pesquisador tratou os temas que emergiram agrupando-os em categorias semelhantes, e a cada fala – alocada na respectiva categoria – foi atribuída uma carga de afeto, importância, uma noção de valor. Isto é, utilizando este modo de analisar os dados, pode-se buscar compreender quais são as motivações implícitas por trás de cada discurso, resultando em uma dedicação a desvelar significados.

Para empregar o método nos dedicamos, seguindo González Rey (1999) a:

- 1) Leitura: Fazer a já referida leitura compreensiva de todo o material transcrito das entrevistas;
- 2) Temas: Encontrar temas dentro daquilo que foi relatado em cada

conversa. É válido apontar que estes temas localizados nas entrevistas têm ligação direta com os objetivos da pesquisa, e a identificação foi facilitada porque as perguntas norteadoras das entrevistas semiestruturadas já compreendiam os eixos Militância (trajetória até o feminismo; exercício militante ou ativista; significados atribuídos à militância, etc), Periferia (o que é ser mulher na periferia; possíveis atravessamentos que o local de origem exerce sobre a vida, etc), Pensamentos e comportamentos diante do machismo, Autopercepção antes e depois de passar a se perceber como feminista (incluindo possíveis alterações nas relações após tornar-se feminista). 3) Indicadores: Então, as cargas de afeto, qualidades e significados que as mulheres atribuíram a esses Temas foram considerados como os indicadores. 4) Unidades de Sentido: Destes indicadores, buscamos construir entendimentos à luz das teorias de psicologia crítica e do feminismo, que resultaram em unidades de sentido. As unidades de sentido são conjuntos de narrativas que tratam de uma temática, mas, acima de tudo, conformam um sentido sobre elas (temáticas).

Para exemplificar o método, será utilizada uma contribuição de Euzébios Filho (2010) em sua tese, que detalhou as etapas de análise em uma espécie de passo a passo, a referência será empregada dentro do contexto desta pesquisa: Considerando os dados obtidos nas entrevistas com as mulheres feministas, através da apreciação dos materiais é possível, por exemplo, identificar o tema “o significado da militância”, dentro deste tema destacar indicadores como: “Depois de me tornar militante, eu não consigo ter uma felicidade individual sem pensar na dor do meu próximo” (trecho extraído da entrevista com a participante Lélia). Neste exemplo mencionado, entende-se que a entrevistada pontua o quanto a militância a mobiliza e o quanto a faz ter uma leitura sensível e coletiva da realidade circundante. Então, a partir do que a subjetividade da participante produz a respeito do tema, é realizada interpretação teórica e, juntas, integram uma unidade de sentido.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, serão apresentadas as análises individuais de cada uma das cinco entrevistas realizadas pelo viés teórico da psicologia crítica. Os dados obtidos em cada entrevista foram lidos, estudados e dispostos em temáticas que propiciaram a construção das unidades de sentido. Na tabela abaixo, na primeira coluna apresentamos o nome fictício atribuído às participantes e, na coluna ao lado, descrevemos as unidades de sentido conformadas a partir das entrevistas. Os títulos das unidades de sentido estão acompanhados de breves descrições sobre os conteúdos apresentados em cada uma delas:

PARTICIPANTE	UNIDADES DE SENTIDO
Simone	<p>1) Os caminhos até se perceber feminista: Simone partilha suas inquietações quanto às disparidades que identifica entre homens e mulheres e as aponta como motivação para ser feminista.</p> <p>2) Opiniões sobre feminismo e radicalismo: Ela demonstra seus incômodos relacionados a um tom de radicalismo que diz identificar no feminismo.</p> <p>3) Atitudes feministas individuais, desconstrução e reeducação: A participante fala sobre as mudanças que acredita que deveriam ocorrer entre homens e mulheres, por meio da desconstrução de padrões machistas e da reeducação das pessoas.</p>
Valeska	<p>1) A descoberta do feminismo: Reflexões da entrevistada acerca das transformações provocadas em sua percepção após entrar em contato com ideais feministas;</p> <p>2) Militância: Considerações sobre sua forma individual de praticar o feminismo, bem como sobre a inexistência de movimentos organizados no bairro em que mora.</p> <p>3) Sobre a vida na periferia: Ela compara as diferenças de oportunidades e conhecimentos disponíveis para aqueles que residem e transitam nos bairros centrais e as ausências destes para os moradores da periferia.</p> <p>4) Relato de experiência de uma pesquisa sobre mulheres: Partilha a experiência que teve pesquisando a respeito de mulheres vitimadas por violência doméstica pelo viés da psicologia feminista.</p>
Lélia	<p>1) Perceber-se feminista: Ela partilha lembranças sobre as mulheres de sua família e sobre sua identificação com o feminismo.</p> <p>2) Opiniões sobre militância: Lélia comenta sobre a militância e a define como um modo de vida pautado por solidariedade.</p> <p>3) A vida das pessoas na periferia: Ela analisa de forma crítica algumas dificuldades que perpassam o cotidiano das mulheres periféricas.</p> <p>4) Transformações produzidas pela militância na vida privada: Aponta a importância de se identificar como sujeito pertencente às classes populares e descreve alterações no modo de perceber a realidade após a militância.</p>
Silvia	<p>1) Em defesa de um feminismo antiproibicionista e anticapitalista: A entrevistada narra parte de suas experiências militando em um coletivo feminista.</p> <p>2) Refletindo sobre o que é militância: Apresenta definições sobre militância e destaca a importância que atribui às ações coletivas, opostas ao individualismo capitalista.</p> <p>3) Ser mulher na periferia: Relata as diferenças de oportunidades entre centro e periferia.</p> <p>4) Como a militância feminista transformou a vida privada: Narra suas mudanças de perspectiva de vida após se tornar militante.</p>
Bell	<p>1) Tornando-se feminista: Bell conta sobre sua jornada de descoberta do feminismo e rompimento com antigas ideias conservadoras.</p> <p>2) Os significados da militância: Narra experiências práticas que no cotidiano com o objetivo de fortalecer a defesa de mulheres periféricas.</p> <p>3) A vida das mulheres na periferia: Bell compartilha suas impressões sobre a realidade periférica e ressalta que acredita que o local de origem pode afetar oportunidades que uma pessoa encontra ao longo da vida.</p> <p>4) A conscientização e alterações das percepções sobre o machismo no cotidiano: Descreve a apuração de seu senso crítico, propiciada pelo feminismo, que ampliou sua leitura da realidade e a tornou menos vulnerável à submissão.</p>

7.1 Análise das Entrevistas:

Serão apresentadas neste tópico as unidades de sentido conformadas a partir das análises de cada entrevista. No tópico seguinte, denominado 7.2 Síntese dos Resultados, serão explicitadas as semelhanças e disparidades entre as unidades de sentido das referidas entrevistas.

Simone: uma pessoa que não gosta muito de injustiças

Todos os contatos com Simone aconteceram através da internet. O convite para participar da pesquisa foi efetuado após ela responder à divulgação do estudo, que recrutava voluntárias para as entrevistas, compartilhada pela pesquisadora na rede social Instagram. Além de feminista, a entrevistada é moradora de Itaquera, um bairro do extremo leste paulista, famoso pelo estádio de futebol erguido nos tempos da Copa e, igualmente famoso, pelos elevados índices de criminalidade e desigualdade social.

Simone é uma mulher solteira de 33 anos, branca, de classe social média-baixa, de centro-esquerda, que divide seu lar com familiares. É graduada e pós-graduada em uma área profissional bastante competitiva e se define como uma mulher feminista, porém, avessa ao que define como radicalismos. Através de seus relatos, é possível identificá-la como uma ativista, que adota alguns valores feministas em sua vida privada, mas não desempenha nenhum tipo de ação militante. Realizamos uma entrevista por meio de chamada de vídeo, efetivada através do aplicativo Google Meet. O áudio, mediante autorização da voluntária, foi captado utilizando o gravador de um aparelho de telefone celular. Posteriormente, essa conversa foi transcrita para fins de análise. Os dados foram tratados da seguinte maneira: uma leitura compreensiva do material, por meio da qual foi possível dividir o conteúdo em unidades de sentido e, destas, foram extraídas as categorias de análises aqui apresentadas: 1) Os caminhos até se perceber feminista; 2) Opiniões sobre feminismo e radicalismo; 3) Atitudes feministas individuais, desconstrução e reeducação.

Os caminhos até se perceber feminista:

Nesta temática/unidade de sentido, Simone partilha suas inquietações quanto às disparidades sociais e culturais que identifica entre mulheres e homens. Quando indagada sobre os caminhos percorridos até o feminismo, Simone se define como “uma pessoa que não gosta muito de injustiças”. Essa frase, por si só, renderia alguns exercícios de interpretação bastante interessantes. Ela acrescenta que a desigualdade entre homens e mulheres a incomoda e, ao mesmo tempo, lhe gera motivação para ser feminista. Simone diz perceber muitas situações injustas na sociedade, que desfavorecem as mulheres de forma significativa. E, em suas colocações seguintes, ficou bastante destacada a noção de oportunidades profissionais iguais às dos homens como sinônimos de uma certa justiça para as mulheres.

“Eu sempre fui uma pessoa que não gosta muito de injustiças e também acredita na igualdade entre as pessoas, entre os seres humanos, e você percebe que a sociedade em si, durante muito tempo e ainda continua assim, as mulheres foram tratadas de maneira desigual e foram excluídas de muitas decisões da sociedade por séculos e até hoje continua tendo muita desigualdade entre ... desigualdade profissional, social, econômica entre as mulheres e os homens, e daí que surgiu eu ser feminista porque eu quero que tenha mais igualdade, tenha mais oportunidades iguais entre os sexos.”(Simone)

Simone fala sobre uma necessidade de “equilibrar a balança” e justifica que se inspira nesta percepção para lutar pelas mulheres, porque entende que apesar de todos precisarem do respaldo dos direitos humanos, a situação feminina é mais grave, já que na tal balança citada, o lado das mulheres segue em desvantagem.

“[...] eu acho que tem que fazer alguma coisa pra equilibrar a balança, então daí surge a motivação pra ser feminista e não ser apenas ... eu podia falar que eu lutava pelos direitos humanos, só que, assim, eu quero que os direitos humanos sejam iguais, mas aí tem a questão que pra mulher isso ainda é diferente, os direitos humanos ainda não alcançam da mesma forma a mulher e o homem, então essa é a motivação pra ser feminista. ”. (Simone)

A participante acrescenta à leitura da desigualdade entre mulheres e homens a disparidade que existe quando se pensa no impacto que um filho produz no cotidiano

dos pais. Simone acredita que a chegada de um bebê na vida de uma mulher pode modificar os rumos da carreira profissional, por exemplo. Mas, na vida de um homem, o mesmo evento não é tão potencialmente ameaçador para os planos profissionais e financeiros. Ela acrescenta à discussão problemáticas sobre individualismo e necessidade de competição, que considera bastante presentes no mercado de trabalho e as vê de forma prejudicial às mulheres. Mas, ao ser questionada se considera a competição e a individualidade marcas da época e do sistema socioeconômico em que estamos inseridos, Simone destaca que, apesar de desejar mais medidas sociais, não quer dizer que o país deve seguir rumos comunistas.

“Eu acho que tem que investir mais nas questões sociais, não necessariamente ser um país comunista, não estou falando disso, mas ter mais iniciativas sociais que ajudassem as mulheres, por exemplo, a legalização do aborto, eu acho muito importante porque uma questão de planejamento família pode alterar a vida toda de uma mulher, e pode alterar sua situação econômica, social, ela pode ter, ela tem que ter sua escolha, ela quer ser mãe ou ela não quer ser mãe? E eu acho que essa é uma política que iria alterar muito e favorecer muito a população feminina.”. (Simone).

Simone parece vislumbrar soluções para problemas sociais estruturais e, por isso, complexos, em ações instauradas na vida privada. Por exemplo, a eleição do direito ao aborto como uma espécie de panaceia que resolveria questões de planejamento familiar e, além disso, também responderia à desigualdade que atinge as trajetórias profissionais de mulheres que se tornam mães. Esta última constatação, que diz respeito ao eventual prejuízo profissional, encontra explicação na literatura feminista que se dedica ao estudo dos papéis desempenhados pelas mulheres e dos significados atribuídos a eles.

Zanello (2018, p.135) pontua que, no início do século passado, quando as mulheres brancas passaram a trabalhar também fora de seus lares, “[...] muitas dúvidas foram levantadas (inclusive pela ciência) sobre seus malefícios (para sua própria saúde, e a educação e o desenvolvimento de seus filhos).” Apesar dos mais de 100 anos que separam a entrada das mulheres no mercado de trabalho do momento atual, o cenário ainda é hostil para mães, como ressalta Zanello (2018, p.140) “se elas avançaram em escolaridade e em muitas profissões no mercado de trabalho, continuam sendo as responsáveis por grande parte dos trabalhos em casa e pelos cuidados com os filhos”.

Ao falar sobre a vida na periferia, Simone demonstrou que seu local de residência é mais uma camada de complexidade ao fato de ser mulher, isto é, ser uma mulher periférica para ela é mais difícil do que ser uma mulher que reside em alguma área nobre da cidade.

“[...] eu acho que há muito preconceito ainda com a zona leste de São Paulo e você vai a uma entrevista em outra região porque, geralmente, meu trabalho, eu trabalho com Direito, então tem mais oportunidades no centro de São Paulo ou então na Zona Sul, e aí além de ser julgada talvez por ser mulher, por ... sempre tem aquela pergunta se você tem filhos, se isso vai atrapalhar na sua rotina de trabalho, essa pergunta não é feita pros homens da mesma forma, se ele tem filhos e se isso vai atrapalhar ele, eu acho que isso já é uma diferença, e também a questão da distância e também a questão que você pode ser julgada culturalmente abaixo das outras pessoas das outras regiões.” (Simone).

Esse julgamento que Simone menciona, e que vem daqueles que percebem pessoas periféricas como culturalmente inferiores, já foi descrito por Gonçalves Filho (1998) que, ao construir teoria sobre essas exclusões imateriais, nomeou um tipo de evento que afeta o psiquismo de quem é alvo, mas, por vezes, segue desmentido por aqueles que dizem ao humilhado: isso é coisa da sua cabeça; imagina que alguém te acha inferior por ser periférica (ou preta, ou pobre, ou mulher).

Opiniões sobre feminismo e radicalismo

No tópico atual, a participante demonstra seus incômodos em relação a um tom de radicalismo que diz identificar no feminismo. Simone disse, inicialmente, que não militava em nenhum coletivo ou associação por não concordar com um certo tom de radicalismo, que identifica no movimento feminista. Essa percepção abre duas possibilidades de análise: a primeira, aponta em direção a um esforço de certos setores mais conservadores da sociedade em propagar ideias distorcidas sobre o feminismo, objetivando construir para o movimento uma imagem ameaçadora, de um monstro com uma bocarra capaz de engolir as cidadãs e cidadãos de bem, instaurando a perversão mundo afora. O termo perversão, aliás, dá título ao livro de uma famosa deputada de extrema-direita. Livro este que se propõe a apresentar os supostos riscos que a ideologia feminista representa para as famílias.

O segundo ponto conduz a uma espécie de *mea culpa* que, é verdade, tem faltado não apenas aos partidos mais à esquerda, mas também aos movimentos identitários. Não é difícil encontrar, no *Twitter* ou *Instagram*, quem se comporte como porta-voz, emissário ou, em um quase delírio narcísico, sujeito suposto saber do movimento X ou Y. De certo, este tipo de conduta pode produzir justamente a leitura que Simone faz do feminismo:

“Não, eu acho que tudo tem que ter ... assim ... eu acho que hoje em dia todo mundo vê o feminismo como uma coisa extrema, eu já escutei várias vezes assim: você é feminista, eca. Porque tomou uma conotação negativa então acho que é difícil achar um grupo que tenha muita consciência e tenha respeito também, sabe? ”. (Simone).

Isto é, a percepção negativa do movimento nem sempre é advinda somente da propaganda conservadora, que se coloca contra a emancipação feminina. Muitas vezes, partes do próprio movimento se encarregam de afastar as pessoas da militância e, nesses casos, o ‘7x1’ não é só culpa da mídia, da instituição ou da direita, ele é feito de 7 gols contra.

“Eu acredito que além de ser feminista, você tem que procurar respeitar os limites das outras pessoas [...]”. (Simone).

Quando se pensa em opressão, há uma tendência de localizá-la no pólo oposto, como se fosse obra somente daqueles que desejam despossuir as mulheres de seus direitos básicos. E não se trata de negar a existência (e permanência) desse tipo de atitude opressora que vem das ramificações do machismo estrutural, espalhadas na política, nos veículos de comunicação, etc. Se trata de reconhecer que a opressão não existe apenas ‘lá’, nesse lugar mítico, tratado como uma espécie de vale mal-assombrado onde residem os inimigos ‘malvados’ contrários aos intentos progressistas. A opressão existe também entre os que se consideram iluminados, como alerta Federici, em uma análise sobre posicionamentos de partidos de Esquerda contrários a levantes e articulações de organizações feministas:

“Sempre que um movimento de mulheres toma uma posição autônoma, a Esquerda se sente ameaçada. A Esquerda percebe que essa perspectiva tem implicações cujo alcance vai além da “questão das mulheres” e representa uma cisão com a sua política passada e presente. [...]. Em nome da luta de classes e do interesse unificado da classe trabalhadora, a Esquerda sempre selecionou certos setores da classe trabalhadora como sujeitos

revolucionários, condenando outros ao mero papel de coadjuvantes nas lutas travadas pelos setores escolhidos. A Esquerda tem, assim, reproduzido em seus objetivos estratégicos e organizacionais a mesma divisão de classes que caracteriza a divisão capitalista do trabalho. ”. (FEDERICI e COX, 1975/2021, p.62, p.63)

Simone reafirma seus incômodos quanto à postura julgadora e radical que percebe no feminismo, ao compartilhar: “[...]pra você ser feminista você não precisa odiar as outras pessoas, nem julgar as outras pessoas, se a outra pessoa quer se casar, ter filhos e viver uma vida doméstica, eu acho que não tem problema nenhum nisso e eu vejo que algumas feministas acham que isso é manter a cultura da dominação dos homens. [...]. Também odiar todos os homens, ter atitudes desmedidas por uma opinião ou outra, achar que aquela pessoa não é feminista porque ela tem uma opinião contrária à sua, eu acho que isso é radicalismo. ”. (Simone)

Também é importante uma rápida menção às divergências de leituras sobre gênero, sexo, patriarcado, empoderamento, e diversos outros termos que permeiam a questão das mulheres, existentes entre as diferentes vertentes do feminismo. Essas interpretações variadas aparecem nos ruídos de comunicação produzidos entre as próprias feministas. Soares (2020) estudou movimentações feministas na internet e, ao observar este tipo de *cyberativismo*, relatou em um artigo dissonâncias entre feministas radicais, que consideram as vivências de opressão apenas das mulheres biológicas, e transfeministas, que incluem mulheres travestis e transexuais no movimento. *TERF (trans-exclusionary radical feminist)* é o termo em inglês utilizado para designar as feministas que não abarcam pessoas trans.

“Hoje em dia a visibilidade é mais na internet, eu acho que as pessoas julgam muito o outro na internet, e eu vejo isso na sociedade, mas é de uma forma mais disfarçada, né? As pessoas disfarçam mais as suas opiniões, elas julgam, mas elas julgam mais com o olhar”. (Simone)

Atitudes feministas individuais, desconstrução e reeducação

Nesta unidade, Simone versa a respeito das mudanças que acredita que deveriam ocorrer entre homens e mulheres, por meio da desconstrução de padrões machistas e da reeducação das pessoas.

Apesar de não se sentir confortável militando em grupo, Simone acredita que suas ações individuais cotidianas são meios para lutar pela igualdade entre homens e mulheres:

“Buscar igualdade, no meu caso, principalmente a igualdade no setor profissional, buscar ser tratada da mesma maneira que os homens, buscar ter uma posição de liderança, porque o mercado ainda é muito dominado por liderança masculina, eu acho que tem que buscar mais o nosso espaço mesmo e também ser solidária com o sexo feminino, que também muitas vezes não existe isso na sociedade porque as mulheres em si ... isso não é uma questão cultural mesmo, é uma questão que parece que tá intrínseca na mente das pessoas [...]”. (Simone).

Blanco e Díaz (2007) alertaram para um modo de fatalismo que aparece fantasiado de iniciativa pessoal, que assume uma perspectiva individualista e que, em um primeiro momento, sobretudo em uma época neoliberal e meritocrática, pode soar como sinônimo de proatividade e tomada de rédeas do próprio destino. Mas, ao contrário do que essa descrição aparenta, este tipo de fatalismo não é menos submisso que o tradicional. O fatalismo individualista também esconde a adaptação resignada em seu núcleo, porém, de uma maneira mais elaborada, mais elástica e moldável à realidade, tal qual um dos mecanismos de defesa psicanalíticos, que visam propiciar ao sujeito a chance de viver sem entrar em contato com algum conteúdo de teor ameaçador ao Eu.

Assim, as iniciativas individuais para lutar pelos direitos das mulheres, praticadas em um contexto em que há um aviltamento a esses mesmos direitos (aviltamento este que tem origem estrutural), pode indicar uma tentativa de se adaptar à realidade, praticando pequenos atos que saciam parcialmente a sede por justiça, mas que ao mesmo tempo não são ousados ou grandiosos ao ponto de incomodar a ordem. E retornamos ao início da entrevista, em que Simone diz não gostar muito de injustiça. Esse “não gostar muito” pode indicar justamente este mecanismo adaptativo de adequação ao sistema, como se ela dissesse nas entrelinhas “eu não gosto muito de injustiças, mas um pouquinho eu até aceito”.

Simone define sua personalidade como mais reservada e soma este fato ao radicalismo que percebe nos movimentos feministas para optar por atitudes individuais e ser contrária ao engajamento em um movimento. No entanto, ao falar sobre militância na internet e ser questionada sobre uma hipotética participação em grupos de conscientização sobre feminismo que ocorressem virtualmente, ela afirmou

que se interessaria, mas destacou que apreciaria as trocas com pessoas que tivessem o mesmo ponto de vista dela. Hooks (2018), ao lembrar os grupos de conscientização feminista durante a década de 1970, demarca justamente a possibilidade enriquecedora de trocas plurais, entre mulheres com experiências – e vieses – diferentes.

“Sim, acho que sim, facilitaria também porque igual eu falei, minha personalidade é meio antissocial, então seria bom conversar com outras pessoas que têm o mesmo ponto de vista e procurar ações que ajudassem a população feminina.” (Simone).

Ela acredita que, através da reeducação de mulheres e homens, algumas problemáticas, que são transmitidas por uma cultura marcada pelo machismo, como a rivalidade feminina, a competição entre mulheres, e a impossibilidade ou dificuldade de expressão de afetos por parte dos homens, podem ser superadas com o acesso à conscientização.

“[...] isso não é uma questão cultural mesmo, é uma questão que parece que tá intrínseca na mente das pessoas, não é todo mundo que pensa assim, mas as mulheres foram educadas dessa forma e parece que isso é natural, não é que é natural, é que ficou ... não lembro a palavra, me ajuda, que ficou ... enraizado, lembrei, ficou enraizado na cultura que a mulher tem que competir com a outra, entendeu? Então acho que isso existe muito, então acho que tem que ter mais solidariedade entre as mulheres e menos competição. Então essa também é uma atitude que eu busco colocar no meu dia a dia.” (Simone).

O conceito de conscientização tem grande importância em nosso trabalho porque, apesar de não ser o oposto do fatalismo e apesar de, muitas vezes, coexistir com o próprio fatalismo em uma mesma pessoa, representa um passo essencial rumo à reflexão, problematização e possibilidade de ação.

“[...] tinha que ter uma reeducação social, a forma como o homem é criado, é criado pra ser uma pessoa dura, uma pessoa que tem que ser forte, uma pessoa que tem que, como é que eu posso dizer, é um mundo machista, né? O homem é criado pra ser aquele modelo e ele não pode mostrar vulnerabilidade e ele é julgado se ele mostra que é vulnerável, que é fraco, que quer cuidar do filho.” (Simone).

Ao dizer a Simone que os comentários dela me remetiam aos grupos de conscientização mencionados por Bell Hooks, Simone respondeu: *“Sim, isso seria*

muito importante para as mulheres e também para os homens, a reeducação tem que ser deles e também nossa. ” (Simone)

Valeska: “essa omissão que eu tinha antes hoje eu não aceito mais em nada”.

Valeska é uma mulher jovem, branca, de 22 anos, que define sua classe social como média-baixa e se considera de Esquerda. Mora em São Miguel Paulista com familiares e é recém-graduada. Os contatos com ela aconteceram através da internet. O convite para participar do estudo foi efetuado pela pesquisadora, que conheceu Simone através da Psicologia. A participante preencheu o termo de consentimento livre e esclarecido de forma digital e respondeu a um questionário sociodemográfico e socioeconômico. Após estas etapas, foi realizada uma entrevista por chamada de vídeo, utilizando o Google Meet, que diante da autorização de Valeska teve o áudio gravado para posterior transcrição. Os conteúdos foram organizados nas seguintes unidades de sentido: 1) A descoberta do feminismo; 2) Militância: significados e sentidos; 3) Sobre a vida na periferia; 4) Relato de experiência de uma pesquisa sobre mulheres.

Valeska é concisa em suas colocações, mas demonstra empolgação ao falar sobre as modificações que atravessaram sua vida, seja através da descoberta do feminismo e da conseqüente alteração em sua percepção sobre o machismo no dia a dia, seja ao narrar a transformação que sentiu em si mesma quando passou a frequentar o centro da cidade, seja ao descrever sua pesquisa de iniciação científica sobre mulheres vitimadas por violência. A frase que dá título à análise sobre o discurso dela, *“essa omissão que eu tinha antes, hoje eu não aceito mais ... em nada”*, é potente e parece demarcar um antes e depois para Valeska.

A descoberta do feminismo

Neste tópico, serão retratadas as reflexões da entrevistada acerca das transformações provocadas em sua percepção após entrar em contato com ideologias feministas.

Valeska conta que conheceu o feminismo de forma superficial ainda na escola, em aulas durante o ensino fundamental e médio. Mas ressalta que o acesso aos significados do movimento só aconteceu ao desenvolver um trabalho escolar.

“[...] a gente fez um trabalho e aí foi possível, acho que foi no 2º ou 3º ano, alguma coisa assim, que eu conheci mesmo as ideias, quais eram os princípios. E aí, depois disso, eu fui me aprofundando e conhecendo de onde veio o movimento, na faculdade também eu tive mais contato. Até eu chegar no feminismo foi assim, foi mais no ensino médio mesmo que eu tive mais contato pra poder entender quais eram as reivindicações, qual era a militância das feministas, porque antes disso eu só tinha contato através de jornais ou alguma coisa que alguém falava. ”. (Valeska)

Valeska descreve uma alteração de consciência após conhecer o feminismo e passar a se considerar uma mulher feminista. Ela utiliza o verbo ‘despertar’ para se referir à mudança de percepção em relação a comportamentos machistas da sociedade como um todo, incluindo aqueles seus e de sua família. Junto a essa ampliação perceptiva, também diz ter surgido o desejo de mudar as coisas, mas, como ela mesma diz ... mudá-las até onde pode. Algumas frases de Valeska foram bastante marcantes ao longo da entrevista, mas, uma delas pareceu carregar uma essência que remete rapidamente a Martín-Baró (1997), para quem a conscientização ia além da aquisição de conhecimento sobre a realidade, mas implicava também uma mudança de postura no ambiente e com os demais. A fala de Valeska: *“E aí a partir disso, a partir dessas percepções, é algo que eu tenho que mudar até onde eu posso, se antes eu era cega quanto a isso agora eu sei, quando eu percebo – porque nem sempre a gente percebe – mas quando eu percebo, já é algo que eu tento melhorar e falar com a pessoa sobre o que está acontecendo ou pensar na minha atitude mesmo. ”. (Valeska).*

O fatalismo também aparece bem evidente no relato que Valeska compartilha sobre sua visão de mundo anterior ao feminismo: *“Antes eu não via, antes de ter essa consciência eu não sentia, não era uma coisa que fazia diferença pra mim, era algo que sempre foi assim, ok. ”.* Esse “algo que sempre foi assim, ok” é justamente parte da resposta fatalista, alienada de memória histórica e submetida a uma sina fatal, sina essa que parece controlada por uma força oculta poderosa e suprema.

Valeska comenta sobre violência contra as mulheres e menciona a conscientização como uma espécie de ferramenta capaz de impedir a entrada ou permanência em um vínculo abusivo: “[...] *eu acho que ajudaria inclusive a não entrar, porque essa conscientização já abriria os olhos, já teriam bandeiras em um sentido de ‘olha, isso não é bom, nem continua com aquilo porque pode ser prejudicial’, eu acho que seria até uma forma de evitar que aconteça alguma coisa, antes mesmo de entrar, sabe? ”.*

A conscientização feminista ganha ares de divisor de águas a cada reflexão que Valeska constrói sobre seu processo de transformação e novo posicionamento frente à realidade que vive: “[...] se antes eu era cega quanto a isso agora eu sei, quando eu percebo – porque nem sempre a gente percebe – mas quando eu percebo, já é algo que eu tento melhorar e falar com a pessoa sobre o que está acontecendo ou pensar na minha atitude mesmo, então pra mim foi muito importante porque eu realmente não conseguia identificar, mas é algo que sempre aconteceu.”

Romper com o silenciamento imposto àquelas e àqueles que são dominados seja pelo gênero, classe, raça ou pela sobreposição de tudo isso, produz efeitos importantes, afinal, quem se expressa, quem não abaixa a cabeça reafirma sua existência resistindo a essas micro e macro opressões cotidianas. Valeska comenta: “[...] *eu passei a me posicionar muito mais e a não aceitar certas condutas, então, assim, eu não acho certo que me tratem menos do que qualquer pessoa, eu sou uma pessoa de direitos e eu exijo esses direitos. Coisa que antes pode ser que eu me omitisse. Direitos de ser escutada, de ter um lugar de fala, de poder me posicionar, essa omissão que eu tinha antes hoje eu não aceito mais, em nada. [...] mudou minha vida, porque você se omitir é muito ruim, você se sente como uma pessoa não atuante na sociedade, eu entendo assim pelo menos. ”.* Valeska agora reconhece que tem direitos e inclusive mostra disposição para exigí-los, se for necessário. E a partir dessa percepção, ela passa a assumir um lugar, ainda que simbólico, de uma pessoa que existe na sociedade.

Militância: significados e sentidos

Nesta unidade, aparecem as considerações de Valeska sobre sua forma individual de militância, bem como sobre a inexistência de movimentos organizados no bairro em que mora.

Valeska não está engajada em nenhum grupo de militância e afirma que nunca teve o hábito de buscar este tipo de participação coletiva. Mas afirma que segue as ideias feministas em sua vida:

“Não, eu não faço parte de nenhum coletivo e nem associação. Olha, interesse no momento eu não tenho, na verdade, eu nunca tive porque eu não sei, não sou acostumada com essas coisas, eu nunca fui, eu não posso falar que eu gosto ou desgosto porque eu também não conheço. Mas eu não sou engajada e nenhum coletivo, eu só sigo os ideais mesmo, a ideologia em si.” (Valeska)

Diante do questionamento sobre militância, a entrevistada atrelou a definição à noção de conscientização. *“Pra mim, a militância é importante porque ela gera conscientização, quando se milita sobre algo, você é capaz de abrir os olhos de outra pessoa que não conhece sobre aquele assunto.”* Mas ela ressalta que esse caráter conscientizador, não deve ser impositivo: *“No entanto, eu considero que militância deve ser conscientizadora e não deve impor nada. Então, se a gente vai militar sobre um assunto, a gente tem que pensar em como eu posso ajudar outra pessoa a entender o meu ponto de vista a partir daquela manifestação, essa militância é o que eu entendo como sendo a correta, como sendo a ideal [...] sem impor nada, eu acho que cada um tem o seu tempo de entender as coisas, de acreditar e impor nunca vai ser a solução, e sim conscientizar e explicar o porquê você pensa daquela maneira.”*

Para Veiga-Neto (2012), este tipo de iniciativa individual que consiste em colocar em prática as premissas de uma causa na vida pessoal, não é compreendida como militância, mas sim como ativismo. Já a militância demanda, para o autor, atitudes coletivas, de engajamento e pertencimento a partidos, movimentos e articulações que se desenvolvem em grupos. Assim, quando Valeska descreve seus atos privados como práticas militantes, a teoria demonstra que este tipo de conduta parece aproximá-la mais das categorias ativistas.

A princípio, parece superficial e até mesmo desnecessário eleger este ou aquele termo para denominar o conjunto de ações que alguém desempenha com base

em uma ideologia, porém, esta separação de termos importa, sobretudo aqui, porque nos conduzirá diretamente ao próximo eixo da análise, em que pensaremos os relatos de Valeska a respeito da presença ‘militante’ nas redes sociais e a quase total ausência deste tipo de iniciativa no bairro onde mora.

Sobre a militância nas redes sociais, Valeska comenta: *“Eu observo mais como uma tendência de que todo mundo segue do que como uma real importância pra isso, muita gente faz isso mais pra falar sobre o assunto [...] muitas vezes as pessoas se calam quando deveriam falar, e falam quando ninguém quer escutar. Então eu não vejo essa, isso não é em todos os casos, claro, mas nem sempre eu vejo que é bem colocada.”*. Ela parece identificar uma banalização por parte de alguns usuários da internet que ‘militam’ apenas para seguir a tendência (ou, para utilizar um termo que faz sentido para este universo digital, a *trend*) do momento.

No entanto, ao ponderar sobre as iniciativas militantes em seu bairro, Valeska comenta que não as localiza, isto é, não há na região em que reside organização para luta popular, ela diz: *“Eu gostaria que fosse melhor aproveitada essa militância tanto no bairro, que é muito pouco, enfim, na internet é mais. Mas no meu bairro mesmo você vê pouco incentivo, fala-se muito pouco sobre isso, na verdade.”* É característica do neoliberalismo uma predileção pelo individualismo em detrimento da coletividade e esse culto ao Eu aparece também nas alterações das formas de organização política, bem como no exercício privado da ideologia (a militância perdendo espaço para o ativismo). Esta análise faz sentido quando se considera o histórico de São Miguel Paulista, bairro de Valeska, que há 40 anos foi um dos principais polos de organização popular para a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), também teve participação ativa no combate à ditadura militar, por meio dos padres católicos defensores da Teologia da Libertação e através das associações ligadas a partidos de Esquerda. Mas, na atualidade, não existe em São Miguel, como Valeska disse, ações militantes de grande destaque.

Euzébios Filho (2019) aponta para uma crise de representatividade na política brasileira que, com o impeachment de Dilma Roussef, foi intensificada. A impossibilidade de a população se ver representada ou de confiar nos partidos, pode tornar o campo propício para que resignação e conformismo fatalistas se espalhem e se fortaleçam. E é justamente o que aparece no discurso da entrevistada ao falar

sobre a adesão do extremo leste, outrora território petista, ao bolsonarismo: *“Eu acredito que as pessoas tenham desacreditado no que aconteceu e foram cooptadas pelo outro lado, não pesquisando, só acreditando em tudo o que recebiam pelo WhatsApp, Facebook. ”*

Valeska crê na existência de uma descrença em relação à política: *“O que eu escuto é que só tem corrupção, que ninguém faz nada por ninguém, eu mesma não acredito assim em grandes mudanças porque é muito difícil ter esperanças em um momento como esse, né? Em um cenário pandêmico e agora com guerra, então, eu entendo que as pessoas não acreditem que possam acontecer mudanças porque elas nunca viram. Não, nunca viram. Mas elas não têm essa consciência de entender que é muito devagar e esperam uma mudança além do que pode acontecer, então a gente vê um cenário cada vez pior, de violência, de tudo, eu sei porque acontece, mas nem todo mundo entende isso, então, como que, eu penso assim, como que alguém vai acreditar em algo que não vê e que não entende.*

A descrição que Valeska faz do cenário atual pode até guardar componentes fatalistas, mas, é inegável a presença de fatos consolidados da realidade que despertam um olhar pessimista sobre o presente e inibe planos de um futuro regados de esperança e otimismo.

“Como que alguém vai acreditar em algo que não vê e que não entende? ”. É a pergunta retórica de Valeska. Devolvemos a reflexão a questionando se a organização coletiva nos bairros seria capaz de gerar efeitos, ao que ela respondeu: *“Eu acredito que sim, eu acho que quando a gente se junta pra pensar sobre algo e trazer opiniões diferentes, isso é sempre muito produtivo, você pode entender o lado do outro e expor o seu lado e mostrar pra essa pessoa que existe uma outra forma de pensar, assim como você pode aprender com essa outra pessoa a forma de pensar dela, então eu acho que essa troca seria bastante interessante, poderia ser até mesmo pela internet ou presencial, mas eu acredito que essa troca é muito importante para que novas ideias sejam compreendidas e uma conscientização sobre os lados que cada um está, seja ele qual for, entender e promover uma mudança nessas pessoas, essa troca é muito importante. ”*

Sobre a vida na periferia

Os sentidos que Valeska atribui ao cotidiano periférico, aparecem nesta categoria e são marcados por um tom reflexivo e crítico que compara as diferenças de oportunidades e conhecimentos disponíveis para aqueles que residem (e transitam) nos bairros centrais e as ausências destes para os residentes das periferias.

A vida na periferia é marcada por uma série de peculiaridades. Um exemplo banal é o acesso à cultura. Se uma pessoa moradora do extremo leste desejar ir ao cinema para assistir uma produção cinematográfica que não seja um *blockbuster*, isto é, se ela quiser simplesmente ver um filme *cult*, um filme de arte, ela precisará atravessar a cidade para poder acessar espaços que exibem este tipo de película. Se as diferenças se encerrassem nos cinemas, talvez este tópico nem aparecesse nas entrevistas, mas, ao contrário, os atravessamentos na vida de uma pessoa periférica são numerosos e vão muito além dos filmes.

“Eu ainda me considero uma pessoa privilegiada porque eu não estive somente aqui, eu sempre circulei por todas as áreas da cidade, tive oportunidade conhecer outras partes até do Brasil. Mas eu acho que a gente demora mais a ter acesso a algumas ideias e a se acostumar mesmo com o que está acontecendo no centro da cidade, por exemplo, eu lembro que uma das primeiras vezes que eu fui, eu fiquei impressionada com o estilo de roupa, por exemplo, que era muito diferente do meu bairro, aqui é tudo muito, assim, muito comum.”. (Valeska)

No discurso de Valeska, há destacadamente um “lá” para representar o centro, e um “aqui” para falar sobre a periferia. Os muros, ainda que invisíveis, que separam as zonas nobres daquelas mais pobres existem e estão internalizados no psiquismo das pessoas:

“Lá você vê pessoas muito diferentes, de início é chocante e aí eu acho que esse costume com as diferenças é muito mais possível no centro do que em uma zona periférica, em que ainda se tem muito preconceito com o que se veste, principalmente quando eu era mais nova, tinha cabelo colorido, era ‘oh, meu deus, uau, ela tem o cabelo colorido’. [...] Assim, eu acredito que se eu tivesse tido acesso ao centro desde novinha, eu já teria sido mais habituada a conviver com as diferenças de forma normal, sem esse estranhamento, sem essa diferença que se vê. Hoje, não, hoje eu já estou

acostumada, mas quando eu era menor, eu via alguém diferente e já ficava encarando, tentando entender o que estava acontecendo. ”

Perguntamos a Valeska sobre a interseccionalidade, classe e periferia: *“Eu acho que o acesso a outras culturas, a outras ideias fica muito mais difícil, então você vai limitando a experiência cultural da pessoa, a experiência de vivência mesmo da pessoa porque ela tá submetida a viver em um lugar em que tem só aquelas ideias, em que não tem contato com ideias diferentes, com pessoas diferentes que têm outras vivências, outras experiências, então, viver na periferia é, sim, impeditivo porque o nosso transporte é pior, o nosso acesso é pior, então, se você não tem um carro você leva 1h30 pra chegar em um lugar, e aí fica tudo mais caro, então eu acho isso bem complicado, sim. ”*

Relato de experiência de uma pesquisa sobre mulheres

Neste ponto, a participante conta alguns aspectos de suas experiências pesquisando a respeito de mulheres vitimadas por violência doméstica pelo viés da psicologia feminista.

Valeska desenvolveu uma pesquisa de iniciação científica, durante a graduação, sobre arte-terapia com mulheres vítimas de violência doméstica e, no decorrer da entrevista, este assunto apareceu: *“Minha pesquisa foi sobre violência, mas, mais especificamente no uso da arte na ressignificação dessa violência e algo que foi bastante apontado pelas psicólogas que eu entrevistei foi que muitas formas de arte, como o cinema e a música, elas reafirmam esse ciclo de violência. Então não existe, não é que não existe, mas as músicas populares continuam afirmando o ciclo de violência e não quebrando ele. Então é bem complicado você viver em uma cultura em que a arte que é apreciada ela reafirma esse ciclo e não procura quebrá-lo, então eu achei bastante interessante isso, porque a nossa cultura continua sendo machista, até mesmo nas músicas [...]. ”*

Esta observação que Valeska faz sobre as mensagens de romantização da violência propagadas em variados tipos de entretenimento que se destacam na mídia, desvela uma tendência presente na indústria do entretenimento, que consiste em cooptar recortes de algumas ideologias, mas torná-las palatáveis. Ou seja, a indústria utiliza mensagens feministas diluídas e misturadas aos interesses capitalistas, com a

finalidade de fazer seus produtos parecerem *cool*, descolados e modernos, mas, garante que essas ideias não sejam propagadas de forma tão revolucionária ou ameaçadora ao *status quo*. Assim, fazem uso de um falso empoderamento, que não é perigoso para o patriarcado, mas que atrai milhares de consumidoras. No feminismo liberal, associado ao capital, a dominação feminina é, muitas vezes, divulgada (talvez, mais do que isso, é comercializada) como formas liberdade.

Lélia: uma feminista na prática

Lélia é uma mulher branca de 38 anos, mãe, casada e funcionária pública da educação. Ela reside em um município que faz divisa com o extremo leste, mas trabalha no Itaim Paulista, um bairro pertencente à região extrema. Ela se define como uma pessoa de Esquerda e de classe média-baixa. Os contatos aconteceram através da internet e o convite para participação foi efetuado após observação de suas manifestações feministas na rede social Instagram. Lélia preencheu o termo de consentimento livre e esclarecido e o questionário de dados sociais, econômicos e demográficos através de formulário digital. A entrevista foi realizada por chamada através do aplicativo WhatsApp e, diante de sua autorização, foi gravada para transcrição e análise. Os conteúdos foram organizados nas seguintes unidades de sentido: 1) Perceber-se feminista; 2) Opiniões sobre militância; 3) A vida das pessoas na periferia; 4) Transformações produzidas pela militância na vida privada.

Perceber-se feminista

Neste tópico, a participante divide algumas lembranças sobre sua família e sobre sua identificação com o feminismo.

Lélia inicia a entrevista relatando que não se tornou feminista, pois, sempre teve, junto de sua família, posturas condizentes com o feminismo. A família de origem de Lélia é composta por mulheres, que ela caracteriza como pessoas dotadas de força, independência, responsabilidades e iniciativa.

“Bom, eu vim de uma família de mulheres muito fortes, então, eu acho que eu nunca pensei sobre feminismo a partir de uma data, né? Eu vejo que assim a gente sempre foi feminista mesmo antes de ter uma consciência política do que era o feminismo. Então, por exemplo, a minha mãe é uma mãe solo, né? A minha avó ficou

viúva muito nova e cuidou de oito filhos sozinha. Então, assim, na minha família, as mulheres sempre foram muito capazes, né? Então a minha mãe sempre trabalhou, era professora primária, sempre pagou todas as contas, o aluguel, nunca dependeu de homem, né? É, na minha família, as mulheres têm o hábito de dirigir até melhor que os homens, então eu sou motorista, minhas tias são motoristas, minhas primas. Então pra gente é algo muito natural, porque como diz a Bell Hooks, a mulher feminista ela não precisa odiar os homens, né?”

Lélia segue adiante e sua resposta parece evidenciar um receio que ainda persegue muitas mulheres feminista: a necessidade de destacar que não desejam superioridade e que também não odeiam os homens. É interessante considerar que, em geral, quando expressam seus desejos ou ambições, os homens não têm o hábito de ressaltar, cuidadosos, que não odeiam as mulheres ou que não desejam estar em um local superior. A socialização feminina se encarrega de internalizar em mulheres, por mais fortes ou independentes ou, ‘boas motoristas’, algum grau de docilidade mesmo quando desejam reivindicar seus justos espaços.

“ Ela só precisa ser aquela mulher que acha que ela tá em pé de igualdade com eles e dentro do sistema capitalista a gente acaba estando à medida em que a gente precisa ter uma relação com o dinheiro, né, então nessa questão de trabalhar, pagar o aluguel, ser independente, então assim é uma coisa assim muito natural pra mim e isso veio desde a minha infância e eu sempre vi que as mulheres eram tão ou, mais capazes de fazer todas as coisas quanto os homens. ”

Saffioti (2013) mostra que, mesmo estando dentro do sistema capitalista e precisando nutrir essa relação com o dinheiro, a mulher não ocupa uma posição igual àquela reservada aos homens. Quando se considera, por exemplo, o acúmulo de tarefas, sejam elas concretas como preparar as refeições, ou imateriais, como pensar durante boa parte do dia no legume que acabou e precisa de reposição ou no estado febril que o filho apresentara na noite anterior, rapidamente se entende que a mulher não está em ‘pé de igualdade’, afinal, seu trabalho não é apenas na empresa, ou na fábrica, ou no hospital, ou na sala de aula...

Lélia comenta que, ao se deparar com as teorias feministas durante sua graduação, percebeu que o estilo de vida partilhado por ela e pelas demais mulheres

de sua família, tinha um nome: feminismo. Algo que, para elas, sempre fora cotidiano e vivido de forma prática, agora poderia ser nomeado:

“Então, assim, não foi assim de repente “ah, olha o feminismo”. Não, eu sempre tive esse estilo de vida, talvez eu nem soubesse o nome, mas sempre foi uma coisa natural e corriqueira pra mim. Então, assim, na universidade, quando eu me deparei com a teoria, aí eu falei nossa, caramba, é exatamente assim que eu vivo, que a minha família vive há décadas, e talvez a gente nem saiba, mas a gente é feminista na prática, pela independência das mulheres, por achar que as mulheres têm a mesma capacidade que os homens, né, as mesmas obrigações também, né, então, acho que foi assim. ”

Opiniões sobre militância

Aqui, a participante explica suas opiniões sobre a militância e a define como um modo de vida pautado por solidariedade.

Lélia é uma militante que inspira com seu discurso apaixonado e preocupado com a organização coletiva em busca de melhores condições de vida para as pessoas. Funcionária pública na área da educação, ela está habituada a lutar:

“Então, eu sou professora, né, então eu sou militante do sindicato dos professores, da APEOESP, e dentro da APEOESP existem as secretarias, então assim, é, não milito diretamente na questão da mulher, mas faço parte, tenho diversos grupos de mulheres feministas, né, no meu WhatsApp, por exemplo, é, já participei de inúmeras atividades, encontros [...]”. (Lélia).

Ela rememora, com notada empolgação, a respeito de um encontro de mulheres feministas há alguns anos:

“[...] eu lembro de um encontro que foi muito emblemático, que foi o encontro de mulheres do MML. MML é o Movimento Mulheres em Luta, e eu fui nesse encontro lá em Sarzedo, Minas Gerais, e lá tinham mulheres de todo o Brasil, e nós nos reunimos em um final de semana, é, e muito emblemático, né, você estar com mulheres de todo Brasil discutindo pautas, né, é, feministas, foi muito interessante e enriquecedor essa experiência. Hoje, é, devido aí as circunstâncias da vida, né, eu não estou tão atuante, mas não estou também tão afastada, então, tô vendo, né, a

movimentação das mulheres pra fazer um 8 de março, né, muito forte após a pandemia, mas não diretamente, como já estive em outras épocas participando de encontros e tal. ” (Lélia)

Lélia valoriza os encontros, percebe grande importância nos grupos e nas trocas possibilitadas pela coletividade e entende que ao vivenciar momentos de reflexão e conversas com outras pessoas engajadas em uma determinada causa, é possível descobrir-se militante. Este pensamento encontra concordância nas ideias de Hooks (2018) sobre a essencialidade dos grupos de conscientização, que proporcionavam autodescobertas às mulheres.

“É, e é muito importante as mulheres terem esses espaços pra elas poderem trocar experiências, pra elas poderem refletir sobre e elas poderem agir. Porque, assim, muitas vezes nós mulheres, nós somos feministas, mas sem saber. E a gente vai descobrir que é feminista quando? Na troca de experiência com essas mulheres.”. (Lélia)

Lélia fala sobre a desvalorização da profissão que exerce, professora, e acrescenta que entende que, por ser uma área que atrai muitas profissionais do gênero feminino, acaba não recebendo uma remuneração adequada. Wolff (2010) problematiza não apenas a desigualdade salarial entre homens e mulheres, mas, justamente o fato de que profissões que envolvem cuidados, como algumas áreas da saúde e educação, têm sido associadas à figura da mulher. O que nos conduz a Federici (1975/2021) e suas colocações acerca do trabalho feminino de cuidado ser tratado como uma modalidade de amor, reservado àquelas figuras dóceis e submissas: as mulheres. É cabível inferir que esta atribuição cuidadosa transferida às mulheres, também apareça nas profissões capitalistas consideradas femininas e, ora, se o trabalho feminino é baseado no amor, por que razão as profissões majoritariamente associadas a elas deveriam ser justamente remuneradas?

“[...] já em diversas ocasiões participei do encontro de mulheres da APEOESP, né, várias mulheres de todo estado de São Paulo reunidas pra conversar sobre essas pautas, né, e é muito enriquecedor que a gente vê, principalmente nós que somos professoras, que é uma categoria majoritariamente feminina, né? Então a gente precisa desses momentos pra gente poder se reconhecer e ver aí as nossas

dificuldades como, por exemplo, nós somos muito mal remuneradas, né? As professoras principalmente, a gente ganha um salário de nível médio tendo, muitas vezes, muito mais formação do que muitos homens, mas talvez pelo estigma de ser uma profissão feminina, a gente não consegue avançar nas pautas de reivindicação por melhores salários e isso é uma pauta sexista, né? E a gente precisa, é, refletir que, assim, por que carreiras majoritariamente femininas não conseguem avançar na questão salarial como outras carreiras que são majoritariamente masculinas, né? E aí é importante a gente estar nesses encontros pra gente poder pensar sobre isso. ”.
(Lélia)

A força que reside nos encontros, nas organizações e nas lutas coletivas é indubitável para Lélia, e ela apresenta dados de realidade, dados da realidade dela – de mulher, professora e militante –, que corroboram essa força. Ao ser questionada se a desigualdade salarial motivava as professoras, a entrevistada respondeu:

“Eu acho que, assim, quando unidas, sim. Quando separadas perde a força. Por isso, que é muito importante os encontros das mulheres dentro das suas categorias profissionais pra elas começarem a pensar sobre essas questões, aí quando elas pensam, de fato, há uma mudança porque elas se unem e cobram, né? Agora, quando há um afastamento, e desse afastamento, por exemplo, eu tiro esses dois anos aí de pandemia que a gente vivenciou, né, e tá vivenciando, aí você vê que separadas a luta não acontece. Nós não tivemos, assim, um grande avanço de 2020 pra cá, porque as mulheres tiveram que cada uma ficar dentro da sua realidade devido à pandemia, e aí perde a força, né? ”. (Lélia).

Para Lélia, militância é um estilo de vida que atravessa os sentidos daqueles que militam, passa a orientar a visão de mundo e, conseqüentemente, as ações. Escutando as palavras dela ou relendo a transcrição destas, a empolgação causada pela militância e o sentido para lutar são reafirmados com tanta paixão e certeza que as emoções de Lélia soam tão concretas que parecem quase palpáveis:

“A militância ela é você ter um estilo de vida de solidariedade, né? O militante, ele é um ser solidário, então ele se reúne por causa de um, de algo que desperte nele essa solidariedade. Então, no caso dos professores, né, o que nos reúne, o que nos torna militantes é a consciência da nossa situação precária mesmo, né, com relação

às condições de trabalho, a salário, e isso vai gerando uma solidariedade. Porque o militante, ele não consegue ver o outro de uma maneira indiferente, né? Então todas as vezes que o militante percebe no outro as dificuldades, ele vai e atua pra sanar no outro essas dificuldades, né? Então, veja, na APEOESP, nós já tivemos várias experiências como, por exemplo, uma vez pegou fogo a casa de uma professora, né, e os militantes se reuniram e quotizaram o início da reforma dessa casa, então é isso, é esse despertar para a solidariedade. ”. (Lélia)

Lélia diz sobre a impossibilidade de seguir adiante, alheia e sendo feliz, quando se sabe que há, muito aproximado, alguém padecendo. Ela fala sobre uma modalidade de felicidade conjunta e, este entendimento alude à felicidade ético-política de Sawaia (1999), que descreve a satisfação obtida na partilha das vitórias, na conquista dos bens comuns, na solidariedade compartilhada, acontecimentos que superam o individualismo solitário e voraz de querer somente para si.

“Então, só pode ser militante quem enxerga o outro de uma maneira é, como é que eu vou te dizer, sem diferença. Você olha o outro e você vê que o bem-estar dele, de alguma forma, também gera o seu bem-estar. Você não consegue ser indiferente à dor do outro. ”. (Lélia)

Ainda no âmbito da militância, Lélia acredita que, neste momento marcado por pandemia, as manifestações e interações via internet são formas legítimas de criar espaços de escuta, acolhimento e relacionamentos: *“Então, eu acho que assim, agora, nesse momento de pós-pandemia, a gente ainda tá num momento de reorganização dessas, dessas forças e, assim como estão surgindo clubes do livro, grupos de mulheres ... eu vejo muitos grupos de escuta, ainda não participei, mas eu vejo que tem, né, lugares onde as pessoas podem ser escutadas, né? E mulheres também. Então, eu acho que é muito importante, mas a gente tá num momento que assim, ainda tá se estruturando, essa complexidade a gente só vai poder enxergar ela melhor daqui a um tempo, porque a gente tá em pleno processo histórico, assim, já de início, eu digo que é muito enriquecedor, né? ”. (Lélia).*

Lélia relata sua experiência em um grupo de leituras, que se reúne virtualmente e é composto por pessoas de diversas partes do país. Partindo desta experiência de leitura coletiva, ela reflete sobre possibilidades de grupos virtuais que discutissem

questões relacionadas às mulheres, à classe e à raça. A entrevistada conta que durante o isolamento, se manteve atualizada sobre os coletivos feministas da zona leste por meio das redes sociais. *“Por exemplo, há uns dias atrás, eu lia uma literatura de um autor africano, o Valter Hugo Mãe, com professoras universitárias do interior do Nordeste, e a proposta como ela é muito essa de conversa, de diálogo, não é tanto a questão técnica, é mais a questão de ouvir mesmo a opinião de cada uma, isso é muito importante. Aí eu acho que quando esses grupos se articulam pra falar da questão da mulher, da questão da pessoa periférica, do racismo estrutural, que também é outra coisa que a gente precisa discutir cada vez mais e que a internet traz à tona, eu acho que, daqui a alguns anos, a gente vai colher frutos muito bons, porque tudo aquilo que a gente fazia nos nossos coletivos, né, igual eu falei pra você dos coletivos de mulheres da zona leste, apesar de eu não estar participando diretamente, é pelas redes sociais que eu sei de tudo que tá acontecendo. Então, eu acho que assim, tudo isso vai frutificar daqui a algum tempo, quando a gente puder voltar a se abraçar, né, sem máscara e tal, aí a gente vai começar a colher os frutos.”. (Lélia).*

Lélia acredita que, após os dois anos de distanciamento social, os momentos de reencontro serão mais potentes e, com o apoio das redes sociais, os coletivos poderão alcançar mais pessoas: *“Apesar de esses dois anos de afastamento eles serem ruins pra gente, né, porque a gente deixou de se ver e deixou de lutar, né, por uma série de pautas importantes, como salário e outras coisas, porque a gente tinha que se preocupar em sobreviver, quando a gente se encontrar pra fazer essas formações vai ser muito mais enriquecedor e eu acho que só tende a crescer, né, esses movimentos, porque se antes tinha um coletivo do seu bairro ou da sua cidade, agora você pode ter um coletivo muito mais abrangente com as redes sociais.”. (Lélia).*

A vida das pessoas na periferia

Esta temática/unidade de sentido é caracterizada por relatos da participante que analisa com bastante criticidade as dificuldades que perpassam o cotidiano das mulheres periféricas.

Lélia não é moradora do extremo leste, ela reside em um município que faz divisa com a região. Porém, trabalha no Itaim Paulista que, assim como os demais

bairros que integram a área mais extrema da zona leste da cidade de São Paulo, é marcado por violência, desigualdade, etc.

“[...] eu moro na grande São Paulo, eu moro no município de Poá e a gente tem ligação com São Paulo através da zona leste, eu trabalho no Itaim Paulista, então, assim, ser mulher dessa região, apesar de que em Poá eu moro em uma localização bacana, não é uma área periférica da cidade, mas, no Itaim Paulista, é uma área 100% periférica. Do Itaim Paulista, o que é que eu verifico, que a mulher do Itaim, ela tem a dificuldade, por ser um bairro mais distante do centro da cidade, muitas mulheres são arrimo de família, elas atravessam São Paulo para levar o sustento pra suas casas, então, assim, são mulheres muito sobrecarregadas, né, e eu vejo muito isso nas mães dos meus alunos, são pessoas que saem, muitas vezes, 6h da manhã, 5h da manhã, né, pra ir trabalhar, e voltam já esgotadas, né, 8, 9 da noite. Então nesse contexto, como que essa mulher, é uma mulher sobrecarregada, né? É uma mulher que perde parte do seu dia, significativamente, na condução, né, seja ônibus, seja trem, seja metrô, seja o que for, e tem que dar conta das suas demandas profissionais, e chegar em casa e dar conta das suas demandas, dos afazeres domésticos, do acompanhamento dos filhos, são mulheres muito sobrecarregadas.” (Lélia).

Lélia analisa a situação das mulheres de seu município que, segundo descreve, se sobrecarregam pela somatória de trabalho, atividades domésticas e tempo de deslocamento. Fala sobre si mesma comentando que, apesar de fazer mestrado em uma região próxima à de sua residência, também tem sua rotina atarefada porque utiliza parte de suas horas para dedicá-las ao estudo, em uma tentativa de buscar ascensão profissional e melhora em suas condições de vida.

“Aqui em Poá, a gente tem as duas coisas, porque aqui é uma cidade dormitório, então, as mulheres que moram, que residem aqui e trabalham em São Paulo, também tem essa mesma pegada, né, sobrecarregada. Dentro da nossa realidade da região leste e adjacências, eu sinto muito essa sobrecarga das mulheres, né, seja pra melhorar sua vida profissional estudando, né, por exemplo, eu faço mestrado lá no ABC, tenho várias amigas aqui da região que fazem, então, assim, a gente não perde o tempo que perderia na condução indo pra São Paulo, mas a gente tá com nosso tempo ocupado tentando dar conta de cursos pra gente ter uma melhora

na vida profissional, então eu sinto que nós somos muito sobrecarregadas, né, muitas atividades. ”. (Lélia).

Para Blue (2000), tanto o local de moradia precário quanto a vida financeira instável de uma pessoa podem representar possíveis agravos à saúde mental, em pesquisa conduzida nos anos de 1990, Aclimação, Brasilândia e Vila Guilherme, três diferentes bairros paulistas, foram comparados em termos de condições de vida e saúde emocional das famílias, a conclusão foi de que aqueles que viviam na Brasilândia, apresentavam maiores índices de sofrimento psicológico do que aqueles que eram residentes da Aclimação. Lélia enumera as dificuldades enfrentadas por pessoas pobres e periféricas e, de forma sucinta, dá significado aos sofrimentos causados por essas exclusões cotidianas: “você não tem um bom acesso àquilo que te faz cidadão”.

“É, e nas mulheres que trabalham assim mais longe, muitas atividades e muito cansaço, né, por causa da péssima mobilidade urbana que a gente tem. E aí entram outras coisas, porque se você mora na periferia, você não tem um bom hospital, você não tem uma boa escola, você não tem um bom acesso àquilo que te faz cidadão, e aí essas mulheres também pagam o preço seja quando elas vão ter um neném, aí você não tem um hospital público adequado, ou quando você vai se vacinar, você tem um posto de saúde superlotado. Quando o seu filho vai pra escola, ele vai estudar em salas de aula com muitos alunos, então tem essa, esse, esse peso a mais, né? A sobrecarga é dificultada e não tem ações coletivas de cidadania, né, então eu acho que é isso. ”. (Lélia)

Transformações produzidas pela militância na vida privada

No presente tópico, a entrevista comenta sobre a importância de identificar-se como sujeito pertencente às classes populares e, mais uma vez, descreve alterações no modo de perceber e sentir a realidade após a militância.

Ao falar sobre as alterações em seus relacionamentos e em sua autopercepção após o feminismo e a militância, Lélia elencou termos importantes como consciência, machismo estrutural, identificação e frustração.

“Eu acho que, assim, a partir do momento que a gente se enxerga feminista, a gente consegue identificar mais facilmente as situações de opressão contra as

mulheres, seja contra mim ou seja contra outras mulheres que estejam ao meu redor, então, essa consciência, ela vai gerar essa identificação mais rápida, né? É, porque as situações elas continuam a existir, né? A gente vive em uma sociedade onde o machismo ele é estrutural também, né? Então quando você passa a ter consciência da luta das mulheres, você passa a ter uma identificação mais rápida. ”. (Lélia).

A vida de quem milita por uma ideologia, causa ou por qualquer outra coisa, pode ser enriquecida nas trocas, nas partilhas e conquistas conjuntas que suscitam a já mencionada felicidade ético-política. Há, no entanto, um incômodo, que é uma espécie de outro lado da moeda da vida do militante: a percepção de que nem sempre será possível engendrar uma transformação possível e minimamente satisfatória. E Lélia cita essa frustração que anda lado a lado com a satisfação de poder se identificar e se reconhecer.

“Agora, claro, às vezes vem a frustração porque você identifica que aquela situação é uma situação de opressão, principalmente agora que a gente vive sob uma sociedade mais conservadora, então você vê diversas situações cotidianas de opressão das mulheres e, assim, às vezes você consegue fazer uma interferência e, às vezes, você não consegue. Mas, assim, eu acho bacana porque a resposta é mais rápida, né? Opa, peraí eu vivi uma situação no meu trabalho, aquilo ali é machismo, então, o que eu posso fazer para mostrar que eu não tolero aquela situação? Então vai te dando o suporte pra você reagir, agora, nem sempre a gente consegue 100% de... de ... digamos assim, 100% de êxito nessa luta contra a opressão contra a mulher. ”. (Lélia)

Lélia pontua sobre a essencialidade de reconhecer a classe, e ela entende que a pessoa que milita é alguém que se reconheceu neste lugar da sociedade de classes. A entrevistada cita, inclusive, uma conversa anterior à entrevista, em que o convite foi efetuado, e ela corrige uma fala da entrevistadora que, ao explicar sobre o questionário sociodemográfico, mencionou que no formulário havia um campo para que a participante informasse sobre sua classe social, e mencionou algumas das opções (classe baixa, classe média-baixa, classe média, etc). Lélia ressalta que, na verdade, diria que são pobres.

Há que se acrescentar um breve adendo para expor que, mesmo no extremo leste de São Paulo, existem diversas realidades. Nem todas as pessoas periféricas são atravessadas, por exemplo, por exclusão de raça, gênero ou mesmo classe. O

lugar de residência pode produzir, sim, sofrimento, julgamento e dificuldade de acesso ao centro. Porém, as dificuldades enfrentadas por alguém que, apesar de morar na periferia, tem um bom salário, desempenha atividades laborais que não são alienantes e não vive em vulnerabilidade, são menos intensas do que aquelas vivenciadas por uma outra pessoa, igualmente periférica, mas, além disso, atravessada por diversas fragilidades (econômicas, psicológicas, etc).

“ (A militância) Sempre transforma, porque o militante é um cara que tem a consciência da classe dele, né. Igual, por exemplo, enquanto a gente conversava (durante os contatos para a realização da entrevista), você falou sobre a classe média baixa, eu até diria mais, nós somos pobres. E é você enxergar porque elas existem, né, e você fazer com que essas diferenças te movam no sentido de melhora, seja a sua situação, seja a situação dos outros, que estão ao seu redor, né? Então, assim, não dá pra eu ser militante e ser egoísta, né? Ou eu militar e não me compadecer, sei lá, do colega, por exemplo, eu tô com uma colega que é professora contratada e ela tá sem salário esse mês, então, assim, eu não consigo olhar pra ela estar sem salário e seguir a minha vida de uma maneira indiferente, né? Então, assim, a ‘Lélia’ militante, ela já está entrando em contato com outras pessoas pra ver quais são as possibilidades de a gente ajudar a colega nesse sentido, né? É, seja arrumando um outro serviço, seja quotizando alguma coisa pra ela. ”. (Lélia).

A felicidade ético-política de Sawaia (1999), anteriormente comentada, fica evidente quando Lélia afirma a impossibilidade de alienar-se em uma alegria particular, enquanto o outro, próximo a ela, padece de dores que demandam cuidado.

“Então eu acho que o que me mudou é isso, né? Eu não consigo ter uma felicidade, digamos assim, uma felicidade individual sem pensar na dor do meu próximo, principalmente aquele próximo que tá orbitando ao meu redor de alguma forma, né? Acho que é isso. ”. (Lélia)

Silvia: me ver como sujeito

Silvia é uma mulher de 27 anos, branca, moradora do Itaim Paulista, que se define como pertencente à classe social média-baixa e tem sua visão política orientada pela Esquerda. É casada e mãe. Silvia foi convidada para participar do estudo por ser uma conhecida bastante atuante na militância estudantil e feminista. Assim como as demais participantes, Silvia também preencheu o termo de

consentimento livre e esclarecido de forma digital e respondeu a um questionário sociodemográfico e socioeconômico. A entrevista aconteceu via chamada de vídeo no Google Meet e, após autorização da entrevistada, teve o áudio registrado para que a presente análise pudesse ser construída. Os conteúdos foram organizados nas seguintes unidades de sentido: 1) Em defesa de um feminismo antiproibicionista e anticapitalista; 2) Refletindo sobre o que é militância; 3) Ser mulher na periferia; 4) Como a militância feminista transformou a vida privada.

Em defesa de um feminismo antiproibicionista e anticapitalista

Silvia foi bastante objetiva e não prolongou suas reflexões além do que lhe era perguntado. No início da entrevista, como de costume, foi solicitado que ela contasse sobre sua caminhada até o feminismo. A história de Silvia é parecida com a de muitas mulheres que, após anos de aceitação da realidade tal qual ela se desenha, acabam tendo sua capacidade perceptiva expandida ao entrar em contato com teorias que ousam romper a submissão fatalista e vociferam que, a sobrecarga, a violência e as dores sofridas pelas mulheres não são naturais, mas, ao contrário, são produtos cuidadosamente fabricados por uma lógica patriarcal.

Silvia conta sobre o período em que descobriu o feminismo: *“[...]foi na faculdade, eu já questionava algumas coisas sobre a minha realidade enquanto mulher, das pessoas da minha família, e aí na graduação de Psicologia, eu comecei a ler mais e, por indicações de professores mesmo, né, de autoras, de escritoras, eu fui tendo acesso, acho que foi isso, foi na graduação de Psicologia mesmo.”* (Silvia)

Atualmente, a entrevistada é militante em um coletivo feminista periférico chamado REMFA.

“[...] eu faço parte da REMFA, Rede de Mulheres Feministas Antiproibicionistas. [...] A REMFA, ela luta por um feminismo antiproibicionista, que é anticapitalista, mas a pauta principal é a descriminalização das drogas, porque muitas mulheres, elas são presas e podem ser presas por conta do consumo de drogas, e a gente observa que existe um, uma, como é que eu posso dizer, é bastante desigual, né?”

Silvia desenvolveu pesquisa, durante a graduação, sobre o encarceramento feminino e compartilhou um pouco sobre a experiência explicando que estes estudos a conduziram até o coletivo em que milita.

“O meu foco, acho que como você sabe, foi no encarceramento, foi meu foco de pesquisa, e aí eu acabei chegando nesse coletivo por conta da minha pesquisa. E o encarceramento tá muito atrelado ao uso de drogas, e aí analisando a história das mulheres que são encarceradas, a gente vê que, em sua maioria, tem a ver com o uso e até o tráfico, só que as mulheres até nesse meio, elas estão numa posição desigual, elas acabam sendo presas como aviãozinho, enfim, coisas desse tipo. Aí esse coletivo, ele tem essa pauta principal, que é a descriminalização das drogas, e o cuidado e ações pras mulheres que estão nessa condição de uso de drogas, mas também, mesmo que não faça uso, mulheres que são egressas do sistema carcerário, até mulheres mesmo que estão no sistema a gente vem pensando ações pra realizar dentro do sistema, só que é muito difícil, né, então acaba fazendo mais ações com mulheres egressas, a gente tem algumas ações nas saidinhas dos presídios, né, que aí a gente consegue ter algum contato e gente tenta proporcionar, conversar sobre conscientização, e a gente tenta pensar sobre formas de sobreviver, né, a essa realidade absurda que a gente vive.”. (Silvia).

Ribeiro (2018, p.48), em seu livro sobre o feminismo negro, defende que “o movimento feminista precisa ser interseccional, dar voz e representação às especificidades existentes no ser mulher”, a autora denuncia uma urgência em pensar de forma macro a respeito das mulheres, a fim de apreender questões para além do gênero, por exemplo, a cor da pele, a orientação sexual, entre outras. De acordo com o ponto de Ribeiro (2018), essas questões devem ser tratadas como tão essenciais quanto a desigualdade de gênero. Silvia apresenta leitura bastante semelhante ao descrever sua militância no coletivo: *“Em sua maioria, a gente também observa que são mulheres negras, periféricas que são presas, então o foco também é bastante nas mulheres negras, e também integra mulheres trans, que também é uma outra configuração, né, de opressão, e pessoas não binárias, eu acho que é mais ou menos isso. Tentando ser sintética, assim.”. (Silvia)*

Silvia diz que sua motivação para ser uma militante feminista nasceu na observação de sua própria história de vida e das histórias de outras mulheres próximas. Com o avanço dos estudos, as diversas complexidades que também cortam as existências das outras mulheres do mundo foram ganhando relevo diante de seu olhar. Olhar este que a teoria e a prática militante trataram de tornar mais sensível às minúcias do que não era escancarado ...

“Eu acho que a minha própria realidade, a minha condição enquanto mulher, inicialmente foi isso, né, analisando a minha história, a história da minha família, das mulheres da minha família e, conforme eu fui estudando e observando também a realidade, vi as inúmeras opressões que as mulheres sofrem e quanto mais camadas, né, que a gente vê, mais características, mulheres negras, mulheres trans, mulheres trabalhadoras do sexo, enfim, são várias categorias de mulheres que sofrem de formas diferentes, e isso de alguma forma me aflige.”. (Silvia)

Refletindo sobre o que é militância

Neste tópico, Silvia coloca algumas definições sobre militância e destaca a importância que atribui às ações coletivas, opostas ao individualismo capitalista.

Para Silvia, militância é sinônimo de combate. Combate de opressões, de indignidades, de desigualdades e de inequidades:

“É agir, refletir sobre a realidade de forma que a gente consiga uma mínima igualdade entre as pessoas, ou equidade, né, que é um termo bastante comum porque já que nós somos humanamente diferentes, e as opressões elas são bastante distintas, né, existem camadas, a gente tenta lutar pra que a gente possa ter direitos e viver uma vida digna, sem tantas opressões, basicamente é combate às opressões, das diversas formas. ”. (Silvia)

Ao ser convidada a partilhar suas ideias sobre militância coletiva e, ou, individual, Silvia se referiu ao questionário que preencheu antes da entrevista, em que há uma questão que pede que a entrevistada comente se tem o hábito de falar sobre temáticas feministas com outras pessoas. Ela empregou a palavra ‘fortuito’ para descrever o trabalho de militância coletiva, no entanto, analisando as seguintes colocações, é possível crer que a intenção era atribuir qualidade positiva, descrevê-lo talvez como ‘frutífero’.

“Então, essa é uma discussão bem complicada, né, mas eu acredito, sim, em ações, não sei se ações, né, mas ... é que tinha uma pergunta na sua, no seu termo de consentimento próximo disso, né, se você fala com as pessoas à sua volta, eu penso que tem a ver com isso essa questão individual, né, de você conversar com as pessoas sobre essas questões, mas eu tendo a acreditar que o trabalho coletivo ele é mais fortuito, ele é melhor, vai na contramão da sociedade capitalista que prega o individualismo e coletivamente a gente pode ir muito mais além.”. (Silvia).

Considerando as proposições de Gohn (2019) sobre as redes sociais como espaços 'novos' de divulgação dos movimentos, a militância virtual foi tema abordado durante as entrevistas, sobretudo porque, apesar da recente reabertura total da cidade, alguns reflexos dos momentos mais difíceis da pandemia ainda podem ser percebidos por meio de cursos, aulas e palestras que seguem sendo ministrados de modo remoto. Em razão disso, pensar sobre as fragilidades ou potencialidades dos encontros de militância virtuais foi relevante para nosso trabalho.

Silvia soou um pouco temerosa ao emitir opinião sobre o assunto e, por diversas vezes, fez pausas após buscar alguma concordância que indicasse que ela estava indo por um 'caminho certo'.

Nossa, eu acho muito complicado porque eu não estudei quase nada sobre isso, né, sobre a militância na internet, sobre as redes sociais ou sobre a militância em si, mas, uma observação assim, como quem não estudou, é que a internet ela é um lugar de muita violência gratuita, né, de muito ódio, e eu tenho um pouco de receio que as pessoas que procuram conteúdos sobre feminismo, no caso, né, já sejam pessoas engajadas, ou já sejam pessoas que tenham interesse, talvez isso possa aflorar no caso, né? É que eu tô falando mais das redes sociais, você tá falando da internet de forma ampla, com acesso a artigos?

É porque às vezes eu resumo muito a internet às redes sociais, mas enfim, eu acho que é isso, muitas pessoas que procuram esses conteúdos talvez já tenham esse interesse. Acho que existe uma polarização, né? As pessoas que não têm interesse acabam, ou já tem um pré-conceito ... porque existe isso até entre as mulheres, né, que acabam, não tem uma ideia muito formulada do que se trata o feminismo ... E acho que, não sei se a internet, as redes sociais, no caso, é um meio que possibilita engajamento de mais mulheres e homens até pra compreensão do tema, a não ser que tenha um interesse sobre. Mas a internet, além das redes sociais, não sei se tem um pouco a ver, mas, como lugar de pesquisa, eu acho que é fenomenal pra ter acesso, isso sim, né? Ter acesso a revistas, ter acesso a artigos, ter acesso a conteúdos, mas é importante saber também onde pesquisar, saber as fontes. Acho que é um pouco por esse caminho.

Ser mulher na periferia

Silvia é moradora do Itaim Paulista e, diante do pedido para que falasse um pouco sobre a vida da mulher na periferia, elencou variadas dificuldades. Ela cita o

clássico feminista de Friedan (1963/2021), *A Mística Feminina*, e comenta “não sei se ... provavelmente você já viu, né?” para, em seguida, mencionar as donas de casa dos Estados Unidos retratadas por Friedan. O padrão de mulher ideal, educada para servir ao marido e ao lar, renunciando à carreira em benefício da família, mostrado por Friedan (1963/2021) embora ilustre problemas que ocorriam há décadas atrás, ainda revela uma ferida feminina mal cicatrizada, afinal, anos acumulados de silenciamento e desincentivo seguem resvalando na vida da mulher que existe no mundo de hoje, por mais temporalmente distante que ela esteja da dona de casa estadunidense dos anos de 1950.

“[...] não sei se, provavelmente você já viu, né, o livro A Mística Feminina, ela mostra muito assim a diferença de uma mulher de classe média pra uma mulher pobre e periférica, é claro que esse livro é razoavelmente antigo, fala de mulheres de classe média dos Estados Unidos, mas eu acho que ele dá um bom panorama pra você perceber a diferença, o tipo de opressão que essas mulheres que tãõ no centro do capitalismo, né, numa situação ... não sei se eu posso dizer mais privilegiada, mas eu acho que, sim, né? Porque a classe ela é importante. A diferença que as mulheres têm entre si na condição que elas vivem e sobrevivem.” (Silvia)

Considerando mais especificamente as mulheres do território periférico, Silvia trouxe ponderações sobre cultura, educação e lazer e complementou o raciocínio narrando parte de seus conhecimentos sobre a realidade das mulheres encarceradas:

“No caso das mulheres periféricas, tem muitas questões envolvidas, né, como acesso à saúde... a gente pode falar de muitas coisas, como (acesso) à cultura, à educação, a lazer. Isso atinge toda uma classe, né, na real, mas quando a gente observa mais de perto, existem diferenças muito significativas entre homens e mulheres. No caso, como eu posso falar um pouquinho das mulheres que são sobreviventes do sistema carcerário por ter realizado pesquisa com elas, né, que a gente já vê uma diferença muito grande no tratamento que as mulheres têm no sistema por serem mulheres, a falta de acesso à saúde, à maternidade, deixa eu tentar lembrar aqui mais coisas que eu observei ... O presídio, por exemplo, que eu observei, é normalmente ele é próprio para os homens, eles foram feitos para os homens, os presídios mistos, né, que eles têm as condições para os homens e não para as mulheres. A falta de absorventes, por exemplo, essa é uma pauta que tem sido bastante debatida, que é a violência menstrual, que é a falta de acesso, falando de

uma forma bem grosseira, absorventes, né, que muitas mulheres que moram na periferia não têm acesso. ”. (Silvia).

Então, perguntamos a Silvia se, apesar de ela não ocupar uma posição de vulnerabilidade igual àquelas mulheres de sua pesquisa, se considerava que a periferia lhe afetava de alguma maneira.

“Sim, com certeza, um dos privilégios que eu tenho da cor, eu sou uma mulher branca, e isso já traz toda, já tem um peso muito grande, né, é nítido ver isso na periferia. Mas, enquanto uma mulher periférica, uma pessoa que vive na periferia, é, já tenho diversos atravessamentos, um exemplo simples é o acesso à educação, como eu tava falando, né, o acesso a lazer, o acesso, às vezes, até hospitais, serviços de saúde de qualidade na periferia, quando você vai pro centro, você já vê que tem um tratamento diferenciado, as pessoas elas são mais educadas, elas são mais cuidadosas. Na periferia, não é normalmente assim, as pessoas são tratadas como inferiores, então você pode oferecer um serviço de qualquer forma, sem muitos ... sem muita consideração, as pessoas não são tratadas como seres humanos com uma dignidade, eu observo isso. ”. (Silvia)

O tratamento inferior dispensado às pessoas periféricas, até mesmo por outras pessoas igualmente periféricas que, ocupando postos de trabalho na área da saúde, exemplo mencionado por Silvia, evidencia a reificação do ser humano que, encarado como coisa, tem sua humanidade diminuída ou negada.

Como a militância feminista transformou a vida privada

Nesta unidade/temática, a entrevistada compartilha um pouco de suas mudanças após o engajamento na militância. Silvia traz em suas falas a transformação de seus pensamentos fatalistas que, antes da descoberta do feminismo, a guiavam para a espera por um destino imutável que, quase como uma maldição de família, lhe reservaria uma história semelhante àquela vivenciada por sua mãe.

“Sim, antes de entrar, de adentrar no feminismo, de conhecer essa luta, de entender melhor, isso é muito bizarro, mas eu acreditava que, assim como minha mãe, eu deveria permanecer em casa, esperar meu marido chegar do trabalho com a comida pronta, várias coisas mínimas que, conforme eu fui entendendo melhor do que se tratava, eu fui mudando a minha forma de ser no mundo. ”. (Silvia)

O feminismo também a fez se atentar para as mulheres ao seu redor e para a submissão a relacionamentos marcados por traição. Talvez aqui possamos considerar aquelas antigas máximas sociais, certamente fatalistas, que propagavam a ideia de que os homens traem mesmo e de que caberia às esposas e namoradas a aceitação compassiva diante da sexualidade descontrolada de seus parceiros dotados de 'instinto'.

“[...] também eu procuro observar as relações das pessoas à minha volta, das amigas que eu tenho e tento sempre trazer isso pra debate quando eu acabo percebendo e acreditando que é uma opressão pra que a gente reflita sobre, né, como eu vejo muito, assim, a questão de traição. Muitas mulheres que eu conheço, acho que não tem uma que não fale que nunca foi traída, só que a questão é que isso acaba sendo permitido, né, no caso quando uma mulher trai, isso é considerado um crime capital, e muitas mulheres morrem, né, por coisas mínimas, mas também por traírem. E quando os homens traem, isso não é uma questão, tipo, acaba sendo passível de perdão. É claro que a gente pode até conversar sobre relacionamento aberto entre outras coisas, mas isso é uma diferença que eu já observo, assim, onde eu moro, com as pessoas com quem eu convivo ao meu redor.”. (Silvia)

Silvia percebe uma diferença significativa entre as conversas que acontecem no meio acadêmico entre mulheres que debatem e problematizam variadas questões sobre relacionamentos, e aquelas do bairro que não problematizam este tipo de tema, mas são vitimadas pelo machismo que as condena a criar filhos sem apoio paterno.

“Eu achei isso até chocante porque, no meio acadêmico, a gente acaba conversando mais sobre e aqui as pessoas nem consideram outras formas de relacionamento, o relacionamento mais comum é a mulher do lar e o homem que provem, ou indo mais além, é a mulher que foi abandonada com vários filhos e tem que prover o lar sozinha, enfim, são várias questões.”. (Silvia).

O feminismo também modificou a forma como Silvia percebe a si mesma e apreende sua experiência no mundo:

“É, eu acho que eu acabei falando isso, um pouco disso, né, na outra resposta. Eu comecei com isso porque foi o que mais, talvez, me chocou, né, a ter, a olhar hoje a pessoa que eu já fui e poderia ter sido, como a história da minha mãe, que era casada com uma pessoa agressiva e acreditava que ela deveria permanecer em casa, ser do lar, manter a casa limpa, organizada, basicamente, servir e não reclamar. E eu poderia ter ido por esse mesmo caminho, caso eu não tivesse percebido mesmo do

que se trata dessas opressões que, nós enquanto mulheres, sofremos. Mas tem isso, né, também eu fui pra universidade e isso é algo que já diz de um privilégio, né, já ter condições de sair do lar, mas, ainda assim, eu poderia ter voltado e ter permanecido nessa condição, então mudou bastante. ”. (Silvia).

Em relação à beleza, o feminismo também se propõe a mostrar que a mulher pode desejar outra coisa além de ser bela, recatada e do lar. Zanello (2018, p.89) apresenta o conceito de prateleira do amor, que diz respeito à necessidade de “[...] ser escolhida [...] ser o objeto mais brilhante, mais reluzente, ou apagar o brilho alheio”. O padrão de beleza distante e irreal perseguido pelas mulheres, conforme comenta Silvia, tem função bastante objetiva: ser bonita para se destacar, e se destacar para conquistar o tão sonhado príncipe. “[...] Se elas são avaliadas, por um lado, em função de sua beleza (e de seu comportamento/performance), por outro, a prateleira do amor, no dispositivo amoroso, outorga o lugar de avaliadores aos homens. ”. ZANELLO (2018, p.89).

“E a gente pode falar de corpo também, de autoestima, várias outras coisas. Mas eu não sei se vale a pena aprofundar nisso ... ah, sei lá, né, a questão do padrão mesmo, acreditar que existe um padrão, uma mulher ideal, essa lógica ela é muito forte e eu acho que é muito difícil de desinternalizar, mas, a partir do reconhecimento que você não precisa se adequar ao que é vendido pra gente, ao que é esperado, um padrão inexistente, né, a gente ... acredito eu, falando de mim, eu me sinto mais confortável em ter tido a oportunidade de perceber que eu não preciso atingir esses padrões inexistentes, que só me colocam como objeto. Eu acho que não só, mas os estudos sobre feminismo, me possibilitaram me ver como sujeito. ”. (Silvia).

Silvia finaliza sua fala pontuando que os estudos feministas a permitiram perceber-se sujeito. Não parece exagerado concluir que a conscientização sobre sua realidade e sobre as origens de suas opressões, bem como a recuperação de uma memória histórica sobre sua mãe promoveram algo próximo à libertação.

Bell: sobre ter um lugar de pertencimento

Bell é uma mulher de 23 anos, funcionária pública, preta, moradora de São Miguel Paulista. Ela define sua posição política como Esquerda e sua classe social como média. O contato com Bell aconteceu por indicação de uma amiga em comum que, ao ver nossa divulgação sobre a pesquisa em uma rede social, articulou o

encontro. A entrevista foi realizada através de chamada no Google Meet e teve o áudio gravado mediante autorização da participante, que também preencheu os questionários e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os conteúdos foram organizados nas seguintes unidades de sentido: 1) Tornando-se feminista; 2) Os significados da militância; 3) A vida das mulheres na periferia; 4) A conscientização e alterações das percepções sobre o machismo no cotidiano.

Bell foi bastante colaborativa durante toda a entrevista, compartilhou histórias ricas em detalhes, sempre com grande simpatia e boa vontade. Nos relatos ficou evidente a transformação proporcionada pela conscientização que, não só ampliou a percepção de mundo, como promoveu mudanças também nas ações de Bell nos espaços pelos quais circula.

Tornando-se feminista

Nesta temática/unidade de sentido, Bell partilha sua história de descobrimento do feminismo e rompimento com antigas ideias conservadoras, aprendidas em sua época de escola militar.

Bell tinha ressalvas quando o assunto era feminismo, seja por influência da mídia ou da rigidez do colégio em que estudava, ela conta que olhava para o movimento com reprovação. No entanto, tudo mudou quando ingressou na graduação.

“Eu tive a oportunidade de encontrar uma redação minha que eu fiz na época da escola e, assim, não digo pelos professores, mas a gente sempre alienada a algumas mídias, a gente acaba não se aprofundando e nem tendo crítica a todo o conteúdo que a gente consome, né, e quando eu li até essa minha redação da escola eu criticava o feminismo porque eu sequer sabia o que era o feminismo. E aí, quando eu ingressei na universidade, eu tive a oportunidade de entender quais eram as potencialidades que o feminismo proporcionava às mulheres, e aí a gente vai desenvolvendo o nosso senso crítico e eu acredito que o que me fez criar esse olhar e reconhecer a importância do movimento feminista pra vida da mulher foi esse desenvolvimento do meu senso crítico, de entender quais foram os avanços que as mulheres tiveram, né? ”. (Bell).

Bell menciona as ondas feministas e elege a terceira para dizer que, a partir dela, todas as mulheres passam a ter um lugar de pertencimento. Ribeiro (2018) fala precisamente sobre o quão é imperativo que a branquitude entenda que cada mulher é atravessada por características singulares, isto é, apesar de partilharem as agruras relacionadas ao gênero, mulheres pretas e brancas, por exemplo, têm questões importantes que as diferenciam, a vida de uma mulher preta não é atravessada exclusivamente pelo machismo, mas também pelo racismo.

“ [...] de acordo com todas as ondas do movimento feminista, então, a primeira aí com as sufragistas, com o reconhecimento do nosso direito ao voto. A segunda onda feminista quando veio aí a questão dos nossos direitos reprodutivos, né? Que também foi uma conquista. Depois a terceira onda, que aí veio com essa segregação, dos movimentos voltados, do movimento feminista voltado à mulher lésbica, à mulher trans, à mulher negra, né? Então a gente vai vendo que todas as mulheres vão tendo o seu lugar de pertencimento, né, então o que em fez voltar os olhos ao movimento feminista foi essa representatividade e o meu desenvolvimento do senso crítico, de não mais me deixar alienar pelo que, pelo que a mídia impõe pra gente por muitas vezes. ”. (Bell).

Bell acredita que a graduação foi essencial no seu processo de descoberta do feminismo, mas, entende que a decisão de ingressar em um curso que oferta entendimentos tão politizados só foi possível porque seus pais proporcionavam a ela um ambiente em que existia espaço para o questionamento e para a crítica social, o que contrastava com as experiências da escola militar onde estudava.

Anteriormente, ao se referir aos caminhos apresentados pela terceira onda feminista, Bell falou sobre mulheres (não brancas e trans) terem um lugar de pertencimento e, utilizando outras palavras, porém, preservando uma certa similaridade entre os significados, o discurso avançou rumo às suas próprias raízes. Quando a entrevistada ressalta, conforme supracitado, que todo o seu percurso, que hoje considera marcado por conscientização, foi fomentado por um ambiente familiar acolhedor e gerador de criatividade, percebemos a importância atribuída à chance de pertencer, de enraizar. Chance que entende que a interseccionalidade pode propiciar a outras mulheres.

“Então hoje eu identifico que essa minha formação ela teve total influência para que eu tivesse essas concepções da época de escola. E aí quando a gente termina

essa formação, mas assim, dentro do meu lar, da minha família, eu sempre fui provocada a esses questionamentos, tá? Tanto o meu pai, quanto a minha mãe sempre me deram total apoio pra olhar de outra perspectiva além do que eu aprendia na minha escola, né, então foi isso que também me fez seguir pra Serviço Social, eu acho que se não fossem os meus pais, eu nunca teria ido pra essa área, né, se eu fosse olhar ali com os meus olhos da formação da escola, eu ficaria naquele quadradinho ali Bolsonaro, sabe? Infelizmente. Mas isso fez toda diferença na minha vida, os meus pais eles estarem sempre me instruindo. Mas então essa minha época aí antes da universidade, eu reconheço que eu tinha esse pensamento conservador e aí, no decorrer de eu buscar conhecimento, não foi imposição de ninguém, mas do meu interesse em estudar, em me apropriar de certas questões foi que eu fui identificando que era o correto pra mim, pra nós mulheres, né? E que a gente não era culpada pela violência doméstica, que se eu apanhava não é porque eu tinha feito algo pro meu marido, porque nada justifica, se eu tô num relacionamento e meu companheiro não concorda comigo, o que tem que ser feito? Separar. Pronto. Então, não é a repreensão no sentido de uma agressão que vai fazer com que eu mude, não, não é isso, né? Então, no decorrer da minha busca por conhecimento, por ter propriedade sobre determinados assuntos foi que eu cheguei à conclusão do que é melhor pra nós mulheres. ”. (Bell).

Os significados da militância

Aqui são ressaltadas as experiências práticas que a participante desempenha em seu cotidiano, com o objetivo de fortalecer a defesa das mulheres periféricas.

Bell não participa de nenhum coletivo ou associação de forma fixa, porém, presta serviços colaborativos quando pode contribuir, seja através de cursos que ministra ou por meio de pequenos trabalhos pontuais.

“Eu já tive muito interesse em participar de coletivos, eu já fui inclusive convidada a participar do coletivo Rebelião, é, mas eu não consegui mesmo devido ao meu tempo, o meu trabalho por mais que seja seis horas por dia, ele consome muito mais do que isso, né? Eu tive a oportunidade de trabalhar de forma indireta, então, não fazendo parte do coletivo, mas auxiliando, seja com cursos de capacitação,

seja com alguns trabalhos, não com um vínculo propriamente no coletivo, mas somando dessa forma, né? ”. (Bell).

Bell foi professora em um cursinho popular preparatório para vestibular, direcionado a jovens do extremo leste. Ela diz que tentava atuar no que considera raízes dos problemas como, por exemplo, a masculinidade tóxica, a fim de prevenir que aqueles jovens se tornassem agressores no futuro. Além de problematizar o cenário atual, as consequências de todos os problemas sociais, Bell considera fundamental ir às origens para, quem sabe, plantar possibilidades de um futuro mais profícuo e menos violento.

“Tive a oportunidade de trabalhar também com cursinho pré-vestibular popular, então eu trabalhava no CEU ali do Itaim Paulista, com os adolescentes, então a gente também tinha todo esse trabalho aí desse empoderamento da mulher, da questão dos movimentos, então isso eu sempre gostava de abordar com os alunos pensando a gente sempre atuar aí na raiz do problema, né? É muito importante a gente trabalhar hoje com as consequências disso tudo, mas trabalhar na raiz pra evitar que a gente tenha aí futuros agressores, né, impedindo essa questão aí da masculinidade tóxica, então, eu não sou filiada a nenhum coletivo, mas eu sempre busquei trabalhar aí somando nas formações. ”. (Bell).

A definição que Bell atribui à militância é muito viva e implicada, capaz de desafiar o fatalismo que aceita e se submete passivamente.

“Militância pra mim é a gente não se conformar com a nossa realidade, né, é a gente não olhar algo a que estamos sendo submetidos e falar “ok, esse é o meu fim”, né, mas é olhar aquilo e pensar como eu posso contribuir pra mudança naquilo. ”. (Bell).

Apesar de otimista, o ponto de vista de Bell não é meritocrático ou alienado. Ao contrário, ela afirma saber que ser militante não significa ter o poder de transformar o sistema e mudar os rumos do mundo. Porém, a entrevistada acredita que se a militância for capaz de ampliar os horizontes de uma pessoa, ela já estará cumprindo um papel significativo.

“A gente sabe que a gente não tem a competência de mudar o mundo, isso seria maravilhoso se realmente pudesse, mas se a gente conseguir mudar ao menos a perspectiva de uma pessoa, eu acredito que já valeu a pena. Então, a militância pra mim é isso, não se conformar com a nossa atual realidade, sempre estar disposto a arregaçar as mangas aí e tá disposto a lutar dia após dia. ”. (Bell).

Quando perguntamos a Bell o que a motiva na militância, ela responde a partir das atividades que permeiam seu cotidiano profissional, já que atua diretamente com mulheres vitimadas por violência doméstica. Ouvir, problematizar e permitir a circulação de afetos sem julgamentos aparecem na descrição que ela faz do trabalho como assistente social.

“O que me motiva no meu dia a dia é salvar vidas, sabe, Izabella, é de você falar assim tive mais uma oportunidade de alertar uma mulher do que tá ocorrendo, né, igual eu te disse, se a gente tivesse a oportunidade de salvar o mundo, isso pra mim seria maravilhoso, mas o fato de eu ter um espaço onde eu posso compartilhar com as mulheres, de ter um espaço de segurança onde essas mulheres podem falar sem ter medo de ser julgadas, sem ter medo de, enfim, serem culpabilizadas pela situação em que se encontram, é isso o que me motiva, ser uma pessoa em que essas mulheres podem se sentir seguras em romper com a violência, às vezes uma violência que ocorre há 30 anos [...]. Mas, o que me motiva a acordar todas as manhãs e ir ao meu trabalho é isso, é emprestar o meu ouvido a essas mulheres e discutir sobre isso sem julgamentos. ”. (Bell).

Quanto ao uso da internet como espaço virtual para propagação dos ideais militantes, Bell pondera que existem duas formas de uso bastante distintas. Há, por exemplo, o lado ruim, marcado pela velocidade com que notícias falsas são repassadas e amplamente espalhadas. No entanto, por outra via, este lugar digital também pode ser um canal de comunicação sério quando utilizado por pessoas que desejam partilhar conhecimentos embasados. Bell comenta que pretende criar um perfil, em parceria com colegas de trabalho, para produzir conteúdos com a finalidade de problematizar relacionamentos abusivos e alertar mulheres a olharem com mais crítica e cuidado para suas realidades, e acrescenta que o fato de terem dados concretos que apontam o que acontece na zona leste pode ser benéfico por permitir que façam uma análise cuidadosa sobre este cenário periférico.

Bell parece entender que esta espécie de local de fala, como moradora e trabalhadora do extremo leste, permitem a ela acessar e partilhar um tipo de saber genuíno que, muitas vezes, os livros escritos a partir de lugares mais abastados, e menos cortados por tantas injustiças, não proporcionam (ao menos não de maneira tão vivaz e pulsante).

“[...] eu acho que são ótimos canais de comunicação que poderiam, sim, ser propagados certas discussões. Mas, infelizmente, da mesma forma saudável que a gente vê isso, a gente também tem as fake news, né? Então, que acaba deturpando essa visão do feminismo. Então a gente vê diversas falsas informações com sentido de ... é vergonhoso falar, mas eu já recebi ‘o que a mulher feminista quer é andar com os seios pra fora e não se depilar’ [...] Então, se eu tô num Instagram da vida, por exemplo, qual é o canal que eu tô consumindo? Né, então, é uma determinada pessoa que não tem nenhuma fonte daquilo que tá falando. Fonte? Vozes da minha cabeça, sabe? Não tem nenhuma fonte, não tem nada com o que se embasar então é uma pessoa que não serve, entende? Então essa pessoa que eu tô consumindo, um exemplo, Cortela. O Cortela tem todo um histórico ali de estudo, né, tem todo o seu currículo, tem as fontes de onde ele trabalha, né, da onde ele tá falando, não tá falando de acordo com a concepção dele, mas, ele tem ali a sua formação, a sua bagagem. Então é algo que eu posso consumir. [...] até tava conversando com algumas funcionárias do meu serviço sobre a gente criar um Instagram voltado pra essa questão da violência doméstica, com algumas informações voltadas aqui a zona leste. A gente que tá aí trabalhando diretamente com essa área, seria muito interessante um canal como esse, mas aí nós teríamos toda uma bagagem, todo o histórico, que pode aí comprovar as informações que a gente estaria fornecendo. Então eu acho que o mais importante hoje seria a gente tomar cuidado com os canais que tá consumindo, mas eu identifico as redes como um ótimo canal de propagação de informação. ”.

(Bell).

A vida das mulheres na periferia

Na presente temática/unidade de sentido, a participante narra suas vivências como mulher periférica que trabalha com e para outras mulheres igualmente periféricas. Bell analisa o cenário e entende que o local de origem de uma pessoa pode afetar as oportunidades que ela encontra ao longo da vida.

Ao falar sobre a condição de mulher periférica, Bell pediu para compartilhar o texto de um coletivo feminista, que havia separado para mostrar durante a entrevista.

“[...] eu até tinha separado pra você uma fala do coletivo Nós Mulheres da Periferia, que eu acho que retrata muito isso, né? Eu posso ler pra você esse trecho? O Coletivo ele falou assim: ‘Somos maioria, somos minoria, pobres, pretas, brancas, periféricas, migrantes, nordestina, baiana, quilombola, indígena, somos aquelas que depois de oito horas de trabalho e quatro horas no transporte público dá um passo mais profundo, colega, que ainda passa roupa e nina o bebê, mas mesmo assim arruma tempo para o lazer, a novela, a música, a dança, o livro anestesia, faz sonhar, faz esquecer. Somos quem tira a toalha molhada de cima da cama e leva os copos para a cozinha. A janta tá pronta? Somos as mães que trabalham para as filhas estudarem. Somos as filhas que se formam na universidade para as mães voltarem para a escola. Somos operárias, empreendedoras, manicures, jornalistas, costureiras, motoristas, advogadas. Somos esposas, mães, irmãs, primas, tias, comadres, vizinhas. Somos quem não pode andar sem acompanhante na rua à noite. Somos apontadas na rua ao buscar camisinha no posto de saúde. Somos mães solo que quem registram os nomes de filhos de pais desconhecidos. Somos aquelas que amam os filhos da patroa. As que seguram as pontas quando são presos. As que choram quando nossos filhos são mortos por serem suspeitos. Somos mães de maio, junho, setembro. Somos quem vai ao posto atrás de remédio e pra agendar consulta pra daqui a cinco meses. Somos quem cria os abaixo assinados para pedir creche. Somos quem trabalha em mutirão, carregando bloco e fazendo marmitta. Somos quem denuncia a vizinha que apanha do marido. Somo amor, perdão, paciência, doçura, fortaleza. Somos esperança. Somos nós, mulheres da periferia.’ (Bell).

Nas falas de Bell aparece explicitamente a divisão que ela percebe entre periferia e centro, como se fosse mesmo um ‘nós e eles’, porém, sem conotação de rivalidade, mas, em uma perspectiva realista que denuncia que, sim, existem diferenças entre os locais de residência das pessoas. Diferenças essas que afetam diretamente as oportunidades de realização.

“[...] eu tive até uma oportunidade de uma discussão de caso no meu serviço é, conversar com algumas técnicas sobre diversos potenciais que nós víamos em uma usuária em específico do nosso serviço, né? E a gente parou pra pensar e assim,

meu, ela era uma pessoa que se tivesse nascido em outra região teria tantas oportunidades, entende? É pela forma com que enxerga o mundo, pela garra, pela força que tem, mas aí quando a gente olha pra essa mulher periférica, a realidade dela foi totalmente diferente, ela tinha que escolher entre estudar ou trabalhar pra ajudar nos cuidados de casa. Então, são mulheres que não tiveram as mesmas oportunidades que talvez outras que moram em bairros mais nobres teriam, né, e aí a gente vem com a meritocracia, ela tá dessa forma porque ela quer .. não é assim, não são escolhas que são somente nossas, né, mas infelizmente são padrões que nós, mulheres periféricas, somos submetidas dia após dia. ”. (Bell).

É interessante pensar que, para Bell, uma mudança no local de nascimento e residência da usuária de seu serviço seria responsável por propiciar um mundo novo a ela. O que equivale a inferir que o centro, neste recorte do entendimento da entrevistada, aparece como um local quase idealizado e potente.

As camadas de complexidade que demandam ação e pensamento feministas que considere interseccionalidade se apresentam na fala a seguir, em que Bell relata o caso de uma usuária do serviço que trabalha em condição análoga à escravidão. Além disso, comenta que, para mulheres inseridas em contextos semelhantes, um relacionamento abusivo, por pior que seja, pode ser a única opção.

“Então, quando a gente fala da mulher periférica, ela acaba precisando ser submetida a certas situações para ter o mínimo de sobrevivência, aí é onde a gente vem pra relacionamentos abusivos, pra trabalhos escravos, né, tem uma mulher lá que ela trabalha num serviço análogo à escravidão, ela trabalha 10 horas por dia, de segunda à sexta-feira, tem que pagar R\$20,00 pra uma vizinha cuidar do seus 2 filhos por dia, ela paga R\$20,00 e ela ganha por mês R\$500,00, é um trabalho análogo à escravidão, né, então a gente vai vendo que é a realidade a que muitas mulheres periféricas precisam se submeter, e como é uma realidade daquela região em que ela reside é a única perspectiva que ela tem de vida, todo mundo que eu moro na minha região é dessa forma, e a gente desconstruir algo que foi construído durante toda a vida dessa mulher nas redondezas do seu território, pra você desconstruir isso é muito difícil, você mostrar pra aquela melhor que você pode mais, que você tem a oportunidade de reconstruir sua história, de ressignificar quem você é. ”. (Bell).

A conscientização e alterações das percepções sobre o machismo no cotidiano

Neste tópico, a participante demonstra a apuração de seu senso crítico, propiciada pelo feminismo, que ampliou sua leitura da realidade e a tornou menos vulnerável à submissão.

Bell acredita que sua criticidade se tornou mais apurada após o engajamento no feminismo, e isso aparece até mesmo na leitura que faz atualmente a respeito dos produtos midiáticos que consome. *“[...] a gente acaba tendo mais propriedade nessa questão do machismo, então, às vezes uma novela, um exemplo, que retrata aí alguns comportamentos machistas, e que pra quem não tem propriedade nisso é como se cegasse, eu não tenho a crítica daquilo, pra mulheres engajadas no movimento feminista, a crítica é muito maior. É como se fosse automático, sabe? Eu lembro que, no início, era algo que eu ficava provocando em mim mesmo, forçando, não peraí será que isso é mesmo? Eu ia no Google, pesquisava, buscava artigos, pra ver se não era algo da minha cabeça, mas era algo que eu forçava ainda pra desenvolver. Hoje é como se fosse algo automático, sejam novelas, sejam filmes, sejam relacionamentos, como eu te disse, né, é algo que no automático a gente já vai tendo essa crítica, né, e é algo que com as usuárias do meu serviço eu busco da mesma forma [...]”.* (Bell).

O pertencimento, interpretado anteriormente como a possibilidade de obter apoio e enraizar em um local seguro, reaparece no discurso de Bell. Ela relata que o feminismo e a compreensão acerca de seu lugar de pertença, como mulher preta e da periferia, ocasionou uma mudança profunda em seus relacionamentos, facilitando inclusive o rompimento de um relacionamento que ela define como abusivo.

“[...] quando a gente compreende o nosso lugar de pertencimento, algumas amizades, alguns relacionamentos não são mais benéficos pra nós. Se são relacionamentos que mesmo com uma discordância de opiniões são relacionamentos em que a pessoa te respeita, compreende o seu ponto de vista e ok, vida segue ... ok, legal, a gente sabe que estamos sujeitos a isso, estamos em uma sociedade, cada um tem a sua opinião e isso precisa ser respeitado, só que havia pessoas no meu ciclo de relacionamentos que eram tóxicas, que aí a gente para pra pensar opa essa pessoa me faz bem? Eu sou saudável me relacionando com ela? Não, não sou, é um relacionamento tóxico, então foi onde eu corte certas amizades, né? Até mesmo um

relacionamento em que eu tive, um relacionamento abusivo, é, graças a Deus consegui ter essa interpretação de que era algo que não era saudável e consegui romper, mas que foi também, teve total participação da minha compreensão de lugar de pertencimento de mulher preta, periférica, feminista, né? Com essa compreensão do meu lugar de pertencimento eu pude entender que não, que isso não é melhor pra mim, né, isso não é sadio, o meu lugar de pertencimento fez toda a diferença pra que eu pudesse romper com isso. ”. (Bell).

A conscientização feminista que separa a menina que escreveu a redação criticando o feminismo da jovem mulher que hoje trabalha por outras mulheres e se considera uma militante, foi a chama de transformação na história de Bell. A entrevistada também faz questão de reiterar que seus pais desempenharam um papel de destaque neste processo, afinal, sem o incentivo familiar, a menina que recebia uma formação conservadora no colégio militar, jamais teria optado por um curso de Humanas que abrange estudos tão direcionados às iniquidades sociais.

“A gente tá em constante evolução, né, Izabella? [...] Mas, é, me comparando, comparando aquela minha redação como eu te disse da minha escola com hoje, eu acredito que eu mudei muito porque antigamente eu tinha a concepção que se a mulher apanha é porque ela gosta, eu me sinto envergonhada de te dizer uma coisa dessa, né, mas foi, era a interpretação que eu tinha, eu vim de uma formação de uma escola militar, né, onde é sim, sim, não, não. Tinha que cantar o hino nacional, eu tinha que aprender o jeito certo de marchar, pra você ter noção da escola em que eu era, né? [...] mas assim, dentro do meu lar, da minha família, eu sempre fui provocada a esses questionamentos, tá? Tanto o meu pai, quanto a minha mãe sempre me deram total apoio pra olhar de outra perspectiva além do que eu aprendia na minha escola, né, então foi isso que também me fez seguir pra Serviço Social, eu acho que se não fossem os meus pais, eu nunca teria ido pra essa área, né, se eu fosse olhar ali com os meus olhos da formação da escola, eu ficaria naquele quadradinho ali Bolsonaro, sabe? Infelizmente. ”. (Bell).

Quando Bell nos diz que, através dos estudos feministas, conseguiu abandonar antigas crenças que culpabilizavam mulheres vítimas de violência, ela demonstra na prática o que Freire (1979) entende sobre o significado de conscientização, isto é, o ato de se conscientizar pressupõe superar o mero conhecimento teórico e crítico sobre

os problemas, passando a não apenas saber, mas também a agir de acordo com esse viés transformador. Em outras palavras, conscientização pode ser encarada como a junção de teoria e prática libertadoras.

“Mas isso fez toda diferença na minha vida, os meus pais eles estarem sempre me instruindo. Mas então essa minha época aí antes da universidade, eu reconheço que eu tinha esse pensamento conservador e aí, no decorrer de eu buscar conhecimento, não foi imposição de ninguém, mas do meu interesse em estudar, em me apropriar de certas questões foi que eu fui identificando que era o correto pra mim, pra nós mulheres, né? E que a gente não era culpada pela violência doméstica, que se eu apanhava não é porque eu tinha feito algo pro meu marido, porque nada justifica, se eu tô num relacionamento e meu companheiro não concorda comigo, o que tem que ser feito? Separar. Pronto. Então, não é a repreensão no sentido de uma agressão que vai fazer com que eu mude, não, não é isso, né? Então, no decorrer da minha busca por conhecimento, por ter propriedade sobre determinados assuntos foi que eu cheguei a conclusão do que é melhor pra nós mulheres. ”. (Bell).

Bell finaliza sua fala com a conclusão de que, ao se aprofundar nos estudos, descobriu o que é mais adequado, o que é melhor, para as mulheres. Apesar de se tratar de um comentário generalista e frequente, afinal, qual mulher ao descobrir o feminismo nunca supôs que aquelas ideias seriam sinônimos de liberdade que deveriam ser aceitas por todas? É necessário analisar: quem sabe o que é, de fato, melhor para cada mulher?

7. 2 Síntese dos Resultados:

Retomando as interpretações construídas a partir de cada entrevista, encontramos temáticas de análises semelhantes, e outras distintas, entre os relatos das cinco participantes. Com base nos objetivos do trabalho, que intencionavam compreender se a identificação com pautas feministas contribui para a desconstrução de pensamentos e atitudes fatalistas de submissão, aceitação e reprodução da violência contra mulheres e se incentiva ações coletivas, percebemos eixos em comum entre as entrevistas que nos auxiliaram a responder os problemas que embasaram o desenvolvimento desta pesquisa.

PARTICIPANTE	SÍNTESE
Simone	Simone relatou que as desigualdades entre homens e mulheres a motivam a ser feminista, mas se incomoda com um certo radicalismo que diz identificar no feminismo. Defende direito ao aborto e igualdade salarial como formas de igualdade, também acredita na reeducação das ideias machistas como forma de conscientização.
Valeska	Valeska relata uma ampliação na sua percepção após entrar em contato com o feminismo, mas conta que adota ações individuais, e não participa de nenhum grupo ou coletivo militantes. Durante a graduação que cursou, teve a oportunidade de se aproximar de conceitos de psicologia feminista ao pesquisar arteterapia para mulheres vitimadas por violência. Ela também faz comentários sobre as diferenças que identifica entre a periferia e o centro.
Lélia	Lélia é uma trabalhadora da educação que costuma militar há bastante tempo pelos direitos de sua classe profissional, tem visão bastante crítica e se reconhece como uma militante. A luta de classes faz parte de sua visão crítica de mundo.
Silvia	Silvia conta sobre suas experiências militando em um coletivo feminista, que tem pautas anticapitalistas e antiproibicionistas. Atribui grande importância às ações coletivas, é bastante crítica sobre as diferenças de oportunidades entre centro e periferia. Comenta sobre a profunda transformação em sua vida após a militância.
Bell	Bell conta sobre sua jornada de descoberta do feminismo interseccional e superação de uma antiga postura conservadora. Também partilha sua experiência como trabalhadora da assistência social. Diz acreditar que o local de origem pode afetar significativamente as oportunidades que uma pessoa encontra ao longo da vida.

Os eixos apresentados abaixo estão acompanhados dos títulos das unidades de sentido conformadas a partir de cada entrevista, isto é, ao considerar o eixo “ser feminista”, por exemplo, ao lado dele são apresentadas as unidades de sentido de cada participante localizadas dentro (deste eixo). Foram considerados os seguintes eixos para conformar suas respectivas unidades de sentido:

- Ser feminista: "Os caminhos até se perceber feminista"; "A descoberta do feminismo"; "Perceber-se feminista"; "Em defesa de um feminismo antiproibicionista e anticapitalista"; "Tornando-se feminista";

- Militância/Ativismo: "Opiniões sobre feminismo e radicalismo"; "Militância"; "Opiniões sobre militância"; "Refletindo sobre o que é militância"; "Os significados da militância";

- Periferia: "Sobre a vida na periferia"; "A vida das pessoas na periferia"; "Ser mulher na periferia"; "A vida das mulheres na periferia"

- Autopercepção antes e depois de passar a se identificar como feminista: "Transformações produzidas pela militância na vida privada"; "Como a militância feminista transformou a vida privada"; "A conscientização e alterações das percepções sobre o machismo no cotidiano"

Ser feminista

As cinco mulheres se apresentam como feministas, ainda que apontem significados diferentes sobre o que é feminismo. Mas será que existe uma única definição de feminismo? Para o dicionário Oxford, o feminismo é a "doutrina que preconiza o aprimoramento e a ampliação do papel e dos direitos das mulheres na sociedade", mas, e para além das definições do campo da linguística que atribuem significados às palavras, qual é o sentido que estas mesmas palavras fazem nas vidas das pessoas?

Sabemos que a discussão, apesar de necessária, também nos faz correr o risco de acabar escancarando as possibilidades dos significados de modo a aceitar usos que invertem a lógica das coisas e as colocam novamente a serviço daquilo que tentam combater (como é o caso de alguns pontos defendidos como sinônimos de liberdade e empoderamento pelo feminismo liberal). Porém, não podemos nos fechar em uma única definição sobre o que é feminismo, afinal, conversamos com cinco mulheres diferentes que, apesar de terem em comum o local de origem e o gênero, têm histórias de vida diferentes, visões de mundo distintas e experimentam o "ser mulher" de formas também diversas.

Ao procurar no Google os termos “ser feminista”, as buscas sugerem: “ser feminista é bom ou ruim”; “ser feminista é errado”; “ser feminista é crime”; “ser feminista e feminina”; “ser feminista e cristã”... Este pequeno recorte de um buscador de internet já demonstra o quanto um conjunto de ideias que se propõe a desafiar o que vem sendo há séculos instituído como verdade (por mais que essa verdade do patriarcado cause opressão e dores), é percebido com grande desconfiança.

Gonzalez (2018, p.140) descreve o feminismo como “teoria e prática” capaz de desvelar as opressões, incentivar as lutas e permitir “uma nova maneira de ser mulher”, certamente mais livre, menos submissa e resignada. Apesar de concordarmos com essas definições, ao longo da pesquisa pudemos compreender que somente aquelas mulheres mais politizadas, habituadas a lutas coletivas e a práticas militantes, incorporam esses significados em seus cotidianos, como mostraremos nos trechos a seguir.

Na entrevista, Simone relata ter se tornado feminista por perceber desigualdades entre mulheres e homens e desejar que existam oportunidades para ambos. Utiliza o termo “equilibrar a balança” e diz acreditar que deveria haver mais investimentos em questões sociais, mas sem a necessidade de converter o Brasil em “um país comunista”, ela menciona “iniciativas sociais que ajudassem as mulheres, por exemplo, a legalização do aborto” e acrescenta que essa solução serviria como auxílio no planejamento familiar e, conseqüentemente, beneficiaria as mulheres que teriam direito de escolher se desejam ou não ser mães.

Valeska, apesar de dizer que adota para si um estilo individual de ser feminista, pois, assim como Simone, não participa de grupos e restringe suas ações à vida privada, parece pensar de uma forma menos orientada por um viés liberal. Ela comenta que o feminismo a fez aumentar seu campo perceptivo acerca do que acontece na sociedade e *“a partir dessas percepções, é algo que eu tenho que mudar até onde eu posso, se antes eu era cega quanto a isso agora eu sei, quando eu percebo – porque nem sempre a gente percebe – mas quando eu percebo, já é algo que eu tento melhorar e falar com a pessoa sobre o que está acontecendo ou pensar na minha atitude mesmo.”*

Para Valeska, o feminismo permitiu que ela passasse a se sentir atuante na sociedade, que não precisasse mais se omitir nas situações, e que pudesse se reconhecer, de fato, como alguém com direitos. Além disso, diz que pôde identificar algumas opressões e se sentir detentora de um lugar de fala (como menciona na entrevista). O ponto de similaridade com Simone é que ambas participantes têm falas que caminham para uma direção que mostra o feminismo como uma espécie de meio para conseguir pequenos ganhos pontuais. Simone menciona o direito ao aborto e as melhores oportunidades de trabalho, e Valeska cita a possibilidade de sentir que tem voz e de conseguir identificar alguns atravessamentos do machismo.

Simone, devido ao seu enfoque nas ações individuais realizadas majoritariamente na vida privada, bem como por conta de suas crenças voltadas mais para a esfera do trabalho, acaba se aproximando mais dos ideais propagados pelo feminismo liberal. Já Valeska, apesar de ter um viés semelhante, construiu uma percepção um pouco mais crítica, o que a situaria talvez no meio do caminho entre o movimento feminista liberal e o marxista. Valeska apresenta o que Freire (1979) definiu como um tipo de consciência transitiva ingênua, que não é tão fatalista, mas que também não é tão combativa.

Críticas às estruturas sociais, ao sistema patriarcal ou ao sistema capitalista, não parecem fazer parte das problematizações de pessoas que encaram o feminismo como um conjunto de atitudes isoladas (e aproximadas do ativismo).

Para Lélia, que identificamos como uma feminista marxista, o feminismo aparece como um conjunto de práticas aprendidas em família, já que conta ter vindo de um núcleo familiar composto por mulheres fortes, que sempre trabalharam e pagaram as próprias despesas. A entrevistada acredita que, para ser feminista, *“ela só precisa ser aquela mulher que acha que ela tá em pé de igualdade com eles e dentro do sistema capitalista a gente acaba estando à medida em que a gente precisa ter uma relação com o dinheiro, né, então nessa questão de trabalhar, pagar o aluguel, ser independente, então assim é uma coisa assim muito natural pra mim [...]”*.

Por já ter participado de articulações mais militantes, no discurso de Lélia, surgem algumas referências politizadas que, inclusive, aludem aos problemas do capitalismo. No entanto, acaba associando o feminismo em sua história de vida ao

fato de as mulheres de sua família serem financeiramente independentes por trabalharem fora, mas, como pontua Saffioti (2013), não é a inserção no mercado de trabalho capitalista que conferirá igualdade às mulheres, que continuam acumulando mais tarefas que os homens e, muitas vezes, recebendo menores salários. A própria entrevistada comenta que sua profissão, ocupada majoritariamente por mulheres, sofre com desvalorização salarial e justifica o fato concluindo que, se fosse uma atividade exercida quase que exclusivamente por homens, a remuneração seria mais elevada.

Silvia, a mais militante dentre todas as participantes, conta ter conhecido o feminismo na universidade, mas, esse conhecimento não ficou restrito às leituras. Buscando compreender as diversas opressões que incidem sobre as mulheres e sobre os diferentes lugares sociais que ocupam, ela decidiu militar em um coletivo, que tem como uma de suas premissas a luta contra o capitalismo. Por defender pautas que criticam o sistema capitalista, Silvia se aproxima do feminismo marxista, mas também parece construir sua luta sob um viés do transfeminismo, pois dentre as causas que considera, está a defesa dos direitos das pessoas trans e não binárias.

A entrevistada comenta que *"acho que a minha própria realidade, a minha condição enquanto mulher, inicialmente foi isso, né, analisando a minha história, a história da minha família, das mulheres da minha família e, conforme eu fui estudando e observando também a realidade, vi as inúmeras opressões que as mulheres sofrem e quanto mais camadas, né, que a gente vê, mais características, mulheres negras, mulheres trans, mulheres trabalhadoras do sexo, enfim, são várias categorias de mulheres que sofrem de formas diferentes, e isso de alguma forma me aflige."*

Bell, a quinta participante, se descobriu feminista através do acesso a referenciais teóricos sobre o assunto, e esse movimento a permitiu romper com antigas ideias conservadoras. Conhecedora das teorias feministas e trabalhadora do campo social, a entrevistada encontra no feminismo interseccional uma oportunidade para que todas as mulheres descubram um local de pertencimento. Ela fala sobre superação da alienação induzida pela mídia e da ampliação de suas percepções sobre as raízes da masculinidade tóxica.

Apesar de não ser militante em nenhum coletivo, ela conta já ter desenvolvido trabalhos voluntários para algumas dessas organizações, inclusive ministrando aulas em cursinho pré-vestibular para pessoas periféricas, espaço em que faz questão de trabalhar junto aos jovens temáticas relacionadas às raízes da violência de gênero. Bell atribui sua preocupação em debater conscientização com os adolescentes, ao fato de ser uma mulher feminista.

O feminismo modificou não apenas a visão de mundo de Bell, além de tê-la auxiliado a se reconhecer como uma mulher preta e periférica, também alterou as atitudes cotidianas que, agora, são voltadas para fomentar a conscientização, tanto em seu trabalho formal com mulheres vítimas de violência, como em seu voluntariado articulado aos coletivos periféricos, com jovens pré-vestibulandos. Para Martín-Baró (1997), a conscientização produz não apenas mais percepção sobre a realidade circundante, mas demanda justamente uma postura ativa, orientada para a transformação desta mesma realidade.

Tornar-se feminista é um processo diferente para cada mulher, perpassado por outros aspectos importantes, como o engajamento militante, a participação política e as próprias vivências de cada uma, como já citamos anteriormente, mas, o principal ponto de consonância entre todos os discursos é que essas mulheres, sejam elas mais revolucionárias ou menos, foram transformadas por estes ideais. E, neste ponto do trabalho, não nos cabe julgar se estas transformações são suficientemente dotadas de disposição para depor o patriarcado. Aqui, neste ponto específico, nos cabe colocar que, de acordo com os relatos cuidadosamente analisados e revisitados diversas vezes, conseguimos afirmar que, sim, o engajamento no feminismo está proporcionando às participantes um viés menos fatalista sobre qual é o lugar das mulheres, sobre quais espaços elas podem acessar e, sobretudo, o feminismo mostrou a todas elas que não precisam permanecer caladas e submissas.

Militância ou Ativismo

Este tópico é necessário porque, ao longo das entrevistas, percebemos que algumas das mulheres que se definiram como militantes feministas, na verdade, não exerciam militância, ou seja, algumas delas, adotam práticas feministas em seus cotidianos, mas isso não as torna militantes, afinal, não estão vinculadas a nenhum

tipo de associação, coletivo, ou grupo de luta. Este entendimento encontra sustentação em Veiga-Neto (2012), que define que iniciativas individuais que realizam práticas somente na vida pessoal (ainda que essas práticas sejam inspiradas por causas ou ideologias), não podem ser consideradas como militância, mas como ativismo. Porque a militância pressupõe ações desenvolvidas em grupo, e atreladas a partidos, coletivos, etc.

Temos o seguinte cenário: Simone e Valeska não participam de nenhuma luta coletiva, mas exercem atitudes individuais. Bell, apesar de não ser oficialmente membro, contribui pontualmente com coletivos feministas periféricos e se mantém em contato com alguns deles. Lélia é militante do campo da educação, e participa esporadicamente de encontros e passeatas feministas. E Silvia que milita ativamente em um coletivo feminista periférico. Desta forma entendemos que Simone e Valeska são ativistas, Bell ocupa uma posição entre o ativismo e a militância, e Lélia e Silvia são, de fato, militantes.

Simone justifica seu desinteresse pela militância com dois fatores: um certo radicalismo que diz identificar no movimento feminista, principalmente em militantes que, segundo ela, adotam um tom julgador sobre as escolhas de outras mulheres; e sua personalidade que é mais reservada, o que impede o entrosamento natural com grupos. Porém, afirmou que se alguns grupos de conscientização sobre feminismo acontecessem de forma virtual, se interessaria em fazer parte, porque acredita que este tipo de troca poderia ser benéfica para as mulheres. Conforme Hooks (2018), os grupos de conscientização propiciam mesmo trocas entre mulheres que ampliam seus horizontes.

As palavras de Simone: *“Sim, acho que sim, facilitaria também porque igual eu falei, minha personalidade é meio antissocial, então seria bom conversar com outras pessoas que têm o mesmo ponto de vista e procurar ações que ajudassem a população feminina.”*

A participante destaca que, em seu dia a dia, costuma tentar desconstruir rivalidade com outras mulheres, tenta adotar posturas em prol da igualdade em seu trabalho e, nas eleições do Conselho profissional de sua categoria, procura votar em chapas que defendem políticas de igualdade de direitos trabalhistas para mulheres e

homens. Como acima mencionado, localizamos a entrevistada no pólo do ativismo, já que ela simpatiza com os ideais feministas, mas os adota como um estilo de vida.

Valeska, também no campo do ativismo, comenta que não está atrelada a grupos militantes porque não costuma ter este tipo de prática coletiva, mas se considera uma militante em sua vida particular, pois segue as ideias feministas nos meios que frequenta. Ela inclusive arrisca uma definição sobre militância: "*Pra mim, a militância é importante porque ela gera conscientização, quando se milita sobre algo, você é capaz de abrir os olhos de outra pessoa que não conhece sobre aquele assunto.*". Os significados que Valeska atribui à militância acabam se aproximando dos sentidos da conscientização, mas, também assumem uma postura pedagógica, como se alguém pudesse conscientizar o outro e desvelar um mundo conscientizado.

Valeska também comenta que em seu bairro não existem coletivos ou associações, e que percebe uma despolitização intensa, acompanhada por grande adesão ao bolsonarismo. Comenta ainda que as pessoas que conhece dizem estar decepcionadas e desacreditadas da política, tendo sido capturadas pelos discursos de Bolsonaro por se sentirem desapontadas com o Partido dos Trabalhadores. Euzébios Filho (2019) comenta essa crise de representatividade na política brasileira, maximizada com o impeachment de Dilma, e percebemos este reflexo no relato de Valeska, que apresenta um recorte de seu bairro formado por ausência de militância e desilusão com a Esquerda.

Bell, que definimos como alguém que está na fronteira entre ativismo e militância, comenta que não é militante em nenhum movimento, mas, esporadicamente, colabora com um coletivo prestando alguns serviços de forma voluntária: "*Eu já tive muito interesse em participar de coletivos, eu já fui inclusive convidada a participar do coletivo Rebelião, é, mas eu não consegui mesmo devido ao meu tempo, o meu trabalho por mais que seja seis horas por dia, ele consome muito mais do que isso, né? Eu tive a oportunidade de trabalhar de forma indireta, então, não fazendo parte do coletivo, mas auxiliando, seja com cursos de capacitação, seja com alguns trabalhos, não com um vínculo propriamente no coletivo, mas somando dessa forma, né? "*

Por ser uma trabalhadora do campo da assistência social, Bell está em contato diário com mulheres vítimas de violência e se considera uma militante no seu trabalho. Ela comenta que se sente motivada por poder "salvar vidas" em seu trabalho, através da desconstrução de ideias sobre relacionamentos abusivos: "*O que me motiva no meu dia a dia é salvar vidas, sabe, Izabella, é de você falar assim tive mais uma oportunidade de alertar uma mulher do que tá ocorrendo, né, igual eu te disse, se a gente tivesse a oportunidade de salvar o mundo, isso pra mim seria maravilhoso, mas o fato de eu ter um espaço onde eu posso compartilhar com as mulheres, de ter um espaço de segurança onde essas mulheres podem falar sem ter medo de ser julgadas, sem ter medo de, enfim, serem culpabilizadas pela situação em que se encontram, é isso o que me motiva, ser uma pessoa em que essas mulheres podem se sentir seguras em romper com a violência [...]*".

Lélia, ao contrário de Simone e Valeska, é uma militante, nas palavras dela: "*Então, eu sou professora, né, então eu sou militante do sindicato dos professores, da APEOESP, e dentro da APEOESP existem as secretarias, então assim, é, não milito diretamente na questão da mulher, mas faço parte, tenho diversos grupos de mulheres feministas, né, no meu WhatsApp, por exemplo, é, já participei de inúmeras atividades, encontros [...]*". Acostumada a participar de passeatas e de organizar ações para socorrer companheiras (os) de luta quando estas/estes passam por problemas, ela diz encontrar alegria na coletividade e fala sobre a impossibilidade de seguir tranquila quando sabe que há alguém sofrendo.

As palavras de Lélia remetem ao conceito de felicidade ético-política que Sawaia (1999) aponta como aquele tipo de sentimento que desperta alegrias quando todos, quando o grupo, alcançam alguma conquista. O individualismo, a desconexão com o todo se dissolvem, e a coletividade, a união e a busca por uma fruição comum, prevalecem. Este tipo de sentimento aparece nas falas de Lélia, que conhece muito bem a importância de lutar em conjunto, e destaca esta concepção em diversos momentos da entrevista.

Silvia, acostumada a militar pelas mulheres encarceradas, inclusive realizando ações com seu coletivo nos dias de saídas das prisões (com a finalidade de acolher as mulheres nas chamadas 'saidinhas'), é uma militante bastante ativa e define a militância como uma forma de combater opressões: "*É agir, refletir sobre a realidade*

de forma que a gente consiga uma mínima igualdade entre as pessoas, ou equidade, né, que é um termo bastante comum porque já que nós somos humanamente diferentes, e as opressões elas são bastante distintas, né, existem camadas, a gente tenta lutar pra que a gente possa ter direitos e viver uma vida digna, sem tantas opressões, basicamente é combate às opressões, das diversas formas.”

Para Silvia, a militância é um trabalho coletivo. Coletivo e desafiador. Coletivo porque só é possível em grupo. Desafiador porque vai contra a lógica individual e competitiva apregoada pelo capitalismo. Sobre o trabalho de militância, Silvia comenta: “[...] *ele é melhor, vai na contramão da sociedade capitalista que prega o individualismo e, coletivamente, a gente pode ir muito mais além.”*

Neste eixo, percebemos as diferenças entre militância e ativismo não estão tão evidentes para as pessoas que, muitas vezes, acabam se considerando militantes pela simples identificação com as ideias apregoadas por um determinado movimento. Simone e Valeska, para nós, são evidentemente ativistas, mas se definem como militantes. Lélia e Silvia sabem que a militância só é possível na coletividade. E Bell acaba por entender que é possível exercer um tipo de militância em seu trabalho, mas, nesse caso, acreditamos que as atividades desempenhadas estão mais no campo do exercício profissional do que da ação militante propriamente dita. No entanto, por se envolver esporadicamente em ações de coletivos feministas, Bell talvez não seja apenas ativista como as duas outras participantes que não desempenham nenhuma atividade de grupo.

Neste ponto de análise, pudemos responder a uma das perguntas presentes nos objetivos: as mulheres identificadas com o feminismo se sentem movidas a lutar coletivamente? A resposta é simples e, a essa altura, evidente. Aquelas mais aproximadas da militância e, portanto, do exercício coletivo, compreendem a importância da ação em conjunto, mas, aquelas que atuam como ativistas, não são direcionadas para a organização em grupo.

Sobre a vida na periferia

Uma vez que elegemos o extremo leste como cenário da pesquisa, tivemos a intencionalidade de considerar a periferia e os diversos atravessamentos que acontecem nas vidas das pessoas periféricas. O tema foi, então, incluído no

questionário norteador da entrevista semiestruturada a fim de que pudesse ser discutido com todas as participantes. Nenhuma das cinco mulheres destacou potencialidades do extremo leste, mas, ao contrário, todas elencaram inúmeros problemas que caracterizam a região.

Não pretendemos eleger um sujeito periférico como se existisse um tipo bem definido que caracterizasse todas as pessoas que moram no extremo leste. O extremo leste é grande não apenas em contingente populacional, mas também em extensão territorial. E entendemos que este local amplo e numeroso não abriga pessoas exatamente iguais. Além disso, compreendemos que a classe social pode conferir às pessoas, mesmo àquelas periféricas, algumas oportunidades que independem do território. É verdade que existem experiências de preconceito com o local de moradia que podem, em algum momento, perpassar a vida de qualquer morador de periferia, mas é igualmente necessário entender que a experiência não será igual para todos. As colaboradoras da pesquisa, por exemplo, apesar de serem mulheres periféricas, todas são graduadas (algumas pós-graduadas) e estão formalmente empregadas, o que certamente as proporciona uma experiência diferente daquela experimentada por uma mulher igualmente periférica, mas em situação de grande vulnerabilidade socioeconômica.

No entanto, também admitimos que a pobreza, a violência e a precariedade de acesso a serviços apesar de não afetarem igualmente todos os residentes das zonas periféricas, são características presentes nas periferias, por isso, utilizaremos D'Andrea (p.29, 2020) que entende que para uma "*definição quantitativa* de periferia é necessária a existência de dois elementos: um social, denominado *pobreza*, e um geográfico, denominado *distância*".

Apresentaremos em seguida as construções das entrevistadas sobre o assunto.

Valeska narra suas considerações sobre a periferia de um ponto de vista atrelado à estética, avaliando o quanto as pessoas do centro tem mais liberdade para expressar seus gostos através da aparência física: "[...] *eu acho que a gente demora mais a ter acesso a algumas ideias e a se acostumar mesmo com o que está acontecendo no centro da cidade, por exemplo, eu lembro que uma das primeiras*

vezes que eu fui, eu fiquei impressionada com o estilo de roupa, por exemplo, que era muito diferente do meu bairro, aqui é tudo muito, assim, muito comum. [...] Lá você vê pessoas muito diferentes, de início é chocante e aí eu acho que esse costume com as diferenças é muito mais possível no centro do que em uma zona periférica, em que ainda se tem muito preconceito com o que se veste, principalmente quando eu era mais nova, tinha cabelo colorido.”

Lélia analisa as dificuldades de mulheres pobres periféricas que, além da sobrecarga dos cuidados com a casa, também têm as responsabilidades do trabalho que, em geral, costuma ficar localizado no centro da cidade, o que torna essas rotinas ainda mais desgastantes em decorrência do tempo de deslocamento nos transportes públicos.

Silvia percebe uma diferença no tratamento ofertado - até mesmo em hospitais - quando compara a periferia ao centro. Também destaca que, quando se vive na periferia, há prejuízos no acesso à educação, lazer e cultura. Mas, a participante apresenta um necessário recorte sobre raça ao dizer que reconhece que, apesar de ser periférica, é uma mulher branca e, portanto, destaca o privilégio da cor que a coloca em uma posição de menor vulnerabilidade.

Outro ponto relevante no discurso de Silvia é a humilhação social, a qual diversas vezes nos referimos ao longo das exposições teóricas da pesquisa. Porém, diferente do que se espera, a humilhação retratada por Silvia não parte de alguém que ocupa uma posição social de maior destaque, pelo contrário, no exemplo mencionado, é a própria classe trabalhadora e periférica que destrata e inferioriza outros que pertencem ao mesmo grupo (trabalhadores e periféricos): “[...] *quando você vai pro centro, você já vê que tem um tratamento diferenciado, as pessoas elas são mais educadas, elas são mais cuidadosas. Na periferia, não é normalmente assim, as pessoas são tratadas como inferiores, então você pode oferecer um serviço de qualquer forma, sem muitos ... sem muita consideração, as pessoas não são tratadas como seres humanos com uma dignidade, eu observo isso.*” O oprimido, ao se comportar como o opressor, parece ocupar - ainda que ilusoriamente - um posto de poder e dominação.

Bell destaca a extrema disparidade de oportunidades que o endereço pode gerar. Para ela, o centro é efervescente, pulsante e abre um leque de possibilidades para aqueles que dele desfrutam. Enquanto a periferia é lida como um local árido, abandonado e infrutífero para as pessoas que, por não terem chances, acabam tendo seu potencial desperdiçado, como evidencia ao narrar a história de uma usuária do serviço em que trabalha. Bell define esta mulher como alguém que, se tivesse nascido no centro, teria uma série de perspectivas distintas para pensar em um futuro melhor.

A discussão sobre periferia e exposição à pobreza e diversas outras formas de opressão não se encerram neste tópico, mas evidenciam a importância de que, em futuros trabalhos, sejam mais debatidas e pesquisadas.

Pensamentos e comportamentos diante do machismo

Para tentarmos mensurar de alguma forma as eventuais mudanças proporcionadas pela conscientização, buscamos investigar nas entrevistas as alterações que as participantes percebem em si mesmas, nos relacionamentos da vida cotidiana e nas suas posturas frente ao machismo após se reconhecerem feministas.

Valeska comenta que, antes de se tornar feminista, costumava se omitir e não reivindicava para si um espaço de fala, e o fatalismo se fazia bastante presente: *“Antes eu não via, antes de ter essa consciência eu não sentia, não era uma coisa que fazia diferença pra mim, era algo que sempre foi assim, ok.”*

As colocações de Valeska demonstram as transformações em sua vida cotidiana e nos remetem a Freire (2006, p. 56), que diz que não basta saber que “Eva viu a uva, é preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho”. A maneira sincera e direta com que Valeska conta: *“[...] eu passei a me posicionar muito mais e a não aceitar certas condutas, então, assim, eu não acho certo que me tratem menos do que qualquer pessoa [...]”* aponta justamente para a importância de uma transformação que faça sentido na realidade habitada por aquela pessoa, e no contexto vivenciado por Valeska, talvez a simples possibilidade de se reconhecer como alguém que não deve ser tratado como ‘menos’, já represente bastante coisa.

Para Lélia, a militância traz mais consciência sobre as violências que oprimem as populações minorizadas, o que proporciona maior facilidade para identificar opressões: *“Eu acho que, assim, a partir do momento que a gente se enxerga feminista, a gente consegue identificar mais facilmente as situações de opressão contra as mulheres, seja contra mim ou seja contra outras mulheres que estejam ao meu redor, então, essa consciência, ela vai gerar essa identificação mais rápida, né? É, porque as situações elas continuam a existir, né? A gente vive em uma sociedade onde o machismo ele é estrutural também, né? Então quando você passa a ter consciência da luta das mulheres, você passa a ter uma identificação mais rápida.”*

Lélia acredita que a militância produz transformações porque promove consciência de classe e, assim como defende Saffioti (2013), a entrevistada entende que a classe é um marcador muito essencial para compreendermos de onde partem as opressões e de que tipo elas são.

Silvia talvez tenha sido uma das participantes que mais destacou a superação de um tipo de fatalismo após se tornar militante. Antes do feminismo, ela acreditava que seu destino já estava traçado e que, assim como a mãe, deveria se casar, cuidar da casa, do marido e se manter ali, mesmo que o relacionamento não fosse saudável, afinal, a dedicação à família era tudo o que cabia às mulheres: *“ [...] antes de entrar, de adentrar no feminismo, de conhecer essa luta, de entender melhor, isso é muito bizarro, mas eu acreditava que, assim como minha mãe, eu deveria permanecer em casa, esperar meu marido chegar do trabalho com a comida pronta, várias coisas mínimas que, conforme eu fui entendendo melhor do que se tratava, eu fui mudando a minha forma de ser no mundo.”*

Silvia também menciona a libertação que sente em relação aos padrões de beleza que antes a dominavam, mas que agora consegue perceber com mais crítica e menos aceitação resignada. Como bem sabemos, as opressões estéticas também servem ao patriarcado, que coloca as mulheres em uma eterna disputa para serem vistas, escolhidas e queridas pelos homens, como destaca Valeska Zanello ao escrever a respeito dos dispositivos de gênero: *“[...] Se elas são avaliadas, por um lado, em função de sua beleza (e de seu comportamento/performance), por outro, a prateleira do amor, no dispositivo amoroso, outorga o lugar de avaliadores aos homens.”* ZANELLO (2018, p.89).

Bell, após tornar-se uma mulher feminista, abandonou a visão de mundo conservadora, fruto dos anos de estudo em um colégio militar, se tornou mais politizada e conseguiu até mesmo reconhecer traços abusivos em relacionamentos cotidianos: “[...] *quando a gente compreende o nosso lugar de pertencimento, algumas amigas, alguns relacionamentos não são mais benéficos pra nós.*”. Ela também coloca um refinamento em sua autopercepção após ter começado a se identificar como uma mulher preta e periférica: “*Até mesmo um relacionamento em que eu tive, um relacionamento abusivo, é, graças a Deus consegui ter essa interpretação de que era algo que não era saudável e consegui romper, mas que foi também, teve total participação da minha compreensão de lugar de pertencimento de mulher preta, periférica, feminista, né? Com essa compreensão do meu lugar de pertencimento eu pude entender que não, que isso não é melhor pra mim, né, isso não é sadio, o meu lugar de pertencimento fez toda a diferença pra que eu pudesse romper com isso.*”.

Bell também conseguiu romper opiniões antigas que tinha sobre mulheres vitimadas por relacionamentos abusivos. Se antes as percebia como pessoas gostavam dos maus tratos, hoje consegue compreendê-las tão integralmente que até mesmo trabalha com esta população a fim de prevenir e cuidar dos danos. Freire (1979) define a conscientização, como uma combinação entre conhecimento conhecimento teórico/crítico e ação. Teoria e prática devem estar em consonância para um modo de ser e fazer realmente libertador. Que é justamente o que Bell relata em suas condutas profissionais atuais.

Com este tópico conseguimos responder ao problema de pesquisa que questionava se o feminismo, a identificação com as pautas e, ou, o engajamento nesta filosofia, seriam capazes de modificar eventuais comportamentos e pensamentos fatalistas das mulheres, representados pela submissão resignada ao machismo. De acordo com os relatos das entrevistadas, elas notam mudanças significativas em suas percepções e atitudes depois de terem se tornado feministas, sendo que todas elas conseguiram superar algum tipo de postura fatalista que incidia sobre suas vidas. Mas, ressaltamos, como já apresentado no início do trabalho, que conscientização e fatalismo não são opostos, ou seja, é perfeitamente possível deixar de ser fatalista em uma determinada questão, mas manter uma certo grau de fatalismo em outras.

Portanto, não pretendemos afirmar que, após conhecerem o feminismo, as entrevistadas se tornaram completamente conscientizadas ou avessas a quaisquer posturas fatalistas. Mas, podemos entender, partindo das análises das entrevistas, que todas elas apresentaram mudanças importantes após se identificarem com o movimento feminista.

Considerando os níveis de consciência organizados por Freire (1979; 1984), entendemos que Simone mais aproximada do feminismo liberal e Valeska, que parece se dividir entre ideais liberais e outros mais marxistas, percebem o mundo de maneira transitivo-ingênuo, porque não possuem consciências tão fatalistas, passivas e resignadas quanto à semi-intransitiva, mas também ainda não alcançaram uma consciência transitiva-crítica. Bell, apesar de não militar ativamente, tece uma leitura mais apurada sobre as opressões e parece caminhar em direção a uma futura ação mais militante. Ela apresenta um tipo de consciência mais parecida com a transitiva-crítica, que pressupõe não apenas a problematização, mas também a ação transformadora, uma vez que Freire (1984) defendia que compreensão e ação são indissociáveis, ou seja, seria incongruente ter uma leitura crítica da realidade e agir de forma sempre fatalista. Lélia e Silvia, declaradamente militantes e críticas das estruturas que engendram as opressões, apresentam a referida consciência transitiva-crítica, que aparece não apenas em seus discursos que criticam o sistema econômico e social, mas também em suas ações de engajamento militante.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta pesquisa no início de 2021, ainda em meio a uma pandemia que seguiria dificultando as interações sociais por um longo período. Como uma das consequências do contexto pandêmico, precisamos construir cada etapa - das orientações às entrevistas - de modo remoto. Mas, ainda que digitalmente, as movimentações precisavam ser feitas, afinal, as inquietações que motivaram o desenvolvimento do trabalho ansiavam por respostas.

Nos indagávamos sobre a resignação, submissão e conformismo. Pensamos sobre o fatalismo tão bem identificado por Martín-Baró, e tão essencial para compreendermos questões que se desenvolvem no contexto latino-americano. Mas o fatalismo não poderia ser uma sentença eterna. Então, refletimos sobre vias de elaboração e libertação. A conscientização, com sua vivacidade que tanto transforma, surgiu como um caminho amplo, nos mostrando uma série de possibilidades. Paulo Freire e novamente Martín-Baró acenderam um tipo de esperança que não é passiva, mas, ao contrário, demonstra que é na luta que novos percursos se constroem. Chegamos à dialética fatalismo e conscientização e, para que essa amplitude não nos fizesse demasiadamente vagos, entendemos que, para apreender estes dois fenômenos, precisaríamos eleger um recorte em que ambos encontrassem um campo fértil para se desenvolverem e se revelarem para nós.

As mulheres, a periferia e o feminismo. Temas que nos interessavam e que, unidos, conformavam uma possibilidade muito relevante para a pesquisa. Considerando dados alarmantes de feminicídio e tantas múltiplas atrocidades que perpassam as existências de mulheres, soou natural pensar na resignação diante do machismo como uma postura defensiva e fatalista, e olhar para as lutas feministas por liberdade e transformação como potenciais meios de conscientização que tentavam fazer frente aos aviltamentos propiciados, e autorizados, pelo patriarcado.

A periferia foi o cenário que elegemos por entendermos o quanto as configurações da cidade incidem sobre o cotidiano das pessoas. A sobreposição de dificuldades, seja a distância do centro, a falta de opções de lazer, a violência nos bairros ou o crescimento desordenado que gerou espaços sem infraestrutura

adequada, aparece como mais um fator que pode propiciar a resignação. Mas, ao longo do trabalho, pontuamos que não existe uma única forma de ser uma pessoa periférica, apesar de todos os residentes enfrentarem algumas questões semelhantes, classe e raça também se fazem presentes nos bairros de periferia e tornam algumas experiências mais caracterizadas por exploração e sofrimento. O que equivale dizer que nem todo periférico experimenta as mesmas dificuldades. Assim, optamos por adotar a consubstancialidade que propõe a consideração das opressões de forma enovelada.

O fatalismo de mulheres diante do machismo, além de uma estratégia de adaptação, defesa ou até mesmo negação dos riscos de ser mulher em uma sociedade patriarcal, é construído para preservar o status quo. Meninas são educadas para acreditar que os cuidados, a docilidade e a passividade lhes são inerentes, que os serviços domésticos e a postura de mães do mundo fazem parte de suas essências femininas. Relacionamentos amorosos são vendidos, através de uma série de produtos midiáticos, como essenciais para a felicidade e, como aponta a pesquisadora Valeska Zanello (2018), enquanto homens são incentivados a orientar seus interesses para uma série de atividades, as mulheres são ensinadas a direcionar seu amor apenas para os homens. Desta forma, se considerarmos toda a resignação difundida culturalmente, o fatalismo parece natural.

Organizamos a pesquisa em torno de um objetivo norteador: compreender se a militância feminista, o engajamento ou a identificação com as pautas defendidas pelo feminismo eram capazes de desconstruir comportamentos e pensamentos fatalistas de submissão ao machismo e reprodução da violência de gênero e se, além disso, direcionavam as mulheres para um tipo de união e luta coletiva. Como acima mencionado, o movimento feminista, que há décadas ousa desafiar a supremacia patriarcal mostrando que a igualdade entre as pessoas é necessária, foi pensado como via facilitadora de conscientização sobre as estruturas violentas que mantêm tantas mulheres dominadas e cativas, em maior ou menor grau.

Conversamos com cinco mulheres do extremo leste de São Paulo, os dados obtidos através das análises das entrevistas nos mostraram que nem todas as colaboradoras da pesquisa que se definiram como militantes feministas eram, de fato, militantes. Algumas, apesar de simpatizarem com o feminismo, exerciam uma espécie

de ativismo, praticando atitudes pontuais na vida privada e mantendo um raciocínio feminista no cotidiano evitando, por exemplo, perpetuar a rivalidade feminina. Porém, tanto as militantes quanto as ativistas relataram mudanças em si mesmas e em suas leituras de mundo após passarem a se considerar feministas. Este achado nos indicou que o engajamento no movimento feminista - movimento que é filosófico e político - produz, sim, transformações e auxilia as mulheres a modificarem pensamentos e comportamentos fatalistas de aceitação e naturalização do machismo. No entanto, também percebemos que aquelas que eram mais ativas politicamente e aproximadas de associações e, ou, coletivos de luta popular, conseguiam tecer críticas ao sistema econômico e identificar com mais facilidade opressões que perpassam o cotidiano e que acabam sendo naturalizadas.

Retomamos um ponto de discussão que aparece na introdução do trabalho: fatalismo não é oposto à conscientização. Em um primeiro momento, é tentador acreditar que, ao adquirir mais consciência crítica, uma pessoa deixará para trás quaisquer resquícios de fatalismo que a acompanhavam, bem como, é comum entender que militantes estão imunes às ciladas que produzem e reproduzem opressões. Mas, na prática, percebemos que fatalismo e conscientização não são excludentes, ao contrário, podem caminhar e frequentemente caminham juntos em um mesmo contexto. As participantes mais engajadas na militância apresentaram, sim, uma visão de mundo mais atenta às relações de dominação e exploração, mas, isso não as isentava do fatalismo.

A conscientização é um processo orgânico e horizontal, que não aceita relações hierarquizadas em que um detentor de consciência ensine ou doutrine outros lidos como “sem consciência”. Mas, este entendimento não anula a importância de autoras, autores, militantes e trabalhadoras (es) do campo social que seguem difundindo ideias que pretendem revolucionar as desigualdades vigentes. Porém, é nas trocas, na convivência, na interação com a realidade que alguém pode ampliar a consciência sobre os fatos e encontrar formas de agir para transformá-los, ampliando suas possibilidades e se libertando, ainda que parcialmente, de uma resignação fatalista.

Destacamos que a politização, propiciada pela militância e pelo engajamento ativo nas lutas populares, refinam o senso crítico, mas, também evidenciamos que o

ativismo ou a identificação com o feminismo podem proporcionar resultados rumo à ampliação da percepção e, quem sabe, também podem funcionar como uma espécie de porta de entrada para uma eventual militância futura. Identificamos que todas as participantes puderam ampliar a consciência sobre si mesmas e sobre os desdobramentos do machismo após passarem a se considerar feministas e, inclusive, conseguiram modificar alguns relacionamentos cotidianos, seja com elas mesmas ou com a alteridade. Intencionávamos compreender se as aproximações com o feminismo minimizariam a postura fatalista de mulheres diante do machismo, e concluímos que sim. Mulheres que militam ou se identificam com as pautas feministas, conseguem superar ou amenizar, em alguma medida, comportamentos e pensamentos de submissão e resignação típicos do fatalismo.

Nas conversas com as cinco mulheres que se dispuseram a colaborar com nossa pesquisa, escutamos relatos emocionados e emocionantes sobre elas mesmas, sobre suas famílias e sobre outras mulheres que conhecem ou com quem convivem. A desigualdade no mercado de trabalho, os papéis de gênero, o acúmulo de tarefas, os desafios da maternidade e a busca por mais espaço capturaram nossa atenção, mas, foram as partilhas sobre os relacionamentos violentos, e a submissão diante destes, que mais nos sensibilizaram e ampliaram nossa percepção.

Os números elevados de violência praticada contra meninas e mulheres indicam um esgarçamento no tecido social e, portanto, entendemos que é uma questão que afeta a sociedade como um todo e que demanda uma compreensão que considere machismo estrutural, assimetria de oportunidades, dominação – exploração e uma série de outros pontos pertinentes. Ressaltamos a necessidade de que cada vez mais pesquisas sejam realizadas a fim de não apenas estudar o cenário, mas de também construir práticas que estejam em consonância com a superação das desigualdades. Visando prosseguir com os estudos sobre feminismo e fatalismo e tocados por alguns dos relatos das colaboradoras que entrevistamos, optamos por nos aprofundar no tema da violência doméstica/intrafamiliar que atinge mulheres, sobretudo, periféricas em um futuro trabalho de doutorado.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. Taxa de femicídios no Brasil é a quinta maior do mundo. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-08/taxa-de-femicidios-no-brasil-e-quinta-maior-do-mundo>. Acesso em: 15 jul. 2021.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política** [online]. 2009, n. 76, pp. 49-86. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

ARENDT, H. **Sobre a revolução**. Companhia das Letras: São Paulo, 2011.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BLANCO, A.; DIÁZ, D. El rostro bifronte del fatalismo: fatalismo colectivista y fatalismo individualista. **Psicothema**, vol. 19, núm. 4, 2007, pp. 552-558 Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=72719402>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

CHILDHOOD Brasil, 2020. Casamento infantil e suas consequências. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/casamento-infantil-e-suas-consequencias>. Acesso em: 28 jul. 2021.

CIDADE, E. **Juventude em condições de pobreza: modos de vida e fatalismo**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

CIDADE, E.; XIMENES, V. As manifestações do fatalismo de jovens em condições de pobreza no Brasil. **Revista Latinoamericana de Psicología Social Ignacio Martín-Baró**, 1(1), pp. 80-102, 2012. Disponível em: www.rimb.cl/camurca_&_morais.html. Acesso em: 11 abr. 2021.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2 ed, 2018.

CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.138>. Acesso em: 3 ago. 2021.

CORREIO BRASILIENSE, 2021. Brasil registra um caso de feminicídio a cada 6 horas e meia. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/07/4937873-brasil-registra-um-caso-de-femicidio-a-cada-6-horas-e-meia.html>. Acesso em: 17 jul. 2021.

CYFER, I. Liberalismo e feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum. **Revista de Sociologia e Política**. 2010, v. 18, n. 36 pp. 135-146. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200009>>. Acesso em: 2 ago. 2021.

D'ANDREA, T. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos estudos CEBRAP** [online]. 2020, v. 39, n. 1, pp. 19-36. Disponível em: <<https://doi.org/10.25091/S01013300202000010005>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

DIANI, M.; BISON, I. Organizações, coalizões e movimentos, **Revista Brasileira de Ciência Política**, núm. 3, 2010 (2004), p. 220-249. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1681>. Acesso em: 12 jul. 2021.

DUARTE, C. L. D. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, E. B. (Org.). **Pensamento Feminista Brasileiro formação e contexto**. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2020.

DUNKER, C. I. L. **Reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano**. 2 ed. São Paulo: Ubu, 2020.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EUZÉBIOS FILHO, A.; GUZZO, R. S. L. (2018). A conjuntura após junho de 2013: olhares cruzados sobre participação política e resistência. **Psicologia USP**, 29(2), 159–168. doi:10.1590/0103-656420170081

EUZÉBIOS FILHO, A. A crise de representatividade em dois tempos no Brasil atual: um olhar sobre a greve dos garis e dos caminhoneiros. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 19, n. 45, p. 186-201, ago. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 jul. 2021.

EUZÉBIOS FILHO, A.; GRADELLA JÚNIOR, O. Psicologia crítica, práxis política, classe e neoliberalismo: um enfoque na Psicologia brasileira. **Teoría y Crítica de la Psicología**, v. 14, 2020. Disponível em: <https://teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/285>. Acesso em: 10 abr. 2021.

EUZÉBIOS FILHO, A. **Sujeito e consciência: entre a emancipação e a alienação**. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2010.

FIGUEIREDO, P. S.; MARTINS, V. S. O Feminismo Interseccional na articulação do saber acadêmico e da ação política: reflexões a partir da experiência de um coletivo feminista: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**. 2020, v. 5, n. 10, Julho – Dezembro de 2020.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática de libertação uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREUD, S. Psicologia das massas e análise do eu [1921]. In: _____ FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 11-113.

FRIEDAN, B. **A mística feminina**. Rio de Janeiro: Vozes, 1963 [2021].

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GOHN, M. G. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, 2016. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/1987>. Acesso em: 27 jun. 2021.

GOHN, M. G. **Manifestações e protestos no Brasil – Correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no Início do Século XXI: Antigos e Novos Atores Sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 7 ed., 2019.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social - um problema político em psicologia. **Psicologia USP** [online]. 1998, v. 9, n. 2 [Acessado 28 Setembro 2021] , pp. 11-67. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-65641998000200002>>. Epub 29 Set 1999. ISSN 1678-5177. <https://doi.org/10.1590/S0103-65641998000200002>.

GONÇALVES FILHO, J. M. Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. In A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e compromisso social* (pp. 193-240). São Paulo: Cortez Editora, 2004.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZÁLEZ REY, F. La investigación cualitativa em psicologia: rumbos y desafios. São Paulo: Educ, 1999.

GONZÁLEZ REY, F. Lo cualitativo y lo cuantitativo en la investigación de la psicología social. *Psicologia e Sociedade*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 32-52, 1998.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**. Os processos de construção da informação. São Paulo: Thomson, 2005.

GRAÇA, F. **E-Dicionário de termos literários**. 2010. Disponível em: <https://edtl.fcs.unl.pt/encyclopedia/zeitgeist>. Acesso em: 12 dez. 2021.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 10. ed. Rio de Janeiro | São Paulo: Paz e Terra, 2014

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social** [online]. 2014, v. 26, n. 1, pp. 61-73. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>>. Acesso em: 18 jun. 2022.

HOLZKAMP, K. Conceitos básicos da psicologia crítica. In: VOLLMER, S. (Org). **Ciência marxista do sujeito**. Trad. Eduardo Alessandro Kawamura; Jaqueline Meireles; Lucian Borges de Oliveira et. al. Maceió: Coletivo Veredas, 2016. p. 67 – 79.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2018.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos CEBRAP** [online]. 2010, n. 86, pp. 93-103. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>>. Acesso em: 14 jun. 2022.

KERGOAT D. (2012), L'Atlantique féministe: l'intersectionnalité en débat. papeles del **CEIC**, 2 (83). Disponível em: <http://www.identidadcolectiva.es/pdf/83.pdf>. Acesso: 14 jun. 2022.

LAPA, R. S. O fatalismo como estratégia colonial. **Revista Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu. v. 2, p. 144-161, 2018. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/1584>. Acesso em 10 fev. 2022.

MARTÍN-BARÓ, I. **El complejo de macho o el machismo**. Estudios Centroamericanos; 235, 38-42. 1998.

MARTÍN-BARO, I. O papel do Psicólogo. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal , v. 2, n. 1, p. 7-27, Junho 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 2 abr. 2021.

MARTÍN-BARO, I. **Psicología de la liberación**. Madrid: Editora Trotta, 1998.

MASSOLA, G. M.; SVARTMAN, B. P. Enraizamento, tempo e participação na Psicologia Ambiental. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal , v. 23, n. 3, p. 293-305, set. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2018000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 4 dez. 2021.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MINAYO, M.C.S. O desafio da pesquisa psicossocial. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019. p. 9-28.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 1993, v. 9, n. 3, pp. 237-248. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002>>. Acesso em: 24 set. 2021.

MONTERO, M. Ser, fazer e parecer: crítica e libertação na América Latina. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F. (Orgs.). **Psicologia para América Latina**. Campinas: Alínea, 2 ed., 2011. p. 87-100.

Narrativas de uma ZL 100 registro. São Paulo, 2019.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. **Mulher Brasileira: opressão e exploração**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SALES, A.L.L.F. **Militância e Ativismo: Cinco ensaios sobre ação coletiva e subjetividade**. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras. Assis, 2019.

SALES, A. L. L. F., FONTES, F. F., & YASUI, S. (2018a). Para (re)colocar um problema: a militância em questão. **Temas Em Psicologia**, 26(2),565-577. Disponível em: <https://doi.org/10.9788/TP2018.2-02Pt>. Acesso em: 15 jul 2021.

SARDENBERG, C. M. B. Estudos Feministas: um esboço crítico. **I Simpósio Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero**. NEGIF/UFC. Fortaleza (CE), 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6880>. Acesso em: 2 ago. 2021.

SARDENBERG, C. M. B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Inclusão Social**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4106>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SAWAIA, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Dados demográficos dos distritos pertencentes às Subprefeituras**. São Paulo: 2020. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758>. Acesso em: 23 maio 2021.

SILVA, N. R. Considerações sobre as estruturas de um movimento sem estruturas: o caso do Occupy Wall Street. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/spg-5/spg04-5/11437-consideracoes-sobre-as-estruturas-de-um-movimento-sem-estruturas-o-caso-do-occupy-wall-street/file>. Acesso em: 16 jun. 2022.

RAIMUNDO, S. L. **Território, cultura e política**: movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ROSA, M. P. O fatalismo no trabalho camponês: da submissão às possibilidades de ruptura. **Psicologia & Sociedade** [online]. 2020, v. 32 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32190747>>. Acesso em: 10 março 2022.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SARAIVA, A. C. Movimentos em movimento: uma visão comparativa de movimentos sociais juvenis no Brasil e Estados Unidos. Tese de Doutorado em Estudos Comparados Sobre As Américas, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

SORJ, B. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: HOLLANDA, E. B. (Org.). **Pensamento Feminista Brasileiro formação e contexto**. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2020.

SVARTMAN, B. P. **Trabalho e desenraizamento operário**: um estudo de depoimentos sobre a experiência de vida na fábrica. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.47.2010.tde-08032010-112357. Acesso em: 10 nov. 2021.

TELES. M. A. A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

VEIGA-NETO, A. É preciso ir aos porões. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 17, n.50, p. 267-282, ago. 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/118331>. Acesso em: 10 jul. 2021.

WOLFF, E. A. Uma psicologia para América Latina. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F. (Orgs.). **Psicologia para América Latina**. Campinas: Alínea, 2 ed., 2011. p. 101-120.

YOUNG, I. M. (1990). **Justice and the politics of difference**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris editora, 2018.

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:

Título da Pesquisa: Fatalismo e Conscientização: A militância feminista de mulheres no extremo leste de São Paulo.

Nome da pesquisadora responsável: Izabella Lopes de Arantes.

1. **Natureza da Pesquisa:** A Sra. está sendo convidada a participar desta pesquisa que tem como finalidade realizar um estudo junto a mulheres residentes do extremo leste de São Paulo, engajadas em coletivos ou associações feministas, para sistematização dos desafios e possibilidades de ação da militância feminista.
2. **Participantes da Pesquisa:** Mulheres residentes do extremo leste de São Paulo que sejam militantes de causas feministas.
3. **Envolvimento na Pesquisa:** Ao participar deste estudo a Sra. permitirá que os pesquisadores eventualmente publiquem as informações obtidas, sempre mantendo o sigilo da participante não divulgando seu nome, e sim, apenas dados como idade e grau de formação. A Sra. tem liberdade de se recusar a participar, e ainda, se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o Sra. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através dos telefones da pesquisadora do projeto e, se necessário, através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.
4. **Sobre as Entrevistas:** Será realizada uma entrevista através de chamada de vídeo, via internet, que será gravada, com algumas questões relacionadas aos objetivos deste estudo, a Sra. pode se limitar a responder somente as que souber ou quiser.
5. **Riscos e Desconforto:** Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Os riscos são mínimos considerando que os temas tratados estão relacionados à militância de mulheres que já são engajadas na luta feminista, e as entrevistas serão realizadas no formato on line. Além disso, *as identidades serão mantidas em sigilo. Se houver algum desconforto ou dúvida pode desistir de participar a qualquer momento, inclusive depois de responder às perguntas do questionário.*
6. **Confidencialidade:** Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e seu orientador terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.

7. **Benefícios:** Sistematizar, a partir do olhar de mulheres feministas e periféricas, as possibilidades de conscientização, ação e superação do fatalismo através da militância. Os resultados serão compartilhados com todas as participantes envolvidas, momento em que a pesquisadora se comprometerá a dialogar novamente sobre o assunto, respeitando o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.
8. **Pagamento:** A Sra. não será remunerada para participar desta pesquisa.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem:

Obs.: Não assine esse termo se ainda tiver dúvidas a respeito.

Confirmo que recebi uma via assinada deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador responsável

Pesquisadora responsável: Izabella Lopes de Arantes | (11) 3091-4365 | E-mail: izabellaarantes@usp.br

Orientador da pesquisa: Professor Doutor Antonio Euzébios Filho

Av. Prof. Mello Moraes, 1.721 - Bloco B, sala 135. Departamento de Psicologia Social e do Trabalho - CEP 05508-030 - Cidade Universitária - São Paulo/SP. Telefone: (11) 3091-4182

Comitê de Ética em Pesquisa USP – Instituto de Psicologia: cep.ip@usp.br

Av. Prof. Mello Moraes, 1.721 - Bloco G, 2º andar, sala 27 - CEP 05508-030 - Cidade Universitária - São Paulo/SP. Telefone: (11) 3091-4182

ANEXO B – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO:**Dados Pessoais:**

Nome: _____ Idade: _____

Estado Civil: () Solteira () Casada () Convivente

() Separada/Divorciada () Viúva

Com qual gênero se identifica? () Feminino () Masculino () Outro () Prefiro não dizer

Etnia: () Negra () Branca () Indígena () Amarela () Outra

Classe Social: () Alta () Média-Alta () Média () Média-Baixa () Baixa

Em qual bairro você reside? _____

Há quanto tempo reside nesse bairro? () até 5 anos () até 10 anos () mais de 10 anos

Com quem você reside? _____

Você tem filhas (os)? () Sim () Não

Quantas (os) filhas (os) tem? _____

Escolaridade:

() Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental Completo

() Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo

() Graduação Incompleta ou Cursando () Graduação Completa

() Pós-Graduação Incompleta ou Cursando () Pós-Graduação Completa

Profissão: _____

Qual sua preferência política? () Direita () Centro-Direita () Centro

() Centro-Esquerda () Esquerda () Apolítica

Você se considera militante? () Sim () Não

Você milita em algum movimento social? Se sim, qual? _____

Há quanto tempo você milita? () Até 2 anos () Até 5 anos () Mais de 5 anos

Você consome conteúdos feministas? Se sim, através de quais fontes?

() Jornais () Revistas () Artigos () Livros () Rádio () TV () Youtube ()
Twitter () Instagram () Tik Tok () Facebook () Outros

Você costuma falar sobre temáticas feministas em seu dia a dia?

Sim () Não ()

Caso tenha o hábito de falar sobre feminismo, com quem costuma conversar?

Você costuma falar sobre política em seu dia a dia?

Sim () Não ()

Quais fontes você utiliza para se informar sobre assuntos gerais?

() Jornais () Revistas () Artigos () Livros () Rádio () TV () Youtube ()
Twitter () Instagram () Tik Tok () Facebook () Outros

ANEXO C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA:

1. Como foi sua trajetória até chegar ao feminismo?
2. Você é militante em algum coletivo ou associação feminista?
3. O que é militância para você?
4. O que te motivou a militar pelos direitos das mulheres?
5. Você acredita que seu local de origem, a periferia, afeta de alguma forma sua vida?
6. Como você lidava com os desdobramentos do machismo e como lida agora?
7. Seu engajamento na luta feminista modificou seus relacionamentos cotidianos? Se sim, de que maneira?
8. Como você se percebia antes da militância e como se percebe agora?

ANEXO D – CHAMADA NAS REDES SOCIAIS:

Olá, me chamo Izabella, sou mestranda em Psicologia Social na Universidade de São de Paulo e, junto ao meu orientador, estou realizando uma pesquisa sobre a militância feminista de mulheres do extremo leste da cidade de São Paulo, pois também resido nessa região. Gostaria de te convidar para participar desse estudo, que tem o objetivo de analisar os efeitos psicossociais da luta das mulheres periféricas por mais direitos.

Se concordar em participar, podemos agendar uma conversa por chamada de vídeo para que possamos falar sobre os temas mencionados. Muito obrigada.

Izabella Arantes

E-mail: izabellaarantes@usp.br / WhatsApp: 11 número